

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

CRISTIANE MACCARI ULIANA FRETTA

**PERCURSOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CRICIÚMA ATÉ O
CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO: O OLHAR DA PROFESSORA MARIA
MARLENE MILANEZE JUST NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (1977-1982)**

Linha de Pesquisa: Educação, Linguagem e Memória

CRICIÚMA
2024

CRISTIANE MACCARI ULIANA FRETTA

**PERCURSOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CRICIÚMA ATÉ O
CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO: O OLHAR DA PROFESSORA MARIA
MARLENE MILANEZE JUST NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (1977-1982)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Extremo Sul Catarinense
– Unesc, como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em
Educação.

Orientador: Profa. Dra. Giani Rabelo

CRICIÚMA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F888p Fretta, Cristiane Maccari Uliana.

Percursos da educação pública municipal de Criciúma até o centenário de colonização : o olhar da professora Maria Marlene Milaneze Just na Secretaria de Educação (1977-1982) / Cristiane Maccari Uliana Fretta. - 2024.

195 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2024.

Orientação: Giani Rabelo.

1. Educação e estado - Criciúma (SC). 2. Educação - Criciúma (SC) - História. 3. Ensino público - Criciúma (SC) - História. 4. Just, Maria Marlene Milaneze. 5. Mulheres na educação. I. Título.

CDD. 22. ed. 370.98164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

CRISTIANE MACCARI ULIANA FRETTA

**PERCURSOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CRICIÚMA ATÉ O
CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO: O OLHAR DA PROFESSORA MARIA
MARLENE MILANEZE JUST NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (1977-1982)**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Educação na área de Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 6 de agosto de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Giani Rabelo – Dra. – (UNESC) – Orientadora

Profa. Susane da Costa Waschinewski – Dra. – (UNESC) – Coorientadora

Prof. Gildo Volpato – Dr. – (Membro Externo)

Profa. Cintia Gonçalves Martins – Dra. – (UNESC)

Deus é Fiel.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pelo dom da vida, pela sabedoria e pelo discernimento que me concedeu; ao Espírito Santo por direcionar meus passos nesta caminhada, a busca pela fé e a certeza de que seus planos são perfeitos e agradáveis na minha caminhada; ao apoio espiritual das pastoras Marilene Rosa Monteiro e Celia Topanotti Valim, que me ensinam a cada dia a verdadeira intimidade com Jesus Cristo.

Agradeço à minha família, bem maior de Deus, aos filhos amados, Guilherme Uliana Machado, pelo apoio e cuidado dos menores em momentos de estudo, ao Caio Uliana Fretta e ao Igor Uliana Fretta que, por muitos momentos, deixaram de estar em minha presença, horas de brincadeiras e companheirismo substituídas por momentos de estudo; ao meu marido, Speck Keller Zappellini, pela paciência, dedicação e amor.

Ao fazer uma reflexão sobre os momentos vividos nesta caminhada, muitas pessoas estiveram ao meu lado, pessoas especiais que, de alguma forma, contribuíram neste processo, que não foi fácil, mas que foi gratificante. Privar-se de algumas coisas e se dedicar a horas de estudo também dói, mas faz parte da construção da nossa identidade e da nossa profissão, são escolhas e renúncias. Aqui apresento o trabalho, na linha de pesquisa de História da Educação, minha paixão, e esse é o sentimento que se fez presente em cada minuto dispensado de meus dias: a paixão pelas pessoas e suas histórias, em especial pela Educação.

Das pessoas especiais que fizeram parte desse processo destaco a amiga e companheira Gislene dos Santos Sala, que me incentivou a ingressar no curso; sem o apoio dela, eu não teria iniciado o mestrado. Destaco aqui o apoio, no início do processo, das amigas de trabalho: Tatiane dos Santos Virtuoso, a minha parceira das primeiras disciplinas isoladas e Livia da Silva. Também agradeço às amigas que disponibilizaram horas cuidando dos meus meninos: Solange Castanhel, Danieli Rodrigues Resende, Morgana Bartocharki, Adriana Brognoli, além de minha cunhada, Heloisa Zappellini, e de minha mãe, Salete Cecilia Maccari Uliana.

Minha pesquisa demandou horas de trabalho na busca por documentos, na organização destes nos espaços administrativos, no Apoio, Secretaria de Educação (atual Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma) e no Arquivo Histórico Pedro Milanez. Agradeço aos amigos, estagiários e colegas de trabalho que contribuíram: Adriana Althoff, Alexsandra Stols da Silva Pelegrini, Angelo Machado Bortolon, Barbara Formigoni Abel, Carol Silva da Luz, Carol Bento Marcineiro,

Cassiana Nunes Cunha, Célia Topanotti Valim, Danieli Rodrigues Resende, Daniela Camilo Pinheiro, Danielle Alves Machado, Daniel Ferrari, Jaqueline Cirimbelli, Jessica Fernandes Souza, Sandra Fernandes Henrique, Sonia Mirian Guglielme, Simony Ramos Fonseca, Silvana Bento Marcineiro, Manuela da Rosa, Marineuza Aparecida Fraga de Freitas, Morgana Viana Soares, Paula Gregorio Gonçalves, Maria Regina Zanelatto, Vladimir Teixeira da Silva, Zulma Nascimento Guidi, Celito Cardoso e Roseli Deluca Pizzollo.

Um agradecimento especial à funcionária Eliete Milaneze da Rosa, pelos seus 32 anos de dedicação ao setor administrativo em que, com muito compromisso, faz parte da equipe responsável pela publicação de decretos e leis da Prefeitura Municipal de Criciúma, organiza os arquivos e cuida dos documentos históricos com muito carinho e responsabilidade; uma pessoa verdadeiramente apaixonada por seu trabalho, muito especial e que esteve ao meu lado nas pesquisas das fontes documentais, cujo apoio foi fundamental na busca por documentos. Sem o comprometimento dela não teríamos muitos documentos preservados atualmente.

Agradeço, em especial, à minha orientadora, Profa. Giani Rabelo, e à minha co-orientadora, Profa. Susane da Costa Waschinewski, pelo incentivo e apoio, pelos momentos de dedicação, pela paciência e pelo tempo dispendido nas correções e orientações demandadas. Sem elas, este ciclo não teria sido vencido, um percurso de muito aprendizado por meio da vida profissional de cada uma.

Agradeço especialmente à Profa. Maria Marlene Milaneze Just, que foi a minha fonte de pesquisa oral, a qual, com muita simpatia, fez-se presente na construção deste trabalho, nas entrevistas, contando e relembrando sua história de vida nesse período de 1977 a 1982, foi a lupa do seu olhar que me questionava a cada parágrafo escrito e reescrito.

Agradeço à Prefeitura de Criciúma e à Secretaria de Educação, na pessoa do prefeito Clésio Salvaro, pela flexibilidade necessária que permitiu meus estudos. Também agradeço ao apoio da criação da Lei do Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma.

Agradeço à instituição Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc e ao seu Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, aos professores e colegas das disciplinas com os quais pude trocar experiências e conhecimento, o que contribuiu em meu processo acadêmico. Um agradecimento especial ao Grupo de

Pesquisa de História da Educação – GRUPEHME, do qual faço parte desde o início do mestrado.

Por fim, sou muito grata a todas e todos que, de alguma forma, direta ou indiretamente, participaram da realização desta pesquisa que se finda. Como é difícil colocar um ponto final... A cada correção, novos olhares e novas formas de reescrita nos vêm se apresentar.

Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu: há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de matar e tempo de curar; tempo de derrubar e tempo de construir; tempo de chorar e de rir; tempo de prantear e tempo de saltar de alegria; tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntar pedras; tempo de abraçar e tempo de deixar de abraçar; tempo de procurar e tempo de perder; tempo de guardar e tempo de jogar fora; tempo de rasgar e tempo de costurar; tempo de ficar calado e tempo de falar; tempo de amar e tempo de odiar; tempo de guerra e de paz.

– Eclesiastes 3:1

RESUMO

Esta pesquisa investiga o desenvolvimento da educação pública municipal de Criciúma até o Centenário de Colonização, focando na gestão da professora Maria Marlene Milaneze Just (1977-1982), enquanto Secretária Municipal de Educação. O **objetivo central** é compreender a evolução da educação municipal de Criciúma durante o período preparatório para o Centenário de Colonização do município. O estudo concentra-se nos anos de 1977 a 1982, quando a professora Maria Marlene esteve à frente da Secretaria Municipal de Educação. No entanto, para fornecer um contexto mais amplo, a pesquisa também recua para examinar a colonização de Criciúma e seu impacto no cenário educacional. Os **objetivos específicos** da pesquisa incluem: (1) Analisar a trajetória da educação pública municipal até o centenário da cidade; (2) Identificar os desafios enfrentados na organização e realização das comemorações do centenário em 1980, sob a gestão da Professora Maria Marlene; e (3) Compreender o processo de feminização do magistério e os desafios enfrentados pelas mulheres em cargos de gestão pública, com base na experiência da Professora Maria Marlene na Secretaria Municipal de Educação. A **metodologia** da pesquisa é qualitativa e de campo, envolvendo a análise de documentos. Os principais locais de pesquisa incluem o Acervo Municipal de Criciúma, o Acervo Documental da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (atualmente Memorial Educacional da Rede Municipal de Criciúma em fase de implantação), o Centro de Memória da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o Arquivo Municipal Pedro Milaneze e o acervo pessoal da Professora Maria Marlene Milaneze Just. Além da pesquisa documental, foram realizadas duas entrevistas com a Professora Marlene, empregando a História Oral como método de coleta e análise dos dados. Este estudo é desenvolvido sob a perspectiva da História da Educação, em diálogo com a Nova História Cultural (NHC). A partir da análise dos dados, a Professora Maria Marlene Milaneze Just é identificada como uma figura multifacetada: mulher, esposa, mãe e religiosa, que ocupou um cargo público em uma época predominantemente masculina e permaneceu na posição por seis anos. Sua gestão incluiu um dos eventos mais significativos, os preparativos para o centenário do município, durante o qual ela e sua equipe produziram o relatório “Histórico das Escolas Municipais – 1982”. Este documento, complementado pelas memórias obtidas nas entrevistas, contribui para a construção de novas narrativas na História da Educação do município de Criciúma.

Palavras-chave: Maria Marlene Milaneze Just; Educação Pública Municipal; Criciúma; Feminização do Magistério; História da Educação.

ABSTRACT

This research examines the development of municipal public education in Criciúma leading up to the centenary of its colonization, viewed through the experiences of Professor Maria Marlene Milaneze Just (1977-1982) during her tenure as Municipal Secretary of Education in Criciúma, a period distinguished by preparations for the municipality's centennial celebration. The primary aim is to understand the progression of Criciúma's municipal public education up to the centenary preparations under the leadership of Professor Maria Marlene Milaneze Just at the Municipal Department of Education. The study focuses on the years 1977-1982, when Professor Marlene was at the helm. However, it was necessary to extend the research to earlier years, including the colonization of Criciúma, to fully grasp the educational context. To achieve the central aim of this research, the following specific objectives were established: to trace the development of public education in Criciúma up to the city's centenary; to identify the challenges faced in organizing and executing the centenary celebration of Criciúma's colonization in 1980 under Professor Maria Milaneze Just's administration; and to explore the feminization of the teaching profession and the challenges encountered by women in public management roles, drawing on Professor Maria Milaneze Just's experience as the Municipal Secretary of Education in Criciúma. The research methodology was qualitative and field-based, involving documentary analysis in various archives, including the Criciúma Municipal Archive, the Documentary Archive of the Criciúma Municipal Department of Education, which is currently being transformed into the Educational Memorial of the Criciúma Municipal Network, the Memory Center of the Legislative Assembly of Santa Catarina, the Pedro Milaneze Municipal Archive, and the personal collection of Professor Maria Marlene Milaneze Just, among other repositories. In addition to the documentary analysis, two interviews were conducted with Professor Marlene, which were developed, conducted, and analyzed using Oral History methods. Based on these methodological approaches and supported by the theoretical framework, this study is constructed from the perspective of the History of Education, in dialogue with the field of New Cultural History (NCH). The analyses conducted thus far have identified Professor Maria Milaneze Just as a multifaceted figure – a woman, wife, mother, and devout religious believer. She navigated a public role during a time when such positions were predominantly occupied by men, and not only did she hold the position, but she also remained in it for six years. Her tenure was marked by significant events, particularly the preparations for the Municipality's centenary, during which Professor Marlene, together with her team, compiled a report titled "History of Municipal Schools – 1982". This document, when combined with the memories from the interviews, contributed to a comprehensive understanding of the educational landscape, thereby constructing new narratives for the History of Education in the Municipality of Criciúma.

Keywords: Maria Marlene Milaneze Just; Municipal Public Education; Criciúma; Feminization of Teaching; History of Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFASC	Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma
CEDOC	Centro de Memória e Documentação
CEMESSC	Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
EEF	Escola de Educação Fundamental
FUCRI	Fundação Educacional de Criciúma
GRUPEHME	Grupo de Pesquisa de História e Memória da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PABAEE	Programa de Assistência Brasileiro-Americano no Ensino Elementar
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro “Criciúma: uma história de todos”, de 2020.....	52
Figura 2 – Lei nº 48, de 2 setembro de 1892.	54
Figura 3 – Primeiras instalações da EEF Professor Lapagesse (antiga Mitra)	58
Figura 4 – Resolução de 1937	59
Figura 5 – Atual EEB João Frassetto	64
Figura 6 – Carimbo da funcionária municipal Eliete Rosa Milanese e um bilhete escrito por ela para a pesquisadora	65
Figura 7 – Livro de Resoluções Municipais (1927 a 1943).....	66
Figura 8 – Decretos e resoluções de criação das escolas municipais de Criciúma ..	67
Figura 9 – Resolução nº 21	77
Figura 10 – Emancipação de Municípios Vizinhos de Criciúma.....	84
Figura 11 – Mudança de localidade do Grupo Escolar Hercílio Luz, Criciúma.....	85
Figura 12 – Folder: Educação Municipal de Criciúma (1973-1977).....	90
Figura 13 – Unidades Escolares e Gestores	92
Figura 14 – Fotografias mobilizadas para a pesquisa	101
Figura 15 – Mobiliário Escolar – Rede Municipal de Criciúma	102
Figura 16 – Vista Parcial do Memorial.....	103
Figura 17 – Criação do Selo do Centenário	114
Figura 18 – Relatório das atividades envolvendo o Centenário de Criciúma – a criação dos espaços museais	116
Figura 19 – Capa do Livro “A semente deu bons frutos”.....	117
Figura 20 – Museu Augusto Casagrande em Criciúma.....	119
Figura 21 – Expo 100 – Criciúma.....	120
Figura 22 – Paço Municipal Marcos Rovaris	121
Figura 23 – Lei nº 1.826, de 25 de novembro de 1982	123
Figura 24 – Professoras trabalhando no Centenário de Colonização da Cidade de Criciúma	124
Figura 25 – Homenagem à criança na Expo 100	125
Figura 26 – Censos Demográficos de 1872 a 1980, 1991, 2000	129
Figura 27 – Antonieta de Barros – Parainfa, do Acervo da Família (década de 1930)	134
Figura 28 – Professora Maria Marlene Milaneze Just – 2022	137

Figura 29 – Relatório intitulado “Histórico das Escolas Municipais – 1982”	149
Figura 30 – Galeria dos Secretários/as de Educação de Criciúma	157
Figura 31 – Gráfico Percentual de Secretário/as por Gênero.....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Criação de algumas escolas mantidas pelo poder público estadual de Santa Catarina	59
Quadro 2 – Decreto de criação das escolas da Rede Municipal de Criciúma	68
Quadro 3 – Nomeação de professores municipais de Criciúma 1927.....	79
Quadro 4 – Decreto de criação das escolas do Município de Criciúma que foram transferidas para Forquilha – emancipação em 1º de janeiro de 1989.....	80
Quadro 5 – Outros Dados da Pesquisa.....	81
Quadro 6 – Sedes da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma	93
Quadro 7 – Dados e ações dos festejos do Centenário de Colonização de Criciúma	111
Quadro 8 – Gestores/as que ocuparam a Secretaria Municipal de Criciúma (1946 a 2024)	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Crescimento populacional de Criciúma	43
Tabela 2 – Distribuição das escolas no extremo sul catarinense	56
Tabela 3 – Relatório de alunos(as) da Rede Municipal de Criciúma de 1977 a 2024	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O PERCURSO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CRICIÚMA ATÉ O CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DA CIDADE	37
2.1 CONTEXTO LOCAL: ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ATÉ O CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO.....	39
2.2 O PERCURSO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ O CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CRICIÚMA	49
2.3 MARIA MARLENE MILANEZE JUST NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	86
3 O CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO DE CRICIÚMA (1980) E OS DESAFIOS PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA MARIA MARLENE MILANEZE JUST	105
3.1 PREPARATIVOS PARA O CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL DA CIDADE DE CRICIÚMA (1977–1982)	105
3.2 A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE CRICIÚMA	112
4 MULHERES QUE OCUPARAM CARGOS DE GESTÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	128
4.1 DESAFIOS DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO	129
4.2 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DA PROFESSORA MARIA MARLENE MILANEZE JUST E SUA NOMEAÇÃO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM CRICIÚMA.....	135
4.3 MANUSEANDO DOCUMENTOS: IDENTIFICANDO OS/AS GESTORES/AS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	144
4.4 MULHERES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRICIÚMA	156
5 CONCLUSÃO	164
REFERÊNCIAS.....	173
ANEXOS	180
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS	181
ANEXO B – ENTREVISTA COM EX-FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO QUE TRABALHARAM COM A PROFESSORA MARIA MARLENE	

MILANEZE JUST	183
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	184
ANEXO D – DECRETOS EM QUE SE ENQUADRAM AS NOMEAÇÕES DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CRICIÚMA	188
ANEXO E – QUADRO DE NOMEAÇÃO DE PROFESSORES MUNICIPAIS DE CRICIÚMA DESDE 1927	189

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Criciúma bem mereceu as galas de seus festejos centenários neste ano de 1980 em que os descendentes dos pioneiros, num sentimento de gratidão e empolgação, celebram os feitos de seus fundadores e enaltecem as conquistas de seu progresso. Poucas celebrações expressam, tão profundamente, todo um conteúdo histórico e cultural, como essas que se realizaram a 6 de janeiro de 1980, no decorrer do Ano 100 Criciúma bem as mereceu por todos os títulos, de seu progresso material, cultural e religioso (Arns, 1985, p. 10).

Esta dissertação de mestrado apresenta uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGE/UNESC). Tem como **objeto de estudo** o percurso da educação pública municipal de Criciúma até o ano do centenário da Colonização, sob o olhar da Professora Maria Marlene Milanez Just (1977-1982). Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada tem como **objetivo central** conhecer o percurso da educação pública municipal de Criciúma até os preparativos do Centenário de Colonização na gestão da Professora Maria Marlene Milaneze Just na Secretaria Municipal de Educação (1977-1982).

Com o intuito de alcançar o objetivo geral, apresentam-se os seguintes **objetivos específicos**: conhecer o percurso da educação pública do município de Criciúma até o centenário da cidade; identificar os desafios vivenciados na organização e realização da comemoração do Centenário de Colonização de Criciúma, ocorrido no ano de 1980, na gestão da Professora Maria Milaneze Just; identificar o processo de feminização do magistério e os desafios enfrentados pelas mulheres em cargos de gestão pública a partir da experiência da Professora Maria Milaneze Just na Secretaria Municipal de Educação de Criciúma.

Neste estudo, consideramos que a história da educação municipal de Criciúma, assim como da educação pública brasileira, é concebida como algo em processo, portanto, pode a qualquer momento ser reescrita e recontada a partir de outras pesquisas, outras fontes, outras memórias e outros olhares, bem como a partir de outras perspectivas teóricas e metodológicas.

O Município de Criciúma (SC) carrega traços da presença dos colonizadores imigrantes europeus em sua história. Oriundos dos movimentos migratórios de diversos países, esses imigrantes, que Otília Arns (1985) define como “pioneiros”, “fundadores” (na citação de entrada desta introdução), chegaram a Criciúma a partir

das condições socioeconômicas do final do século XIX. Além disso, conta com as marcas dos povos originários que aqui habitavam e de outros que por aqui chegaram. A pesquisa proposta não pretende imergir nesse período em questão, entretanto, observam-se fragmentos da formação dos primeiros núcleos civilizatórios de Criciúma nas comemorações do centenário do município, ocorridas em 1980, e que serão abordadas no decorrer do estudo.

As **motivações** para a construção desta pesquisa estão relacionadas à minha trajetória pessoal e profissional. Refletem os caminhos que me conduziram ao Magistério, a importância da educação em minha vida, os desafios enfrentados ao longo da minha carreira e as escolhas realizadas. Minha experiência como estudante de escola pública, bem como as influências de minha família (filha e neta de professores/as), foram fundamentais. Além disso, minha atuação como professora de Educação Infantil, Orientadora Educacional, Secretária de Educação de Criciúma e Coordenadora Geral da Secretaria de Educação também desempenharam um papel crucial na motivação para esta pesquisa.

Minha relação com a Educação e o compromisso com o registro e a preservação da História da Educação do Município de Criciúma me levaram a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGE/UNESC), em nível de mestrado, na Linha de Pesquisa Educação, Linguagem e Memória, a fim de investigar sobre a educação pública municipal e o lugar das mulheres na gestão pública. Nesse contexto, a gestão da professora Maria Marlene Milaneze Just na Secretaria de Educação (de 1977 a 1982) oferece uma perspectiva valiosa para compreender diversos aspectos da educação local.

Minhas memórias de vida, escolares e profissionais, são primordiais e importantes para a constituição do meu viés acadêmico, e posso afirmar o quanto estou ciente, como afirma Bloch (2001, p. 75), de que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa”. Reconhecendo que ao mesmo tempo em que minha aproximação com o objeto de estudo me motiva e instiga a investigá-lo, também há momentos de paixão com as fontes documentais e possíveis armadilhas, as quais pretendo evitar por meio do referencial teórico escolhido.

Ao retornar à minha trajetória de vida, percebi que a carreira no magistério iniciou muito cedo: com 21 anos passei no concurso da Prefeitura de Criciúma e comecei a lecionar na Escola Vilson Lalau, no bairro Cristo Redentor, no ano de 2002. A essa época, a Secretária de Educação do Município de Criciúma era a Professora Giani Rabelo, hoje minha orientadora no mestrado. Nessa trajetória, a paixão e a motivação pela Educação foram presentes em meus dias de trabalho e, no ano de 2009, iniciei como coordenadora na Secretaria de Educação de Criciúma, retornando à sala de aula nos anos de 2015 e 2016 e, em janeiro do ano seguinte, assumi a Gerência Geral Administrativa da Rede Municipal de Criciúma. No ano de 2020, assumi o cargo de Secretária Municipal de Educação, interinamente, até o final de dezembro do mesmo ano, atuando, posteriormente, como Coordenadora Geral de Educação até abril de 2024 e, atualmente, atuo como coordenadora educacional.

De 2009 a 2024, durante meu trabalho na Secretaria, tive a oportunidade de acessar inúmeros documentos de diferentes períodos históricos. Além dos documentos oficiais, também entrei em contato com diversos objetos que fui organizando e armazenando. Meu objetivo é que, um dia, esses itens estejam disponíveis e bem organizados em um local apropriado e de fácil acesso para pesquisadores, professores, estudantes e a comunidade em geral. Esses documentos e objetos representam fragmentos significativos da história educacional de nosso município.

Em 2022, com a nova sede da Secretaria de Educação¹, foi organizado nesse prédio um espaço físico com os documentos e objetos que constituem o Memorial da Educação da Rede Municipal de Criciúma, a respeito do qual serão apresentadas algumas informações acerca de sua implantação ao longo deste estudo.

Quando decidi iniciar no PPGE, na linha de pesquisa Educação, Linguagem e Memória, fiz uma disciplina isolada: “Educação e Identidade Cultural”, no segundo semestre de 2021, e iniciei um diálogo com minha atual orientadora. Posteriormente, apresentei um pré-projeto de pesquisa para concorrer ao processo seletivo no ano de 2021, com o seguinte tema: “História e Memória das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Criciúma”. Ao ser aprovada e iniciar o curso como discente regular, fiz diversas leituras acadêmicas e me dediquei ao estudo das relações teóricas e às pesquisas com uso de fontes documentais. A partir de então, passei a ter um novo

¹ Localizada na Rua Palestina, 240, Pinheirinho, Criciúma/SC, anexa ao Parque Altair Guidi.

olhar para os documentos da Secretaria de Educação, o que me proporcionou alinhar melhor meu objeto de estudo e delimitar um recorte temporal apresentado nesta pesquisa.

Assim, iniciei uma pesquisa junto ao Apoio Administrativo vinculado à Secretaria Geral do Município, buscando leis e decretos que regem a administração educacional. Destes, cabe citar a Lei nº 330, de 22 de junho de 1961², que cria a Diretoria de Educação, Saúde e Assistência Social e a Lei nº 839, de 14 de setembro de 1971³, que transformou a Diretoria em Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social. Cabe lembrar que, atualmente, a denominação é Secretaria Municipal de Educação, nomenclatura oficializada pela Lei nº 2.828, de 15 de março de 1993⁴, a partir da qual o órgão passou a ser de responsabilidade exclusiva da área educacional, criando-se outro órgão para gerenciar a cultura. Desde a criação dessa diretoria/secretaria, iniciei a busca dos decretos de nomeação e exoneração de todos os diretores e secretários que exerceram esse cargo, ou seja, desde 1961.

A partir desta pesquisa, foi criado um mapeamento com decretos de nomeação e exoneração por datas, o que revelou a significativa presença de mulheres no espaço de poder ao longo dos anos. Esse mapeamento permitiu observar tanto a presença quanto a ausência de mulheres na administração pública municipal. Com o objetivo de reconhecer e visibilizar esses gestores e gestoras que contribuíram para a educação em Criciúma, foi inaugurada, em 14 de setembro de 2022, a Galeria dos Secretários e Secretárias de Educação. A data foi escolhida em alusão ao aniversário da Lei que criou a Secretaria de Educação, em 14 de setembro de 1971. A Galeria está localizada na nova sede da Secretaria Municipal de Educação, que também foi inaugurada no mesmo dia. No prédio próprio da Secretaria Municipal de Educação, anexo ao Parque Altair Guidi⁵, estão expostos permanentemente os quadros de fotografia dos/as Secretários/as que estiveram no exercício da função. A Galeria dos/as Secretários/as de Educação representa o reconhecimento àqueles/as que contribuíram para construção da trajetória da rede de ensino do município.

² A Lei nº 330, de 1961, cria diretorias no poder executivo. Disponível em: <https://bit.ly/45SM1CM>. Acesso em: 6 nov. 2022.

³ Lei nº 839, de 14 de setembro de 1971, dispõe sobre a organização administrativa da prefeitura municipal de Criciúma e dá outras providências. Disponível em <https://bit.ly/4cscCJe>. Acesso em: 6 nov. 2022.

⁴ Lei nº 2.828, de 15 de março de 1993, altera a redação da Lei nº 2.378/89, de 25 de maio de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/4bBkpmR>. Acesso em: 6 nov. 2022.

⁵ Localizada à Rua Palestina, 240 - Pinheirinho, Criciúma, anexa ao Parque Altair Guidi.

A fotografia é uma das fontes para a História da Educação e, a partir das fotos dos/as agentes públicos/as que foram os/as responsáveis pela condução da educação pública municipal, podemos compreender parte desse processo. A Galeria dos/as Secretários/as da Educação não serve apenas como um lugar de contemplação, mesmo se admitindo que “a fotografia exerce uma poderosa atração sobre aqueles que a miram” (Vidal; Abdala, 2011, p. 178), mas proporciona investigar o passado como descrevem as autoras:

No entanto, a foto não se esgota sua utilidade ou função pela simples contemplação estética. Exceto em algumas fotos artísticas, o que prende nossa atenção a imagem não é apenas a apreciação do belo, mas a possibilidade de reconhecer/conhecer o real. Vemos-nos transportados no tempo e no espaço, tocando o passado, eternizado pela ação mecânica da máquina fotográfica. Nesse sentido, poderíamos afirmar que a importância da fotografia como fonte para a história e a história da educação reside nesse seu dom de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos de verdade (Vidal; Abdala, 2011, p. 178).

Ao ter contato com as trajetórias dos antigos gestores da educação pública de Criciúma e com os períodos políticos e sociais que vivenciaram, por meio da organização da Galeria dos Secretários e Secretárias de Educação, identifiquei a Secretária Maria Marlene Milaneze Just como a principal figura de pesquisa. Ela gerenciou a Secretaria de Educação por seis anos (1977–1982), o que representa o maior período de permanência no cargo. A escolha da Secretária Maria Marlene Milaneze Just como foco da pesquisa não se baseia apenas no período extenso em que ocupou o cargo, mas também em uma série de fatores adicionais. Destaca-se sua condição de mulher e gestora, além de seu papel crucial em um período marcado por uma significativa mobilização do município em preparação para as festividades do Centenário de Colonização. Esses elementos tornaram sua gestão especialmente relevante para o estudo. O acontecimento demandou da Secretaria Municipal de Educação envolvimento direto, além do conhecimento sobre os dados educacionais do desenvolvimento da educação do município de Criciúma até o seu centenário. Já a escolha por esse recorte temporal, de 1977 a 1982, deve-se à relevância desse período, que envolveu o centenário da cidade e a condução dos trabalhos festivos. Entretanto, a fim de alcançar maior compreensão sobre a questão, foi necessário retroceder alguns anos até a colonização de Criciúma.

É interessante pensar que uma série de elementos, como minha trajetória, as fontes documentais e as informações contidas nelas me conduziram à escolha deste objeto de estudo. Mas, sobretudo, a partir de vestígios documentais foi possível construir novos conhecimentos e novas interpretações sobre o passado e lançar vários olhares que podem gerar diferentes versões. Este estudo representa uma dessas versões, buscando observar a presença ou ausência de mulheres em cargos de gestão pública. Ao refletir sobre o passado e interpretá-lo à luz de teorias e metodologias atuais, o estudo se propõe a compreender as barreiras ainda enfrentadas pelas mulheres no campo social e político, oferecendo um exercício crítico para o presente.

O estudo aqui apresentado acontece no campo da História Cultural, sendo a principal referência Peter Burke (2005) e Sandra Pesavento (2005). Esses/as autores/as observam as oscilações nos modelos de história totalizantes e positivistas, e na chamada crise dos paradigmas. Ou seja, novos contextos sociais exigem novos objetos, novas fontes de pesquisa que oferecem novas formas de pensar e narrar a história. “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura, como um conjunto de significados que são partilhados e construídos pelos homens para pensar o mundo” (Pesavento, 2005, p. 15). Assim, novos objetos e abordagens ganham visibilidade no campo da pesquisa, sobretudo, na História da Educação.

Ao considerar os aspectos culturais, educacionais, religiosos, crenças, valores, práticas cotidianas e expressões artísticas, buscou-se uma compreensão mais ampla e humana da História. Em contraste com o foco tradicional em eventos políticos e econômicos, a Nova História Cultural (NHC) se caracteriza pelo uso de novas abordagens e metodologias, como a História Oral, com a valorização das experiências das pessoas comuns e suas narrativas como fontes fundamentais de conhecimento histórico e, nesse caso, as memórias da Professora Maria Marlene Milaneze Just serão centrais para a realização de outras interpretações sobre esse momento histórico da cidade de Criciúma.

É importante ressaltar que, especialmente no período de comemoração do Centenário de Colonização de Criciúma, constrói-se um discurso sobre a identidade que impacta a cultura local. Burke (2005, p. 69) traz o conceito de cultura política das cidades e da cultura social:

A palavra “cultura” também serve para distinguir a NHC de outra de suas irmãs, a história social. Um domínio em que o deslocamento na abordagem é em particular visível é a história das cidades, a “história municipal” como se pode chamar, vem sendo praticada desde o século XVIII, talvez antes. A história econômica e social das cidades tomou impulso nas décadas de 1950 e 1960. A história cultural das cidades é ainda mais recente, uma terceira onda que se tornou visível com o livro *Viena, fin de siècle* (1979), de Carl Schorske, e com estudos posteriores.

Assim, tendo como entendimento a importância que constituem as abordagens da história das cidades e os sujeitos que constituíram esse percurso social, cultural e econômico, observamos ao longo da pesquisa marcas narrativas, construídas no município de Criciúma, que ainda hoje estão presentes nas narrativas locais, nos monumentos e nas festividades.

Por meio da metodologia da História Oral, com o uso das memórias da Professora Marlene e da análise documental, foi possível observar e construir novas versões sobre a história da cidade. Embora a lupa estivesse voltada à educação municipal, ela se insere num contexto social, econômico e político que não a observa de forma isolada, mas sim de um contexto amplo. Nesse caminhar, com muitas camadas, tive de me manter atenta aos riscos, às ausências e aos desafios de empreender essa jornada, tendo a História Cultural, em especial a História da Educação, como fio condutor.

Nesse sentido, fez-se necessário um exercício constante de pensar a História como algo dinâmico, em sua construção por meio de fragmentos, que contribuem com novas narrativas históricas e novas interpretações, com destaque para as contribuições de mulheres que fizeram parte dessa caminhada e que foram quase sempre silenciadas. Neste estudo, a narrativa teve como fio condutor as memórias da Professora Marlene, bem como os documentos encontrados ao longo da investigação. Uma tarefa desafiadora, pois, ao lidar com a História Oral, as “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos desconhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas [...]” (Portelli, 1997, p. 31), que exigiram novas buscas documentais, nem sempre exitosas.

Portanto, ao lançar o olhar para a Rede Municipal de Educação na fase dos preparativos do centenário do Município de Criciúma, tendo como uma das fontes principais as lembranças da entrevistada, foi desafiador, pois a cada informação encontrada, uma nova camada era acessada, abrindo assim inúmeras janelas para uma pesquisa que parecia ser inesgotável. Deparei-me então com campos conceituais

que por si só reverberam em novas pesquisas, como a história das mulheres na educação municipal de Criciúma, as mulheres na participação pública e social, a própria história da imigração da cidade, a identidade local, entre inúmeros outros temas.

Referente ao recorte temporal da pesquisa, foram exigidos alguns movimentos de avanços e recuos ao passado, em especial para conhecer o período da História do Município de Criciúma e da Educação até seu centenário. Foi importante olhar para a constituição do Município, a formação do território, o plano físico e os limites territoriais articulados ao processo de constituição territorial do estado de Santa Catarina. Como afirma Silva (2020b, p. 20), “o processo evolutivo Catarinense que ocorreu de forma lenta, pode ser contado a partir de 1534, quando a coroa portuguesa de Dom João III dividiu o Brasil em 15 capitanias e doou a Pedro Lopes De Santana a Capitania de Santana”. Ela ainda acrescenta:

Santa Catarina pertenceu à Capitania de Santana de 1534-1656, depois a Capitania de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá entre 1656 e 1709, passando a pertencer à Capitania de São Paulo entre 1709 e 1738. Em 1738, ainda vinculada à Capitania de São Paulo, criou-se a Capitania de Santa Catarina, a partir da carta régia de 11 de agosto, considerada por alguns historiadores como a certidão de nascimento da Capitania de Santa Catarina. Em 1739, a Capitania de Santa Catarina desmembrou-se de São Paulo e passou a pertencer à capitania Real do Rio de Janeiro. Nesse período, a Capitania de Santa Catarina era denominada “Ilha de Santa Catarina”, explicitando a característica de insularidade da nova administração (Silva, 2020b, p. 22).

Em 1660, foi criado o primeiro município de Santa Catarina – a cidade de São Francisco do Sul – e nos anos seguintes criou-se, em 1714, a cidade de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, em cujas terras se encontrava também o território do futuro Município de Criciúma, além das terras da atual capital, Florianópolis, que se tornaria cidade em 1726, denominada à época Nossa Senhora do Desterro (Silva, 2020, p. 22):

Em 1872, com a emancipação de vários territórios de Laguna, Criciúma passa a pertencer ao território de Tubarão. Na sequência, em nova divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Cresciúma figura no município de Araranguá e é elevado à categoria de município com a denominação de Cresciúma, pela lei estadual nº1516 no ano de 1925. Nesse período, a então Cresciúma é constituída de dois distritos: o de Cresciúma e Nova Veneza; complementados pelos distritos de São Sebastião, em 1933 – posteriormente denominado Aliatar, em 1938, e Içara, em 1943 – e Forquilha em 1959 (Silva, 2020, p. 22).

A autora conta ainda que, entre os distritos do Município de Criciúma, o primeiro a se emancipar foi Nova Veneza, em 1958; seguido por Içara, em 1961; e Forquilha, em 1989.

A cidade de Criciúma se constituiu como espaço urbano por esses desmembramentos e reconstruções de limites territoriais. O território político-administrativo de Criciúma, não diferenciando do estado de Santa Catarina, vai além do traçado de linhas. Pode ser entendida como uma construção social ao longo do tempo pelos mais variados povos, que por aqui passaram e se instalaram (Silva, 2020b, p. 22).

Esses elementos são fundamentais para o processo de formação de Criciúma, com traços de seu passado ainda visíveis no presente. São esses resquícios que investigamos, pois eles forneceram pistas valiosas para a construção e interpretação de narrativas históricas.

No entanto, como adverte Stuart Hall (2005, p. 56) sobre a importância de refletir sobre o passado: “ele se equilibra entre a tentação de retornar a glórias passadas e o impulso de avançar em direção à modernidade. As culturas nacionais são, às vezes, tentadas a se voltar para o passado.” Hall complementa:

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade nacional. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não são literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fosse parte de nossa natureza essencial (Hall, 2005, p. 47).

Assim, a identidade do cidadão cricumense não é algo natural, mas sim construída ao longo do tempo por diversos povos imigrantes e pela população originária que habitava a região, cada um contribuindo com sua própria cultura, costumes, hábitos e relações sociais. Esse processo contínuo de formação da identidade local também inclui as novas migrações: haitianos, ganeses, senegaleses, cubanos, venezuelanos, entre outros. Ao refletirmos sobre o passado e o presente, é evidente que a cultura é uma entidade dinâmica, moldada diariamente pelas relações interpessoais e pelas representações culturais que se desenvolvem ao longo do tempo.

Diante desse cenário, cabe dialogar novamente com Hall (2005, p. 48), que considera as “identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas

são formadas e transformadas no interior da representação” e complementa que “as pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (Hall, 2005, p. 49).

Dessa forma, durante muitos anos, essa cidade construiu e continua construindo sua identidade contada nos livros de História, sendo a maioria de memorialistas⁶. Como assinala o autor, essas relações entre o passado e o presente são importantes para a construção de novas histórias e, no caso deste estudo, contadas por pessoas simples que vivenciaram esse período, portanto, é evidente a importância do estudo acadêmico nessa nova perspectiva. Podemos reconstruir essas identidades locais no contexto nacional, considerando as particularidades de um povo criciumense que precisa desenvolver uma nova perspectiva sobre um passado frequentemente silenciado. Essa abordagem permite uma compreensão mais rica e inclusiva da formação e da evolução da identidade criciumense.

Retomamos o pensamento de Hall (2005), em que os homens constroem identidades nacionais, visto que essas construções ocorrem por meio de suas relações sociais e das representações com o seu conjunto de significados. Pensando nessa sociedade, a cidade de Criciúma possui muitos silenciamentos em sua narrativa histórica, visto que enalteceu alguns grupos e deixou muitas linhas em branco, estas podem ser valorizadas por meio do reconhecimento dos movimentos realizados pelas etnias, bem como os novos estudos acadêmicos.

Nesse íterim, a pesquisa justifica sua relevância ao buscar contribuir com a construção de narrativas históricas do contexto educacional do Município de Criciúma, levando em consideração o contexto local na relação com o cenário catarinense e nacional. Esses elementos serão perseguidos no percurso da educação municipal e o período da gestão da Secretária de Educação Maria Marlene Milaneze Just, por meio de suas memórias, pois, como coloca Ecléa Bosi (1994), lembrar não significa reviver,

⁶ Entende-se como memorialistas escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos – às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, nos quais o autor utiliza a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica –, sem que para isso utilizem as normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história. Muitas vezes esses escritores realizam e realizaram pesquisas de fôlego, debruçando-se durante anos sobre arquivos, apesar de quase sempre não divulgarem quais foram os arquivos pesquisados, não utilizarem referências e, às vezes, na escrita, misturarem o que é de sua autoria com citações de documentos consultados ou de autores lidos. Esses escritores partem muitas vezes de textos de historiadores, mas seguem caminhos totalmente diferentes dos acadêmicos. Disponível em: <https://bit.ly/3Mj4YWe>. Acesso em: 22 ago. 2024.

mas refazer, pois não é possível resgatar o passado por inteiro, mas sim o reconstruir a partir do presente.

A fim de alcançar os objetivos geral e específicos aqui propostos, o **referencial teórico** perpassa por conceitos como: Memória, Metodologia da História Oral, Patrimônio Educativo e História das Mulheres. Com o intuito de encontrar estudos que contribuam com o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas diferentes bases de dados e repositórios, como o portal de teses e dissertações da CAPES⁷, os repositórios de pesquisa Biblioteca Unesc e *sites* de revistas especializadas em História da Educação no Brasil.

Para discutir os conceitos de História Cultural dialoguei com Peter Burke (2005), Michel de Certeau (2017) e Sandra Pesavento (2005). Para compreender a metodologia Memória e História Oral, utilizei autores/as como Jacques Le Goff (1990), Marc Bloch (2001), Ecléa Bosi (1994), Pierre Nora (1993), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007); Janaina Amado (1995), Lucilia de Almeida Neves Delgado (2003), Michael Pollak (1992), Marilena de Souza Chauí (1998). Para me auxiliar na leitura e refletir sobre identidades, Stuart Hall (2005) foi o aporte teórico.

Em relação aos estudos que envolvem a História Oral e Memória, os/as autores/as José Carlos Sebe Bom Meihy (2000), Alistair Thomson (1997) e Michael Pollak (1992) foram fundamentais para a discussão sobre arquivos e fontes no campo da História da Educação; os autores Simone Burioli Ivashita (2014), Paulino José Orso (2012) ganharam destaque. Demerval Saviani (2008), Otaiza de Oliveira Romanelli (1982) e Paulo Ghiraldelli Júnior (2001), Eliane Marta Teixeira Lopes e Ana Maria de Oliveira Galvão (2001), contribuíram de forma significativa para a compreensão de aspectos da história e historiografia da educação brasileira.

Com o interesse em aprofundar o conhecimento sobre as produções que versam sobre a História da Educação de Criciúma, em especial próximo aos anos de meu recorte temporal, encontrei uma vasta produção de estudos realizados pelos/as pesquisadores/as do grupo de pesquisa do qual faço parte, o Grupo de Pesquisa História e Memória da Educação – GRUPEHME⁸, dentre as quais selecionei algumas

⁷ CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁸ Grupo de Pesquisa de História e Memória da Educação – GRUPEHME (registrado na base do CNPq), foi criado em 2001. “Na maioria dos projetos concluídos ou em andamento, seus(suas) pesquisadores(as) têm buscado alcançar a história das instituições escolares públicas e privadas, práticas da profissão docente do extremo sul catarinense [...]” (Histórico do Grupehme no site da Unesc. Disponível em: <https://bit.ly/3xQuSNt>. Acesso em: 6 jul. 2024).

para esta investigação. Ainda no âmbito do grupo de pesquisa, com o objetivo de estabelecer relação entre o conceito de cultura escolar e a História da Educação da Rede Municipal de Criciúma, fez-se necessária a leitura de livros da coleção composta por quatro cadernos que contam a história de quatro escolas da Rede, em que os/as pesquisadoras/es problematizam as primeiras ações educativas do Município, a saber: “A Escola na Colina: Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz (1905-2002)” (Rabelo *et al.*, 2003), “Escola Casemiro Stachurski: das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal” (Rabelo; Costa; Lourenço, 2005), “Lutas e Conquistas: história e memória da escola pública municipal Honório Dal Toé” (Rabelo *et al.*, 2007) e “Das Memórias à História: a trajetória da Escola Pública Municipal Padre José Francisco Bertero” (Rabelo *et al.*, 2010), todos elaborados pelos membros do GRUPEHME.

Sobre aspectos da História da Educação de Criciúma, debruicei-me sobre o Capítulo 4 da Tese de Susane da Costa Waschinewski (2020) intitulado “Caminhos Trilhados: uma cartografia da atuação de Jessy Cherem”; a Dissertação “Disputas de Identidades: a nacionalização do ensino em meio aos ítalo-brasileiros (1900-1930), de Tatiane dos Santos Virtuoso (2008); os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Jane Ester Faraco Schardosim (2011) intitulado “Antes da EEB João Frasseto: lembranças da escola pública mista da margem da estrada geral”; “Educação e Memórias: a Escola Isolada Capela São Roque nas lembranças de ex-alunos/as (Criciúma 1940-1950)”, de Maria Helena Casagrande (2010) e a Dissertação “Finalmente... Temos uma escola normal: saberes e práticas na formação de normalistas na Escola Normal Madre Teresa Michel (1958-1973)”, de Graziela Pavei Peruch Rosso (2011).

Destacam-se também outros estudos, como trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação que foram orientados pela Professora Giani Rabelo e que abordam aspectos, cenários e temas que circundam de alguma forma esta pesquisa, pois tratam de aspectos educacionais de Criciúma em diferentes contextos; como o estudo de Patrícia Eufrásio Kurtz, intitulado “A história do CEI AFASC Carmela Benedete Casagrande”, realizado em 2015; o TCC de Elisandra Rosso Bicca Chaucoski (2014), com uma investigação acerca do “Jardim de Infância e Alfabetização: memórias de uma professora e vestígios de suas primeiras experiências (década de 1980)”, de Beatriz Beloli de Oliveira (2013); uma incursão sobre “O Projeto Pelotão Esperança

de Criciúma (1993-2013): uma instituição educativa”; Angélica da Silva Goulart (2010) teve como objeto de estudo “A Construção da Trajetória/Identidade de uma Educadora em Criciúma na Década de 1960”; já Marjourie Mariano Serafim (2009) abordou em sua pesquisa as “Lembranças Femininas do Jardim de Infância da Vila Operária da Próspera (década de 1960)”.

A respeito da bibliografia que aborda a História de Criciúma, revisei os seguintes livros: “A Semente Deu Bons Frutos: Criciúma 1880-1980”, coordenado por Otília Arns (1985), que registra, por meio de entrevistas e documentos, a história do Centenário da Cidade de Criciúma, desde a chegada dos primeiros imigrantes. No entanto, ele silencia e não conta a história das comunidades indígenas aqui presentes, porém, possibilita o conhecimento da região e de seus sujeitos. Um livro memorialista, que utilizei como fonte de consulta e que trata de uma obra encomendada para contar a História da Imigração nos 100 anos de festividades dessa data, que apresenta a chegada e a instalação dos imigrantes europeus.

Outra obra utilizada como fonte foi “Criciúma: uma história de todos”, publicado em 2020, pela Secretaria Municipal de Criciúma, voltada para os estudantes, com uma linguagem pedagógica (Silva, 2020a); “De Cresciuma a Criciúma: 1880 a 1980”, do memorialista Archimedes Napolini Filho (2008), e “Criciúma 70 Anos 1925/1995”, também de Archimedes Napolini Filho (1995); “Criciúma: um breve relato de seus 140 anos”, da jornalista Joice Quadros (2020) e o livro “Apontamentos para uma História de Criciúma”, dos autores José Pimentel e Mário Belolli (1974); além da Dissertação de Dorval do Nascimento (2000), “As Curvas do Trem: a presença da estrada de ferro em Criciúma (1919 - 1975): cidade, modernidade e vida urbana”.

Também foram considerados os estudos das obras “Aconteceu no Século XX”, organizado por Gesiel da Silveira Gonçalves (2003), “A Cidade como Texto: tecendo saberes e conhecendo Criciúma”, dos autores Marli de Oliveira Costa e Mauricio Ruiz Câmara (2011) e “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais”, organizado por Carlos Renato Carola (2011), além de “Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina”, organizado por Alcides Goularti Filho (2004).

Sobre história das mulheres, gênero e feminização do magistério, ancorei minha pesquisa às seguintes autoras e suas respectivas obras: “História das Mulheres no Brasil”, de Mary del Priore (2004); “Mulheres educadas e a educação de mulheres”, de Flávia Rosemberg (2012); “Gênero, Sexualidade e Educação”, de Guacira Lopes

Louro (1997); “Mulheres Públicas”, de Michelle Perrot (1998) e da mesma autora “Minha História das Mulheres” (Perrot, 2007).

O conjunto desses estudos teve como objetivo fornecer subsídios teóricos e metodológicos a fim de seguir o rigor científico, percorrendo a perspectiva do trabalho histórico, em especial, quando se trata da memória da entrevistada. De acordo com Albuquerque Júnior (2007, p. 39):

O historiador quase sempre está manipulando memórias. Sejam escritas (autobiográficas, cartas, etc...) ou orais, as memórias individuais ou coletivas têm se transformado numa das fontes cada vez de maior importância para o trabalho de gestão da história.

Porém, para o autor, o campo da História Oral merece maior discussão “quanto aos aspectos teóricos e metodológicos que envolvem trabalhar com memórias no campo da historiografia” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 39). Desse modo, aumenta a importância do/a historiador/a realizar estudos a partir da História Oral para que tenhamos novos avanços do ponto de vista teórico-metodológico, bem como novos estudos e pesquisas dialogando com diferentes áreas do conhecimento. Assim, ainda destaca o autor:

Cuidados que devem ir desde uma clara conceituação de memórias e de história, que evite considerar as memórias um discurso mais verdadeiro, mais próximo do que teria sido a “verdadeira história” em contraponto a “história oficial”, até uma mais clara definição de métodos, tanto no que diz respeito à coleta destas memórias como no seu emprego posterior no interior de um discurso historiográfico (Albuquerque Júnior, 2007, p. 50).

O autor Alistair Thomson (1997, p. 79) conceitua a relação dialética entre as lembranças e a identidade, para ele “construímos nossa identidade em relação à história de outras pessoas a nosso respeito e nossas próprias histórias a nosso respeito, histórias a respeito do nosso passado e nosso presente e acerca daquilo que queremos nos tornar”. Aqui, destacamos como a Professora Marlene narra aspectos sobre sua identidade, são lembranças, sobre seu passado, suas relações em meio aos grupos aos quais pertence, qual lugar ela ocupava, de onde partia seu ponto de vista, quais as relações de poder eram vivenciadas pelos sujeitos desse processo. Como coloca Thomson (1997, p. 80), “somos frutos de nossa história e toda pesquisa acadêmica tem uma intencionalidade e nossa constituição enquanto sujeito histórico nos direciona a ações e análises frente aos objetos de estudos e a materialização dos

conceitos em palavras, frases e textos”, portanto, “[...] as maneiras pelas quais contamos nossas histórias do passado são uma das formas cruciais pelas quais construímos nossa percepção de quem somos agora” (Thomson, 1997, p. 80).

Já as pesquisas de Maria João Mogarro (2005; 2006) sobre os acervos escolares e o patrimônio educativo se articulam com este estudo, pois para a autora, os arquivos escolares nos permitem a introdução à uniformidade na análise realizada pelos atores da Educação, sendo eles: os professores/as, alunos/as, funcionários/as, autoridades locais ou nacionais, isto é, todos e todas que fazem parte da comunidade escolar, que têm representações e que se expressam de formas diversas no meio escolar.

Os **procedimentos metodológicos** deste estudo envolveram a pesquisa documental e a metodologia da História Oral, com a realização de duas entrevistas com a Professora Marlene; a investigação de campo com o levantamento de documentos de arquivo histórico, como jornais – Tribuna Criciumense – e o Apoio Administrativo, como documentos da Secretaria Municipal de Educação e da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, além da análise e do manuseio do arquivo pessoal da Professora Maria Marlene Milaneze Just, que foi doado ao Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma⁹. Essas fontes foram analisadas, cruzadas e cotejadas com o referencial teórico.

Nesse processo de pesquisa e escrita, foi realizado um aprofundamento teórico sobre os conceitos e as relações com o material das entrevistas, sendo assim, tem-se a clareza de que o desenvolvimento da pesquisa não foi algo simples e ordenado. A análise documental dessas diversas fontes ajudou a conhecer a História do Município e da Educação no recorte temporal de 1977 a 1982, na perspectiva daqueles/as que a narram.

Reconstruir aspectos da História da Educação, independente do recorte espacial e temporal, é uma tarefa desafiadora para os pesquisadores e pesquisadoras que buscam fragmentos e vestígios do passado, questionando e analisando por meio do olhar do presente. Como afirma Paulino José Orso (2012, p. 229):

⁹ Criado por meio da Lei nº 8.463, de 23 de outubro 2023, que dispõe sobre a criação de um memorial para a preservação dos acervos documentais e tridimensionais, objetos, suportes materiais, obras e outros bens de valor histórico, ligados à história da Educação no Município de Criciúma/SC. Sua criação e processo de desenvolvimento será melhor detalhado ao longo do estudo.

Esta é uma tarefa desafiadora, pois, como não poderia ser diferente, remete a investigar o passado e compreendê-lo acompanhado da totalidade das demais relações. Trata-se de reconstruir a história pregressa, que é algo que não é possível acessar diretamente.

Os pesquisadores e pesquisadoras deste campo de investigação utilizam-se de textos literários, imagens, linguagens artísticas e culturais, e da memória nas relações com a História Oral, além de realizarem entrevistas. Alistair Thomson (1997, p. 51) contribui:

As entrevistas de história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados, tais como as relações pessoais, vida doméstica e a natureza de organizações clandestinas. Elas oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais, de eventos passados: qual a sensação de casar-se, de estar na linha de fogo, de enfrentar a morte em um campo de concentração. Os historiadores orais são singulares em sua capacidade de questionar seus informantes, de fazer perguntas que podem não ter sido imaginadas no passado e de evocar reminiscências e entendimentos anteriormente silenciados ou ignorados.

Nessa perspectiva, são fundamentais as análises dos pesquisadores e pesquisadoras na condução das entrevistas e nos cruzamentos com as fontes documentais e bibliográficas das relações estabelecidas entre os agentes envolvidos no processo, em função dessa importante experiência não documental das entrevistas orais, como ressalta Thomson (1997).

A metodologia da História Oral possibilitou conhecer aspectos da Educação Municipal de Criciúma por meio das memórias da Professora Maria Marlene Milaneze Just frente à Secretaria de Educação, em especial porque oportunizou observar os lugares de poder ocupados por homens e mulheres, sendo problematizados ao longo da pesquisa, com base nos conceitos de memória e feminização do magistério, que serão aprofundados nas próximas seções.

O projeto de pesquisa para seu desenvolvimento foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNESC) e aprovado conforme autorização (Anexo A). Foram realizados três contatos com a entrevistada, sendo que o primeiro encontro ocorreu no dia 14 de setembro de 2022, no qual foi solicitada sua permissão para a entrevista. Esse momento foi sucedido por outros dois, nos quais aconteceu a entrevista semiestruturada (Apêndice B) nos dias 11 de maio e 2 de junho de 2023. Após a realização das entrevistas, estas foram transcritas e devolvidas à entrevistada. Nessa ocasião, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que já havia sido

entregue no primeiro encontro, foi assinado pela Professora Marlene (Apêndice C). Após a autorização e assinatura do TCLE, a entrevista transcrita foi tematizada a partir dos eixos definidos para esta dissertação. Além das entrevistas, o estudo utilizou a análise documental ao estabelecer contato com decretos, leis, normativas, jornais, fotografias e arquivos pessoais. Todos os documentos de diferentes suportes passaram pela análise documental guiada pelos pressupostos da História Cultural.

Desvendá-la e absorver suas contribuições para a pesquisa foi possível por meio de três encontros com a Professora Marlene: o primeiro deles foi uma conversa informal sobre a possibilidade desta pesquisa, que ocorreu no dia 14 de setembro de 2022 e, posteriormente, nas duas entrevistas que foram realizadas em 11 de maio e 2 de junho de 2023.

Por meio desses momentos com a Professora Marlene, foi possível perceber como o presente e as reminiscências se entrelaçam e se constituem em uma memória que dialoga com o dia e o momento vivido. Um aspecto que chamou a atenção foi a interferência dos locais de realização das entrevistas, que pareciam obstruir ou estimular de alguma forma suas recordações. O primeiro deles aconteceu em sua residência, no bairro Universitário, onde morava, em uma casa centenária (um sítio) de seu sogro e onde havia um ateliê de pintura, local em que, na entrada, encontrava-se uma placa com a inscrição “Sítio dos Just”. Um espaço que podemos considerar diferenciando em relação ao espaço urbano da cidade, pois se caracteriza em um amplo gramado, com muitas flores, que rodeiam uma casa centenária, uma igrejinha e outras pequenas construções.

A professora Marlene estava ocupada com a mudança, organizando seus pertences e livros. Durante esse processo, ela decidiu doar documentos educacionais e culturais para a prefeitura e para a Secretaria de Educação, que agora fazem parte do Memorial Educacional. Embora tivesse um misto de nostalgia por ter que deixar o espaço que estava sendo vendido e onde será construída uma nova instituição educacional, ela estava também alegre e eufórica ao lembrar as memórias vividas ali. A doação desses documentos representava um gesto significativo de preservar a história e contribuir para o legado educacional da cidade.

As entrevistas no ano de 2023 aconteceram em seu apartamento, momento em que observei que seu semblante estava diferente, não havia aquele brilho no olhar do primeiro encontro. Seria uma interferência do local? A casa em meio à natureza

contrastava com as restrições de um apartamento? Ficou a dúvida: se o local onde a Professora Marlene morou por décadas não tivesse sido o palco da primeira entrevista, talvez alguns fragmentos dessa memória, as reminiscências não teriam outras conotações?

Ao longo de nossos encontros, observei, por meio de suas memórias, a construção de uma narrativa, uma representação de como se via e como se vê, por meio de recordações de acontecimentos passados e da elaboração do presente, um diálogo entre suas identidades atuais, de uma mulher e profissional, descrevendo seu passado a partir do seu presente com nuances de como gostaria de ser lembrada. São pistas que carregam subjetividades, sentimentos de um passado forjado no presente, seus sonhos e conquistas realizados e sua condução enquanto agente social. Thomson (1997, p. 51) descreve que “podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências¹⁰, quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido”.

Para Meihy (2000), esse tipo de pesquisa pode utilizar como fonte dados da História Oral aliada a outros tipos de fontes documentais, qualitativas ou quantitativas, por facilitar o entendimento das subjetividades.

[...] a história oral implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança para o conceito da história, mas, mais que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e sentir-se parte do contexto em que vivem (Meihy, 2000, p. 13).

Os testemunhos coletados ao longo de duas entrevistas com a Professora Marlene foram analisados pelo crivo metodológico da História Oral, no sentido de constituírem fontes documentais importantes para buscar compor memórias que não estão registradas em livros e documentos oficiais, ou seja, a memória se fez necessária porque havia ausência dessas informações. Assim, concordo com Pierre Nora (1993, p. 13) quando menciona que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...] notariar atas, porque essas operações não são naturais”.

¹⁰ Reminiscências são passados importantes que compõem para dar um sentido mais satisfatório à nossa vida, à medida que o tempo passa, e para que exista maior concordância entre identidades passadas e presentes (Thomson, 1997, p. 51).

A busca por traços de memória nas fontes documentais nos permite voltar ao passado, não por completo, mas por meio de vestígios do passado que, de alguma forma, se fazem presentes nesses documentos. Orso (2012, p. 229) nos convida a refletir sobre a importância das fontes na compreensão da história pessoal e da educação ao afirmar:

Neste sentido, o processo de resgate das fontes amplia as possibilidades de compreensão da História da Educação e da própria história, na medida em que se relacionam com a totalidade social de cada momento. Não há outro modo de recuperar e reconstruir a história senão por meio das fontes, quaisquer que sejam elas. O fato é que o acesso ao passado depende essencialmente delas, que são as bases para a produção historiográfica. Por isso, a importância de localizar, preservar e socializar essas fontes.

Segundo Albuquerque Júnior (2007, p. 42), “o caráter social da ‘memória involuntária’ pode ficar mais explícito quando nos deparamos com nossos hábitos, gestos, atitudes, inclusive corporais”. Desse modo, nossos sujeitos fazem parte dessas relações sociais no dia a dia, nos espaços vivenciados e nas fontes que podemos buscar na reconstrução dessas memórias. O autor ainda afirma:

A “memória voluntária” que chamamos de lembrança é uma recomposição do passado, ela não é o acesso direto a esse passado, mas fruto de um trabalho de rememoração que é feito no presente, relativo ao presente que foi e o presente que é como diz Ecléa Bosi, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A recordação é, pois, um trabalho de organização de fragmentos, reunião de pedaços de pessoas e de coisas, pedaços da própria pessoa que boiam no passado confuso e articulação de tudo criando com ele um “mundo novo” (Albuquerque Júnior, 2007, p. 43).

Para Albuquerque Júnior (2007, p. 43), “a lembrança é a reposição do passado”, pois muitas recordações e memórias perpassam nossas histórias de vida e são importantes na constituição de nossa própria identidade e das relações sociais que vivenciamos. Nossas ações, que constituem o mundo ao qual pertencemos e a visão de futuro e de valores que buscamos, fazem parte dessa construção histórica.

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando fontes documentais e iconográficas, além da metodologia da História Oral, que inclui as entrevistas realizadas com a Professora Maria Marlene Milaneze Just.

A análise e o cruzamento das diversas fontes pesquisadas e a relação a ser estabelecida entre essas fontes e o problema central de pesquisa são a linha condutora de dissertação intitulada: **“Percursos da Educação Pública Municipal de**

Criciúma até o Centenário de Colonização no Olhar da Professora Maria Marlene Milaneze Just na Secretaria de Educação e Cultura (1977-1982)".

Neste **primeiro capítulo**, apresento os objetivos da pesquisa, os caminhos que me conduziram à escolha do objeto de estudo, bem como o contexto do desenvolvimento, situando os principais conceitos, autores que me auxiliaram no processo investigativo e de escrita.

No **segundo capítulo**, *Os Percursos da Educação Pública Municipal de Criciúma até o Centenário da Cidade*, o objetivo foi analisar, por meio das fontes documentais, como os relatórios, jornais da época e documentos orais, a constituição da educação escolarizada da rede municipal de ensino. Para isso, lancei o olhar para o período de 100 anos do município em questão, abordando as primeiras iniciativas para a fundação de escolas, a organização do ensino, suas alterações ao longo dos anos. Por fim, neste capítulo, narro a construção do Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma, criado por meio de Lei Municipal e que tem relação direta com esta pesquisa.

No **terceiro capítulo**, intitulada *O Centenário de Colonização da Cidade de Criciúma, os Desafios*, dedica-se ao Centenário de Criciúma e seus preparativos. Nesta seção, problematizo a trajetória da Professora Maria Marlene Milaneze Just, seus percursos no cargo de gestão e na coordenação dos trabalhos para as festividades do centenário de imigração da cidade a partir de suas lembranças e de seus esquecimentos.

Por fim, no **quarto capítulo**, *Mulheres que ocupam cargos de gestão na área da Educação*, conto um pouco da história da Rede Municipal de Educação de Criciúma. Por meio de uma vasta busca documental que teve como objetivo demonstrar como se constituiu o quadro de atores políticos que estiveram à frente do cargo da Secretaria de Educação. Dialogando sobre esses espaços de poder e a relação das mulheres com esses, destaco aspectos biográficos da Professora Maria Marlene Milaneze Just, sua nomeação para a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Criciúma, bem como um panorama da presença das mulheres que ocuparam esse cargo.

Por fim, apresento as considerações finais, construídas por meio das articulações estabelecidas ao longo desta investigação.

2 O PERCURSO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE CRICIÚMA ATÉ O CENTENÁRIO DA COLONIZAÇÃO DA CIDADE

E é pensando na construção da cidade de Criciúma que a escola pública de nosso município deve ser um instrumento forte para que de fato possamos constituir uma cidade inclusiva, feliz e educadora, onde todos possam se sentir sujeitos importantes e indispensáveis no processo (Rabelo *et al.*, 2010, p. 76).

Rabelo *et al.* (2010) destacam a importância da educação pública como um instrumento crucial na construção de uma cidade melhor. Apesar das diferentes administrações ao longo dos anos, o município de Criciúma experimentou avanços significativos em vários períodos, muitos dos quais foram influenciados por movimentos econômicos e educacionais no contexto nacional. A análise dos documentos e dados revelaram um esforço contínuo em busca de investimentos na educação pública, resultando em melhorias na qualidade educacional. Esse progresso é também atribuível ao empenho dos professores efetivos e temporários da Rede Municipal de Ensino de Criciúma, que têm se dedicado incansavelmente para aprimorar o trabalho educacional na cidade.

Para compreender o cenário educacional de Criciúma, apresentamos dados da educação pública municipal, analisando e problematizando aspectos do percurso educacional até o centenário. Atento às relações estabelecidas entre os documentos e as memórias evocadas pela Professora e Secretária de Educação e Cultura, Maria Marlene Milaneze Just, especialmente no contexto dos preparativos para o Centenário da Colonização. Nesse sentido, podemos refletir sobre essas diversas relações:

Portanto, não existe uma história da educação no sentido estrito, como se ela estivesse a parte do conjunto da história geral. Só podemos falar de uma história da educação de uma forma didática, pois, na verdade, temos uma única história, a história do homem (Orso, 2012, p. 231).

As mudanças na educação brasileira e sua institucionalização podem ser sentidas ao longo da Primeira República, entre os anos 1889 a 1930, quando a constituição de um modelo de escola pública vai se configurando e continua até hoje. Ao longo desse percurso, discussões em torno de métodos e concepções educacionais marcaram os embates que tencionavam por renovações e preconizavam a modernização do ensino. Muitos deles puderam ser observados no movimento da

escolanovista, que se constituiu por meio de vários educadores, dentre os quais, destacam-se o filósofo Anísio Teixeira e o sociólogo Fernando de Azevedo, que constituíram a Associação Brasileira de Educação – ABE, iniciando assim a luta pela educação pública para todos (Rabelo *et al.*, 2010, p. 75).

Entendemos que a trajetória da educação municipal, assim como toda educação pública brasileira, carrega marcas desses períodos de renovação educacional, bem como marcas das alterações econômicas e sociais que se fazem sentir nas políticas educacionais.

O historiador, trazendo ao presente acontecimentos do passado por meio de suas fontes documentais e de seu arcabouço teórico, pode narrar versões do passado. Aqui, em especial, buscamos reconstruir, por meio de diversas pistas documentais, uma versão que se soma a inúmeras pesquisas já realizadas, decorrentes de aspectos educacionais criciumentes.

Entretanto, a investigação em questão apresenta um recorte específico e um olhar a partir de diferentes ângulos para a História da Educação municipal de Criciúma. Nas próximas linhas, discorreremos sobre alguns aspectos da História da Educação municipal, seu percurso desde sua colonização até o seu centenário.

Ao irmos reconstruindo esse percurso, privilegiamos as memórias da Professora Maria Marlene Milaneze Just na gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Criciúma (1977–1982), no contexto da comemoração do Centenário de Colonização da cidade, em meio ao cenário político e educacional do período. Tendo como recorte temporal o fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980, foi necessário entender como a cidade de Criciúma, em um contexto nacional, se encontrava nesse período histórico no que diz respeito aos aspectos políticos e econômicos de uma ditadura civil-militar que perdurou por 35 anos em curso no país.

Na narrativa da entrevistada sobre os preparativos e festividades do Centenário de Colonização de Criciúma, a Professora descreveu que, desde o ano de 1977, iniciaram pesquisas e entrevistas orais, houve a criação de conselhos e ações voltadas para conhecer a história da colonização desde 1880, os caminhos trilhados até o então ano de 1980, que são abordados ao longo deste capítulo.

2.1 CONTEXTO LOCAL: ALGUNS ASPECTOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ATÉ O CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO

Criciúma é uma cidade marcada pelo carvão. A extração, beneficiamento e comercialização do carvão mineral foram a principal atividade que moldou a constituição do espaço da cidade. A Estrada de Ferro Tereza Cristina foi parte integrante da economia e cultura do carvão, tendo chegado em Criciúma em 1919 e desde então participado da constituição de um tipo de cidade que é Criciúma hoje (Nascimento, 2000, p. 16).

Criciúma, uma cidade polo na economia do sul catarinense, teve seu desenvolvimento baseado na extração de carvão, descoberto na cidade em 1893, por Giacomo Sônego, como descreve Silva (2020a, p. 75): “o senhor Giacomo Sônego estava no mato, onde escondia sua mulas, e, ao acender um fogo, para sua surpresa, percebeu que as pedras ficavam em brasa e não paravam de queimar”.

Sobre a descoberta e o início da extração do minério, Virtuoso (2008), ao dialogar com Nascimento (2004), comenta que a primeira ação política em relação à descoberta do carvão aconteceu no ano de 1860, ou seja, anterior à descoberta de Giacomo Sônego, quando o então Visconde de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant Pontes, com o intuito de explorar o carvão, solicitou ao governo do Império duas léguas quadradas de terras devolutas. “O Visconde, percebendo que sua concessão se prorrogava muitas vezes, aliou-se ao capital inglês, ‘formando-se assim, em Londres uma companhia de mineração chamada The Tubarão (Brazilian) Coal Mining Company Limited’” (Nascimento, 2004 *apud* Virtuoso, 2008, p. 37).

Junto a essa companhia iniciara-se uma empresa ferroviária, necessária para construir uma estrada de ferro até os portos de Imbituba e Laguna, intitulada Donna Thereza Cristina Railway Company Limited, em fins da década de 70 do século XIX (NASCIMENTO, 2004a, p. 51-52). A partir dessas iniciativas tiveram início as pesquisas para se conhecer a qualidade do carvão mineral na região sul de Santa Catarina (Nascimento, 2004, *apud* Virtuoso, 2008, p. 37).

Destaca-se a criação de uma companhia de carvão e, com ela, percebe-se a chegada da exploração de companhias estrangeiras que buscavam matéria-prima em outros países. Outro elemento que surgiu com a criação da companhia de carvão foi a necessidade da construção da estrada de ferro, que acelerou o processo de desenvolvimento dos transportes, trazendo assim mais dinamismo e proporcionando

avanços ao processo de desenvolvimento econômico, porém, deixou um grande passivo ambiental até os dias de hoje.

O carvão trouxe crescimento econômico tanto para a cidade de Criciúma como para o sul do estado de forma geral, com a aceleração de estruturas carboníferas de diferentes segmentos, desde as vilas operárias, estabelecimentos comerciais, de lazer e saúde até os espaços educativos.

Os trilhos que conduziam os vagões de minério extraídos trilharam uma fonte de desenvolvimento, entretanto, as condições de trabalho dos operários mineiros eram precárias e rudimentares. Herdamos um passivo deixado pela extração que vai além das muitas áreas poluídas com rejeito e, conseqüentemente, provocando mazelas na biodiversidade.

A atividade de extração do carvão mineral produziu marcas indeléveis na paisagem e na sociedade do sul do estado de Santa Catarina. A lógica extrativista, de cunho exploratório, determinou a exaustão de grandes parcelas de recursos naturais e humanos da região. Se por um lado a atividade econômica possibilitou a formação de riquezas e o desenvolvimento de determinados grupos sociais ou setores econômicos, por outro estabeleceu nova escala de atuação humana, acentuou a especialização do trabalho e a estratificação social e produziu, de forma associada à degradação ambiental, uma urbanização às escuras (Fermo, 2017, p. 6).

A população, especialmente os trabalhadores diretamente envolvidos na extração de carvão, os mineiros, frequentemente enfrentava problemas de saúde devido à exposição aos poluentes gerados pela atividade e aos altos índices de acidentes de trabalho, que eram comuns na época por causa da falta de normas de segurança adequadas. Além disso, a atividade carbonífera provocou um aumento significativo no número de novos residentes, com trabalhadores e suas famílias chegando em busca de oportunidades. No entanto, a cidade não possuía a infraestrutura necessária para acomodar esse crescimento populacional.

Com a expansão da população, surgiu a necessidade urgente de melhorar a complexidade e a qualidade dos serviços essenciais, que eram escassos. Portanto, o desenvolvimento ocorreu em um contexto de crise, destacando a necessidade de investimentos em áreas como política educacional, saúde pública, saneamento básico e infraestrutura, incluindo água encanada e esgoto, que haviam sido negligenciadas.

Zuleica Carmen Castilhos (2010, p. 248) discorre que a preocupação com o impacto ambiental teve início na Europa nas décadas de 1950 e 1960 pela sociedade

civil, porém, em nosso país, as exigências ambientais iniciaram em 1970: “[...] a Política Nacional de Meio Ambiente foi promulgada em 1981 e as mudanças na legislação ambiental foram incorporadas à Constituição em 1988”.

As atividades carboníferas tiveram sua implantação e seu desenvolvimento na região carbonífera, assim, as dinâmicas de urbanização e, também, dinâmicas sociais e econômicas se voltaram para a criação de vilas operárias, estradas de ferro, diversidade do comércio, hotéis e bancos, além da implementação de escolas e hospitais, tudo com a chegada dessa nova atividade econômica (Costa; Câmara, 2010).

Das dificuldades de vida e de trabalho na cidade e no campo rural no final do século XIX no município de Criciúma, o carvão mineral recém descoberto foi gradualmente assumindo o papel de combustível para novas possibilidades econômicas e de trabalho para a população. Em poucos anos, Criciúma assumiu o papel de maior produtora de carvão do Brasil, matéria-prima para o país em desenvolvimento. A autora Joice Quadros (2020, p. 48) comenta:

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial na Europa (1914-1918), o Brasil não pôde continuar importando carvão da Inglaterra. Na época, o carvão mineral era usado, principalmente, para uso na viação férrea, até então o principal meio de transporte no Brasil

Dessa forma, o Governo Federal incentivou a produção mineral no Sul do país. Segundo Nascimento (2000, p. 18):

A Estrada de Ferro Tereza Cristina é um excelente ponto de observação da cidade, uma torre de cuja janela histórica e teórica é possível desvendar determinados aspectos decisivos na formação de Criciúma. Inicialmente essa excelência se dá porque a estrada de ferro participou do processo de formação do espaço urbano de Criciúma. Ainda que a localidade tenha sido fundada em 1880, os elementos centrais do espaço urbano formaram-se a partir da década de 1940, com a expansão da atividade carbonífera em função da proteção governamental no contexto da segunda guerra mundial.

A cidade teve seu desenvolvimento econômico a partir do período de maior extração do carvão, entre os anos de 1940 e 1950. Podemos perceber um grande crescimento populacional, expresso no número de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresentados pela autora Joice Quadros (2022), período em que a população quase dobrou.

Retomando o foco central deste estudo, compreendido entre os anos de 1977 a 1982, momento político e social vivenciado pela Professora Maria Marlene Milaneze Just frente à Secretaria de Educação de Criciúma e o contexto dos preparativos para o Centenário de Colonização, é importante atentar-se para alguns dados do crescimento populacional. Por meio deles, é possível observarmos o movimento de aumento no número de habitantes que ocorria em diferentes períodos e que era impulsionado por determinados elementos econômicos e sociais.

Analisar essas informações sob a perspectiva da História da Educação nos leva a refletir sobre as adequações e investimentos necessários que foram realizados ao longo do tempo para que a educação pudesse acompanhar o ritmo das mudanças e demandas da cidade. Inicialmente, a construção de escolas para atender os filhos dos trabalhadores da indústria do carvão foi uma prioridade. Com a chegada de novas famílias e a necessidade de "educar" a geração futura, surgiram demandas urgentes por instituições educacionais que pudessem oferecer suporte às crianças dos mineiros e atender às necessidades de uma população em expansão. Esses investimentos foram essenciais para garantir que a educação pudesse se adaptar ao crescimento acelerado da cidade e contribuir para o desenvolvimento social e econômico de Criciúma.

Dialogando sobre os educandários construídos nos anos de auge da atividade carbonífera, Osório e Waschinewski (2017, p. 33) comentam que

Muitas das escolas desapareceram no tempo, e, com elas, muitas das tantas memórias escolares, sobrando apenas ruínas ou restos carregados de memórias incrustadas nos destroços e esmaecidas no tempo. Outras resistiram e chegaram até os nossos dias e permanecem presentes na paisagem das comunidades, ajudando-nos a lembrar de tempos passados, de uma cultura escolar indissociada da do carvão. São edificações que resistiram – e ainda resistem – à lógica paradigmática imposta pela modernidade, na qual a necessidade do “novo” em detrimento do “velho” se apresenta de forma imperiosa, ininterrupta e voraz, muitas vezes, expressa pela ambiciosa especulação imobiliária.

As estruturas escolares que sobreviveram ao longo do tempo nos oferecem uma visão valiosa sobre esses anos, permitindo uma compreensão mais profunda tanto dos aspectos educacionais quanto do contexto econômico da época. Elas revelam como a necessidade de espaços educativos se alinhava com a crescente demanda gerada pelo influxo de trabalhadores e suas famílias na cidade.

Posteriormente, com a crise da extração do carvão, ao observar os dados a seguir, observamos que o número de habitantes continuou crescendo, o que ocorre devido a uma migração para novas atividades de trabalho por razões econômicas e, conseqüentemente, isso levou à expansão do município com o início de sua diversificação econômica.

Tabela 1 – Crescimento populacional de Criciúma

Ano	Número de Habitantes
1909	3.600
1925	8.500
1940	27.753
1950	50.854
1960	61.975
1970	81.452
1980	110.597
1991	146.320
2000	170.420
2010	192.308
2019	215.186

Fonte: adaptada de Quadros (2020).

Nas décadas de 1960 e 1970, o movimento econômico do país, com o advento do óleo como combustível industrial, pôs em discussão o horizonte da indústria carbonífera. O capital acumulado pela elite empresarial de Criciúma possibilitou a ampliação de novas áreas a serem exploradas, especialmente as atividades na área de cerâmica.

No ano de 1964, com o golpe civil-militar, a cidade passou por muitas mudanças em seu modo de vida e Criciúma se destacou estadualmente e nacionalmente por suas lutas sociais, bem como pela mobilização de trabalhadores em defesa da democracia, que encontraram como resposta a violência e a perseguição. Marisa Terezinha Chaves (2003, p. 66) descreve que “logo após a deflagração do Golpe, Criciúma teve suas ruas invadidas por tanques de guerra do Exército, com inúmeros soldados fortemente armados”.

Foi um período muito difícil para a população. Abrindo um parênteses nesta pesquisa e a trazendo a personalidade, eu me recordo de que, desde a minha infância, minha mãe me contava que se lembrava dos tanques do exército cruzando sua cidade (Morro da Fumaça) e indo em direção a Criciúma (Chaves, 2003). Relato este que também está posto por Chaves: “Uma série de medidas repressoras foram tomadas

pelos militares, entre elas a prisão de inúmeros mineiros e seus sindicatos, colocados sob intervenção militar” (Chaves, 2003, p. 66).

Louro (1997, p. 472) descreve esse período como sendo “[...] os anos mais severos do regime militar, com um forte fechamento político-institucional, repressão aos movimentos sociais e explícito controle sobre as atividades culturais, educacionais, políticas e religiosas”. Existia um discurso didático-pedagógico que contribuía para a ordem e o progresso, em que a regulamentação era rígida aos agentes educacionais, exigindo ocupações bastante intensas com atividades administrativas e controle educacional (Louro, 2004). Ao mesmo tempo em que a educação na ditadura era vista como elemento importante na formação das novas gerações, era também carregada de intenções de patriotismo e intenções de ordem política e econômica inconstantes (Lopes; Galvão, 2001).

Para Salles e Stampa (2016, p. 3), a ditadura militar e a educação apresentavam:

A necessidade de reprimir as ideias direcionando os olhares para as instituições escolares, especificamente para a prática docente, desde o ensino primário até o ensino superior. O magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional, pois se configurava como espaço de circulação e construção de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial. Assim, qualquer sinal de resistência ou crítica docente ao golpe era classificado como uma atividade subversiva e, consequentemente, culminava em violação dos direitos humanos, perseguições, constrangimentos e demissões.

A população, de forma geral, vivenciava o silenciamento, e a área educacional foi uma das mais impactadas, com um controle rígido institucional, por ser um espaço de construção de conhecimento, período em que foram realizadas muitas mudanças nas leis educacionais, muitas vezes com o intuito de esvaziar as discussões políticas e sociais em sala de aula.

Visto que com a imposição da ditadura, tivemos uma ruptura em nível político e não em âmbito socioeconômico, essas mudanças são estudadas por Saviani (2008, p. 364):

Nesses discursos era uma constante a seguinte temática: as forças armadas levantaram-se para salvaguardar as tradições, restaurar a autoridade, manter a ordem, preservar as instituições. [...] E isso se refletiu na legislação que instituiu as reformas do ensino baixadas pela ditadura. Eis por que não foi necessário revogar os primeiros títulos da LDB (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961), exatamente os títulos enunciavam as diretrizes a serem

seguidas. Foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado com a doutrina da interdependência.

Cabe destacar a nossa principal lei educacional, a LDBEN de 1961, que ficou tramitando no Congresso Nacional por 13 anos e nasceu velha; já a LDB de 1971 não chegou a ter um parto com muitos cuidados.

O regime de 64 não veio para efetivar uma ruptura econômica com o regime anterior, mas veio sim, para uma alteração política justamente para o favorecimento da continuidade do modelo econômico. A legislação educacional não encontrou motivos para não refletir tal continuidade. De fato, a Lei 5.692/71 incorporou os objetivos gerais do ensino de 1º e 2º graus expostos nos “fins da educação” da Lei 4.024/61. Tais objetivos diziam respeito à necessidade de proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (Ghiraldelli Júnior, 2001, p. 181- 182).

Segundo o autor, não foi por acaso que as tentativas de implantação da nova LDB (Lei nº 5.692/71)¹¹ se deram justamente nos anos de maior repressão do regime e, além disso, no período da euforia das classes médias com o “milagre econômico”, além dos floreios das promessas escolanovistas contidas na Lei.

A cidade de Criciúma, entre os anos 1970 e 1980, vivia um grande momento econômico e social, em pleno processo de transformação urbanística com as principais atividades econômicas voltadas ao carvão mineral, à cerâmica e ao vestuário. Possuindo 110.597 habitantes, segundo fontes do IBGE, o prefeito da época, Altair Guidi, e o vice, Mário Sônego, assumiram a gestão pública em 1º de janeiro de 1977, cargos em que se mantiveram até 31 de dezembro de 1982. A responsável pela pasta da Educação e Cultura nesse período foi a Professora Maria Marlene Milaneze Just.

Ao final da década de 1970, o Município de Criciúma passava por importantes mudanças em seu processo de urbanização e identidade cultural. Quadros (2020) conta que o retrato da época era uma cidade com ruas de paralelepípedos na região central e com pouca iluminação pública, já que nos bairros as ruas eram de pirita. Os trilhos do trem cortavam a cidade na Avenida Axial que, mais tarde, se transformaria na Avenida Centenário. Ela narra que em 1976:

¹¹ Brasil (1971).

Na economia, era uma cidade que crescia, ganhava força e despontava como principal metrópole do Sul. O carvão mineral era a principal atividade do município, ao lado de recentes investimentos na produção de pisos e azulejos e da crescente diversificação das atividades de seu parque industrial. ” (Quadros, 2020, p. 122).

De acordo com a referida autora, em 1976, a cidade completava 96 anos de aniversário da chegada dos imigrantes italianos, e já se falava em seu centenário que aconteceria em 1980, discutindo-se os festejos de comemoração da data.

Em 1973, uma crise mundial começou a cercar a produção de petróleo com o seu aumento nos anos seguintes. Em 1974, os Estados Unidos aumentaram o preço do carvão e, em 1979, a crise teve seu auge com o aumento dos preços do petróleo. Por causa dela, “o governo federal, então, volta novamente todas as suas atenções para o carvão metalúrgico catarinense [...] de 600 mineiros chegamos a 2700 contratados” (Quadros, 2020, p. 122). Assim, ao final da década de 1970 e início dos anos de 1980, a exploração do carvão começou a crescer novamente e, nos anos 1990, teve uma nova crise, durante a qual uma Portaria Federal desregulamentou a compra do carvão mineral pela indústria siderúrgica nacional.

O setor educacional durante o período do golpe civil-militar que começou em 31 de março de 1964 e terminou com as eleições indiretas em janeiro de 1985 experimentou mudanças significativas.

Com o advento do regime militar, o lema positivista “Ordem e Progresso” inscrito na bandeira do Brasil metamorfoseou-se em “segurança e desenvolvimento”, guiando-se por esse lema, o grande desenvolvimento econômico com segurança (Saviani, 2008, p. 365).

Em números gerais, os dados da educação eram negativos: analfabetismo, qualidade educacional e, como descreve Saviani (2008), era um entrave que necessitava ser removido. Com os laços de estreitamento entre Brasil e Estados Unidos, houve o reforço das empresas internacionais e o país passou a importar um modelo organizacional e a preparação para a mão de obra:

E a demanda de preparação de mão de obra para essas mesmas empresas associadas à meta de elevação geral da produtividade do sistema escolar levou à adoção daquele modelo organizacional no campo da educação. Difundiram-se, então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo) que, no campo educacional, configuraram uma orientação

pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista” (Saviani, 2008, p. 369).

No período de 13 de março de 1964 a 20 de janeiro de 1967, estive à frente da Secretaria de Educação de Criciúma a Professora Jessy Cherem, mencionada nesta pesquisa. De acordo com o estudo realizado por Waschinewski (2017), Jessy realizou um curso de aperfeiçoamento profissional com duração de um ano (1962–1963), na cidade de Belo Horizonte, intitulado Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAE):

O programa funcionou entre os anos de 1956 a 1964, no período conhecido como nacional desenvolvimentista, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Durante esse período foi firmado o acordo entre Brasil e Estados Unidos (EUA), tendo como objetivos reduzir os índices de evasão e repetência nas escolas primárias brasileiras. Por essa razão, previa-se como principais ações a formação de professores/as e a produção de materiais didáticos. O PABAE abrangia 25 Estados brasileiros, sendo que em Santa Catarina a assistência contou com a presença de 19 (dezenove) professoras bolsistas (Waschinewski, 2017, p. 29-30).

Ainda de acordo com Waschinewski (2017), podemos observar que Criciúma se inseriu nesse desejo não somente de modernizar sua educação, mas também de adequá-la às necessidades de formação de mão de obra qualificada para o mundo do trabalho, um discurso forte do Programa amplamente propagado naqueles anos.

Sobre a realidade local, frente a esse contexto nacional, a Professora Marlene, ao apresentar suas impressões sobre a transição da ditadura para a democracia, conta que: *“Não era falado nada sobre isso... Não, a gente não tinha essa prática, Deus o livre falar de política na escola, nem pensar, a gente não fala, então como é que os outros iam falar. A política era política educacional”* (Marlene, 2023, p. 14).

Percebemos um discurso de controle social, um esvaziamento do debate político, que ocorria muito provavelmente pelo medo e/ou pela vigilância que assolava a educação, sobretudo, em relação aos professores e estudantes. A repressão e a censura eram as palavras de ordem que derivavam da consolidação da ordem política. O binário segurança e desenvolvimento era o objetivo do governo: uma nação com princípios morais, em que prevaleciam os valores da ordem e do civismo, o espírito patriótico, em direção ao progresso, sem questionamentos e sem perguntas. Ainda na fala da entrevistada, percebemos a influência religiosa por meio da seguinte

expressão “*Deus o livre*”, talvez uma forma de expressar o medo e a insegurança em falar sobre o período ditatorial pelo qual o país foi atravessado durante duas décadas.

Aqui, observamos o silenciamento das questões políticas vivenciadas durante os anos de ditadura. Por meio da História Oral, tentamos compreender os silenciamentos provocados pelas indagações que se referem a esse período. Percebemos, nos fragmentos da memória da Professora Marlene, o compromisso com a educação e com a escola, quando aborda seu compromisso com a “política educacional”, mas mesmo assim questionamos o porquê de não se falar na ditadura e em política.

Nesse sentido ficaram algumas questões: será que realmente nos bastidores, os/as professores/as não conversavam sobre ditadura e seus impactos na política e no cotidiano educacional? Será que suas narrativas elaboradas e produzidas no presente trazem à tona lances de memória, em que se vivia o medo de se posicionar, fruto das perseguições políticas que estudantes e professores sofreram duramente no período?

A Professora Marlene se recordava pouco desses anos tão conturbados. Esse esquecimento nos levou a refletir que “O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser” (Thomson, 1997, p. 51). Nas memórias de Marlene, percebemos o silenciamento “Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’ . As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definido e reprimido inconsciente” (Pollak, 1992, p. 8).

Essa mulher trouxe em suas lembranças muitos silenciamentos involuntários e possivelmente voluntários de sua memória, pois a ditadura foi algo experimentado e vivido intensamente, em especial por aqueles/as que ocupavam cargos de gestão. Respeitando as memórias da entrevistada, entretanto, observamos os caminhos e as nuances “não-ditas” descritos nesta dissertação, considerando que a memória às vezes apaga pontos traumáticos que não são descritos. “Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (Pollak, 1992, p. 9). As narrativas vivenciadas e o aprendizado de Marlene, incluindo memórias traumáticas que às vezes são esquecidas, o que foi transmitido por ela e suas

lembranças, constituem um enquadramento da memória através da História Oral. Pollak (1992, p.13) contribui:

Assim como uma “memória enquadrada” uma história de vida colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social, individual, é também suscetível de ser apresentada a inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada.

Com o fim da ditadura, havia um clima de medo e receio, o que é incontestável, mas não podemos nos esquecer de que os sujeitos têm suas subjetividades, seus olhares e seus posicionamentos frente à realidade e às suas ações sociais de trabalho. O lugar onde a professora se colocava era de silenciamento, talvez por medo ou por outros motivos, mas o seu compromisso educacional e social da construção do conhecimento das crianças demonstrou que suas atitudes buscavam a construção de uma nova sociedade por meio da educação. Marlene foi uma agente transformadora, que silenciava o discurso político, mas que contribuiu para esse rompimento por meio de uma educação de qualidade, buscando o melhor para os seus/as alunos/as.

2.2 O PERCURSO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ O CENTENÁRIO DE FUNDAÇÃO DA CIDADE DE CRICIÚMA

Criciúma, plantada no tranquilo sul-catarinense, com o arrojo do seu progresso, representa bem o dilema e o desafio da consciência de um processo cultural. A comemoração de seu primeiro centenário foi, e deve permanecer, um marco de conscientização histórica (Arns, 1985, p. 8).

Pesquisando e estudando sobre o percurso da educação municipal de Criciúma, com a lupa que conduz ao Centenário de Colonização, percebemos poucas obras literárias, livros e trabalhos acadêmicos com esse recorte temporal, por isso a importância da construção de novas narrativas que incluem períodos pouco estudados ou mencionados na historiografia educacional.

Para dialogarmos com as fontes documentais e com a memória da Professora Marlene, no período de 1977 a 1982, foi necessário relembrar e recompor partes da História da Educação e da História do Município de Criciúma em seus diferentes períodos. Nesse sentido, fez-se necessário, em alguns momentos, realizar recuos e em outros avanços, ao longo da história do Município, recorrendo à pesquisa de Costa e Câmara (2010, p. 397):

O Governo Imperial do Brasil organizou as colônias por meio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e os colonos receberam os títulos dos lotes pelo Serviço de Migração. Na região Sul Catarinense foram fundados o núcleo colonial de Azambuja (1877), além dos núcleos de Treze de Maio, Pedras Grandes, Armazém e Acioli de Vasconcelos, o núcleo colonial de Urussanga (1878), o núcleo colonial de São José de Crescuma (1880) e o núcleo colonial Torrens.

Quando a colônia de Criciúma foi fundada em 1880, sua administração era gerenciada pelo município de Araranguá. Nessa época, Criciúma era um distrito que apenas fazia parte do território araranguaense e, com o passar do tempo, o crescimento da população ocorreu devido ao desenvolvimento das atividades econômicas. Em 1892, a colônia que originou Crescuma se transformou no Distrito de Paz e passou a ser gerenciada por um intendente. A partir de um movimento promovido por um grupo de pessoas, foi enviado um pedido ao governador do estado de Santa Catarina para emancipar o distrito e transformá-lo em município. Assim, após muitas tramitações e lutas, em 4 de novembro de 1925, a Lei nº 1.516¹² foi aprovada, promovendo a criação do município. A emancipação ocorreu a partir de 1º de janeiro de 1926, com o nome original de Cresciúma (Naspolini Filho, 2008).

As cidades são o resultado das relações entre os sujeitos, que se constituem em um recorte temporal e espacial imbuído de relações sociais. Quem eram os povos que habitavam essas terras antes da chegada dos europeus? Como Criciúma se constituiu e como se deram as relações de poder que resultaram na cidade atual? São indagações importantes para compreendermos a constituição deste município.

Como mencionado, Criciúma carrega consigo marcas de diversas culturas, ou seja, dos povos que habitavam essa região, dos europeus – alemães, italianos, portugueses, espanhóis, poloneses – além de árabes e descendentes africanos, entre outros que contribuíram para o desenvolvimento do município de Criciúma e da região. Esse mosaico de culturas forjou uma identidade criciumense e a constatação dessa identidade nos levou a dialogar com Hall (2005, p. 59) quando afirma que “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”. Durante muitos anos, o

¹² Lei nº 1.516, de 5 de julho de 1990, institui o município de Criciúma. Disponível em: <https://bit.ly/3VSxlyQ>. Acesso em: 6 nov. 2022.

município de Criciúma construiu sua identidade a partir do “encontro” de distintos grupos colonizadores advindos, principalmente, de diferentes países europeus com aqueles que aqui habitavam.

Cabe, no entanto, destacar que a composição desse mosaico étnico gerou conflitos e tensões, pois havia muitas questões que se cruzavam, como a disputa de terras, o idioma, os hábitos culturais e as tradições. Desse modo, havia a necessidade de estabelecer tentativas para manter a ordem e diminuir os conflitos étnicos (Otto, 2005). Essa realidade nos leva a refletir que “mesmo apresentando características modernas, as identidades são colocadas entre o passado e o presente”, como argumenta Hall (2005, p. 59).

Atualmente, nos debates acadêmicos sobre o multiculturalismo, com o olhar para o passado a partir do presente, podem-se analisar os acontecimentos com outros olhares. Por esse motivo, novas histórias e memórias são evocadas por pessoas comuns que foram esquecidas pela História oficial. Aqui, em especial, quando trazemos a narrativa de uma mulher, professora, ocupante de um cargo público, buscamos realizar esse exercício de compor novas versões da História sob a ótica daqueles que viveram naquele período.

Buscando construir novas narrativa para a história do município de Criciúma e também promover essa discussão nas escolas e nas salas de aula, a Secretaria de Educação de Criciúma, no ano de 2020, produziu um material pedagógico com linguagem simples para ser utilizado pelos/as alunos/as do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, a fim de contemplar novas abordagens sobre a história da cidade.

Figura 1 – Capa do livro “Criciúma: uma história de todos”, de 2020



Fonte: acervo digital da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (2020).

Esse material, intitulado “Criciúma: uma história de todos!”, foi produzido com textos acessíveis para o melhor entendimento dos estudantes, conforme a faixa etária educacional, e seu conteúdo discorre sobre a chegada dos imigrantes e a presença dos povos indígenas que na cidade já se encontravam. No livro, há o seguinte registro:

Na região onde hoje se encontra Criciúma, não foi diferente: viviam aqui indígenas que ocupavam as terras antes da chegada dos imigrantes. Não havia tantos índios¹³ como em outras regiões do país, mas os que existiam mantinham seus costumes de caça, pesca, cultivo dos alimentos e outros. Os colonos chamavam-lhes de “bugres”. [...] os bugres eram descendentes da tribo Xokleng, a qual vivia de caça e da pesca e andavam pela mata em busca de alimentos. Por esse motivo, eles não tinham uma moradia fixa, o que os enquadrava como povo nômade (Silva, 2020, p. 11).

Os colonizadores europeus tratavam os povos originários como “bugres”, uma palavra pejorativa, denunciando uma relação de poder em que o europeu, recém-chegado nessas terras, se sentiu autorizado a levar essa população e sua cultura ao extermínio. Pouco sabemos sobre os povos indígenas que aqui viviam, em especial os Xokleng, que eram nômades e viviam nesse espaço territorial que hoje se configura no extremo sul catarinense. No entanto, certamente ainda temos vestígios em sítios arqueológicos e em objetos encontrados na cultura imaterial transmitida ao longo das gerações.

¹³ Podemos chamar atenção para este dado, pois é uma informação difícil de mensurar: a quantidade de indígenas que viviam na região, visto que os vestígios históricos de sua presença são poucos e continuam em constante levantamento e produção de dados por meio das investigações científicas nos sítios arqueológicos.

Os povos indígenas que aqui habitam compõem parte da nossa história, e são essenciais para a compreensão da constituição de nossa identidade nacional e local. Muitas reflexões e questionamentos acerca dessa construção histórica devem ser realizados, portanto, segue nossa indagação: Qual o legado cultural deixado pelos povos indígenas em nossa sociedade local, que é apagado, não é reconhecido e é até marginalizado? É muito importante a reconstrução da História a partir do olhar dos sujeitos que foram e continuam sendo marginalizados na narrativa de determinado segmento social. A negligência com esses sujeitos históricos fica evidente nos festejos da colonização da cidade, quando os indígenas não foram e não são lembrados, o que nos leva a afirmar que foram silenciados e, quando mencionados, são alvo de discriminação, preconceito e violência.

A partir dessa trajetória da emancipação político-administrativa da cidade de Criciúma, no ano de 1925, o governo municipal passou a se organizar para oferecer serviços à população, entre esses a educação pública. Para Rabelo (2008, p. 384),

esses serviços de educação, saúde e assistência social não eram reconhecidos como um direito, mas como um favor. No entanto, na medida em que o país vai se modernizando e os problemas sociais vão se agravando e o Estado começa a construir uma rede de políticas públicas para atender parcialmente a população.

Esse fator pode ser evidenciado na Constituição de 1934, ao tornar obrigatório o ensino primário gratuito, inclusão essa requerida no “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, em 1932, o qual colocava:

A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás, o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito (Azevedo *et al.*, 1932, p. 6).

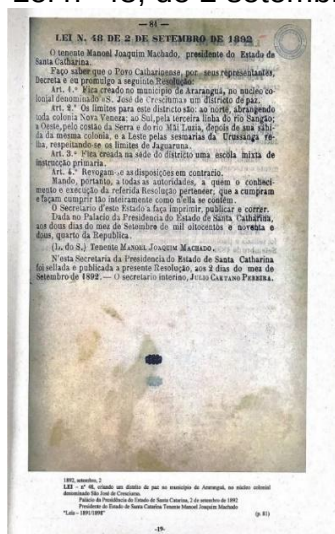
No final do século XIX, a cidade do distrito de Cresciúma teve suas primeiras experiências escolares. Iniciaram-se as atividades educacionais com os primeiros imigrantes italianos e poloneses que tinham caráter comunitário e particular, uma vez que o salário dos professores era pago pelos pais (Costa; Câmara, 2010).

Para dialogarmos com a História da Educação do município de Criciúma, foi necessário perpassar a história da cidade e dialogar com as memórias e documentos,

como mencionado na Lei Estadual nº 48, que criou o distrito de Crescúma e estabeleceu a criação de uma escola mista de instrução primária. Dessa forma, esse documento evidencia a criação da primeira escola da rede estadual no território criciumense. Analisando cronologicamente, após 12 anos da chegada dos primeiros imigrantes, conforme descreve Archimedes Napolini Filho, a vila se tornou um Distrito de Paz.

Note o nosso leitor que além da criação do distrito de paz, a Lei nº 48 também criou a nossa primeira escola de ensino fundamental. Até 1892, todas as ações político-administrativas daquele núcleo, eram soberanamente resolvidas pelas autoridades constituídas de Araranguá, de cujo território, como já dissemos, Crescúma fazia parte. A partir desse evento, todavia, nossa gente começava a ser consultada. Já em 1893, o distrito de paz era instalado com a posse do intendente, o Sr. João Zanette; do subcomissário de polícia, Pedro Benedet e do escrevente cartorário, Hecto Bernhart, que ocupava, também, as funções de juiz de paz e de professor da escola recém-criada (Napolini Filho, 1995, p. xx).

Figura 2 – Lei nº 48, de 2 setembro de 1892.



Fonte: Livro sobre Criciúma, Assembleia Legislativa de Santa Catarina (1892, p. 19).

A Lei nº 48, de 2 de setembro de 1892, foi o primeiro registro público da criação de uma escola no município de Criciúma. Estamos falando da escolarização formal de responsabilidade do poder público. A instituição escolar, gerenciada pelo poder público estadual, fez-se presente em nossa região uma década após a chegada dos primeiros imigrantes, em 1892, a partir dessa Lei, a qual cria o Distrito de Paz e, também, em seu Artigo 3º, descreve a criação de uma escola mista de instrução primária. Após três anos, em 1895, “Hector Bernhardt” foi nomeado pelo governador

do estado para ministrar aulas aos colonizadores e seus filhos, constituindo-se como o nosso primeiro professor. Napolini Filho (1995) contribui nesse sentido:

O termo “escola”, todavia, só apareceria, por aqui em 1892. Pessoas da comunidade, como Giacinta Coccolo, Fermo Antéa, João Batista Targhetta, Giovanni Zanette, Davide Carlesse e Luiza Gregorio, ocupavam-se em ensinar as crianças filhas dos colonizadores, fazendo-o em casa ou na capela. No livro “tombo da Igreja Matriz de São José, há o registro de 22 de janeiro de 1990”...o princípio das escolas dos meninos, obra da Associação de Santo Antonio, coadjuvada pelo governo italiano, tendo primeira professora Giacinta Coccolo, com 10 alunos.

No relato de Napolini Filho, destacam-se as ações educacionais, além de trazer a palavra coadjuvante pelo governo italiano, em que podemos perceber a presença das escolas subsidiadas pelos países de origem dos imigrantes. Segundo Arns (1985, p. 63), em 1909, “as providências para a fundação de outra escola”, trata-se da provisão de Dom João Becker, bispo de Florianópolis, “para a fundação de um colégio dirigido pelas Irmãs Apostólicas do Sagrado Coração no Curato de Criciúma”. Com essa fundação, completaram-se duas escolas: uma para meninos e outra para meninas.

Nesse sentido, nos documentos da Matriz São José, com registro de escola de meninos, percebemos a presença desde o início da colonização do apoio do governo italiano a escolas étnicas. A organização da pequena vila estava também marcada pela preocupação econômica, religiosa e educacional. Conforme Virtuoso (2008), as colônias do extremo sul catarinense, onde a vila de imigrantes estava inserida e que passaria a se chamar Criciúma, eram marcadas pela predominância étnica italiana e pela precariedade do ensino público, o que deu espaço para os imigrantes realizarem movimentos educacionais e buscarem apoio nos países de origem. “As chamadas escolas italianas, localizadas no sul catarinense, recebiam subsídios da Itália por meio de dinheiro e livros, bem como visitas e inspeções de autoridades italianas” (Virtuoso, 2008, p. 11).

Para Lúcio Kreutz (2000, p. 348), “as escolas elementares de imigrantes, de 1820 a 1939, quando em contexto de elevado nacionalismo e de declaração de guerra aos países de origem dos grupos que tinham a rede escolar mais expressiva, essa experiência foi suprimida por meio da legislação nacionalista do ensino”. Após o

período mencionado, na era da nacionalização do ensino¹⁴, foi proibido o ensino de outras línguas que não a Língua Portuguesa.

Na Tabela 2 é destacada a distribuição das escolas étnicas no extremo sul catarinense no período de 1893 a 1905, com 22 escolas italianas, quadro publicado em um livro editado pelo “Jornal Fanfulla”¹⁵ (Pesciolini, 1914 *apud* Virtuoso, 2008).

Abundante material escolar e livros para os pais de família. Desde o dia 1º de janeiro de 1901, além dos livros mandou em dinheiro um subsídio que foi multiplicado em 1902. De fato, desde 1902 as escolas subsidiadas pelo governo da Itália são já em número de vinte e cada professor recebe a soma de vinte liras por mês (Pesciolini, 1914 *apud* Virtuoso, 2008).

Tabela 2 – Distribuição das escolas no extremo sul catarinense

Sede da Escola	Nome da Escola	Número de Alunos/as
ARARANGUÁ (MUNICÍPIO)		
Criciúma ¹⁶	Fermo Antea	47
Primeira Linha	Lúcia Gregorini	42
TUBARÃO (MUNICÍPIO)		
Azambuja	Terenzinano Santi	56
Rio Cintra	Gregório De-Fáveri	36
Rio das Furnas	Ferdinando Fabre	39
S. Antônio de Rio dos Pinheiros	Leopoldo Flannoff	28
Treze de Maio	Bartolo Raveane	52
URUSSANGA (MUNICÍPIO)		
Belvedere	Giuseppe Maffioletti	74
Belvedere	Giovanni Ferraro	38
Cocal	Giuseppe Peruchi	42
Nova Beluno	Serafino Mezzari	97
Nova Treviso	Davide Raspini	123
Rio América	Giovanni Spriccigo	33
Rio Caeté	Giovanni Zannata	44
Rio Carvão	Gregório Bosa	38
Rio Galo	Lorenzo Sacchet	46
Rio Maior	Ignazio Barzan	72
São Martinho	Giovanni Damian	72

¹⁴ Segundo Kreutz (2010), a nacionalização do ensino sob forma compulsória atendendo o paradigma da uniformização cultural, ocorreu entre 1937-1945, em momento histórico de forte acento nacionalista, salientando as consequências desse processo para a cidadania dos imigrantes.

¹⁵ Fanfulla: *Il Brasile e gli italiani*. São Paulo, 1909.

¹⁶ Distrito, até 1925, a cidade pertencia a Araranguá.

Urussanga (vila)	Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração	98
Urussanga Baixa	Pasquale Zaccaron	43
Jordão	Elisabetta Remor	63
Jordão (festiva)	Apollonio Remor	Dado não apresentado
TOTAL	22 ESCOLAS	1144 ALUNOS

Fonte: adaptado de Fanfulla (1909, p. 802, tradução nossa).

Ao observar a Tabela 2 referente às escolas étnicas situadas no núcleo colonial de Criciúma no ano de 1909, percebemos duas escolas que faziam referência ao nome do Professor Fermo Antea e da Professora Lúcia Gregorini, os quais são mencionados em uma citação anterior do memorialista Napolini Filho.

Segundo Virtuoso (2008), na maioria dos casos, o nome da escola se refere ao nome do/a professor/a. Na escola Fermo Antea, de Criciúma, havia 47 alunos matriculados; na escola da Primeira Linha, 42 alunos matriculados.

Ainda de acordo com Virtuoso (2008), em relatório de visita ao extremo sul catarinense, o Cônsul Italiano Alberto Rotti, no ano de 1885, relata que no centro de Criciúma a escola estava fechada por questões administrativas da Prefeitura; no Rio Maina, havia uma escola mantida pelos pais. Assim, percebemos no relatório que o poder público municipal já estava envolvido em questões educacionais, lembrando que a vila pertencia à cidade de Araranguá. Podemos relacionar essa escola apontada pelo Cônsul Italiano à escola de registro do Livro de Tombo da Igreja Matriz de São José, que data de 1900, como sendo uma das primeiras iniciativas escolares do município.

Segundo Virtuoso (2008, p. 24), podemos refletir sobre as relações que marcaram as antigas escolas italianas:

A pesquisa das antigas escolas italianas torna-se um trabalho demasiadamente minucioso, a partir do momento em que se depara com a imprecisão dos dados. Apesar de inúmeros relatórios governamentais brasileiros e documentos de autoridades consulares mencionarem as escolas, a maioria deles restringe-se a análises estatísticas superficiais, que tornam problemática a localização geográfica dessas escolas. Faz-se necessária uma profunda investigação para o reconhecimento da especialidade étnica que um dia existia em muitos estabelecimentos que hoje são públicos, onde o trabalho de nacionalização também se preocupou em destruir suas memórias.

No que se refere às estatísticas das escolas étnicas, apresentamos os dados populacionais das cidades de Santa Catarina com maior número de escolas étnicas, desde 1880 até 1938. A esse respeito, Virtuoso (2008, p. 54) adverte:

No que se refere aos investimentos italianos nas escolas situadas nos municípios colonizados pelos ítalo-brasileiros, os dados são praticamente inexpressivos, se comparados aos teuto-brasileiros. Porém, não se pode desconsiderar as gritantes diferenças entre os índices populacionais existentes nesse período entre as regiões ítalo²² e teuto-brasileiras.²³

Retornando as primeiras décadas da colonização, segundo Napolini Filho (1995), em Criciúma havia o registro de escolas de meninos e meninas até que o Interventor Federal Bartolomeu Assis Brasil, por meio do Decreto nº 261 de 15 de agosto de 1932, criou o Grupo Escolar Professor Lapagesse, um estabelecimento misto que foi oficialmente instalado em 1933, tendo como diretor Sílvio Benedet e como primeiras professoras: Albina Piazza, Maria Piazza e Adélia Pacheco Reis.

A Escola Básica Professor Lapagesse foi inaugurada em 15 de agosto de 1932, e era a única escola a oferecer continuidade dos estudos até a 4ª série primária. Funcionava em um prédio situado à Praça Nereu Ramos. Em 27 de outubro de 1940 foi inaugurada a nova escola à Rua Marechal Floriano Peixoto (Costa; Câmara, 2010, p. 72). Segundo o histórico da Escola de Educação Básica – EEF Professor Lapagesse, no início ela funcionava em um prédio pertencente à Mitra Diocesana, localizada à Praça Nereu Ramos e, em 1941, o antigo sobrado foi demolido para a edificação da Prefeitura de Criciúma.

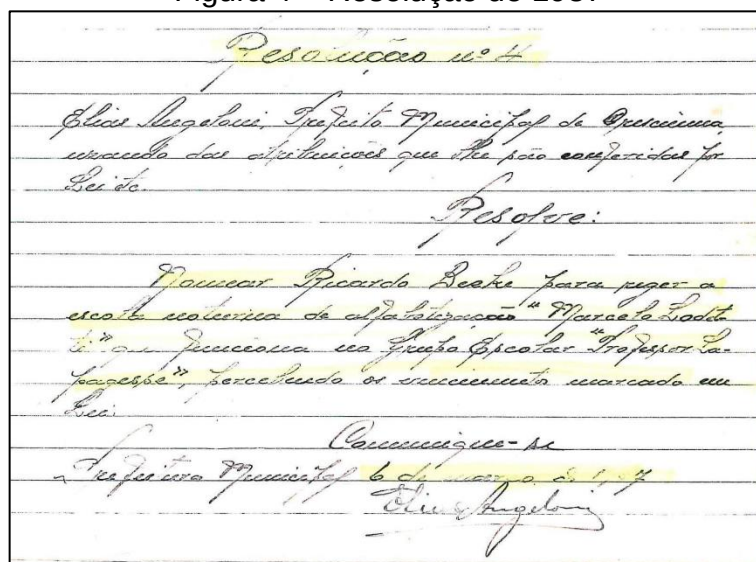
Figura 3 – Primeiras instalações da EEF Professor Lapagesse (antiga Mitra)



Fonte: Acervo EEF Professor Lapagesse. Cópia digitalizada do CEMESSC.

Com base na análise dos documentos da Prefeitura de Criciúma, identificamos no setor de Apoio Administrativo o Decreto nº 4, de 6 de março de 1937, que estabelece a criação de uma escola noturna de alfabetização de jovens e adultos denominada Marcelo Lodetti, a qual funcionaria nas dependências do Grupo Escolar Professor Lapagesse. Este dado representa uma nova peça na construção da história dessa escola é um aspecto relevante da história da educação pública municipal, oferecendo novos olhares e indícios que contribuem para a narrativa desse processo.

Figura 4 – Resolução de 1937



Fonte: Livro do Apoio Administrativo (1937).

Costa e Câmara (2010) abordam as peculiaridades sociais e culturais das primeiras escolas e a relação com a localidade onde estão inseridas. A seguir, o Quadro 1, apresenta a relação entre as escolas mais antigas de Criciúma que, de acordo com Costa e Câmara (2011, p. 73), “[...] depois de se tornaram de responsabilidade do governo estadual e na década de 1990 foram municipalizadas, e as que foram construídas nos anos de 1930 pelo governo municipal da época”.

Quadro 1 – Criação de algumas escolas mantidas pelo poder público estadual de Santa Catarina

Nome da Escola	Ano de criação	Localidade
E.R. Antônio Minotto	Em torno de 1902	Primeira Linha
Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz	Em torno de 1905	Morro Estevão

Escola Reunida João Locatelli	1919	Primeira Linha Pontilhão
Escola Básica Pascoal Meller	1920	Santa Augusta
Escola Reunida Honório Dal Toé	1925	Verdinho
Escola Reunida Fortunato Brasil Napolini	1928	Mina do Toco
E.R. Casemiro Stachurski	1929	Linha Batista
G.E. Carlos Gorini	1930	São Marcos
E.I. Ignácio Rzatki	1930	Linha Batista
Escola Reunida Judite Duarte de Oliveira	1932	Sangão
E.B. Padre José Francisco Bertero	1933	São Simão

Fonte: adaptado de Costa e Câmara (2011, p. 73).

No Quadro 1, alguns aspectos merecem atenção: a Escola Rural Antonio Minotto, listada como a primeira instituição no quadro e com ano de criação descrito em torno de 1902, é indicada como localizada na Primeira Linha, embora na realidade esteja situada no bairro São Roque. Ao cruzar as fontes e analisar os dados, Maria Helena Casagrande (2010), em seu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Educação e Memórias: a Escola Isolada Capela de São Roque nas lembranças de ex-alunos/as (Criciúma 1940-1950)”, aponta que a primeira escola no bairro Primeira Linha foi construída por volta de 1920. Além disso, é possível que o Quadro 1 contenha um erro de grafismo, visto que o nome correto da escola naquela localidade era provavelmente *Antonio Mangilli*, e não *Antonio Minotto*, como está registrado.

Retornando à pesquisa da escola Antônio Minotto, a autora Maria Helena Casagrande (2010, p. 19) destaca “A primeira escola da comunidade foi construída por volta de 1920, é imprecisa essa data, pois não achei nenhum local com essa denominação exata, essa escola ficava localizada onde hoje está o centro comunitário João Paulo De Lucca, em São Roque”. Em sua pesquisa, a autora realizou entrevistas com Maria Minotto Borsatto, que rememorou algumas informações da estrutura da escola: “era uma escola de madeira, com metragem aproximada de 48m²”.

Outra fonte do próprio livro “Cidade como Texto” descreve uma notícia do jornal Tribuna Criciumense, de 1º de maio de 1972, de autoria de Mário Belolli:

Pequena história da colônia de Primeira Linha

Preocupados pela educação dos filhos, a população de Primeira Linha fez chegar até a localidade um professor italiano. A iniciativa coube a David Carlessi, pois, conhecia um amigo que poderia comparecer à localidade para lecionar caso viesse a ser convidado. Feito o convite, Fermo Antea, morador da colônia de Turvo, imediatamente transfere sua residência para Primeira Linha. E, assim, em 1894 funda-se a 1ª escola. O professor recebia os proventos pelos serviços educacionais não em dinheiro e sim, através de quilos de feijão, milho e outros comestíveis. Alunos de menor posses pagavam o professor através de serviços que prestavam na lavoura desse último. Um dia de trabalho dava direito a um mês de aula. Havia quem não pagasse nada, dada a precária situação de alguns. Tudo era compreendido (Costa; Câmara, 2010, p. 72).

Constatamos a partir do relato que, onde está registrado *Antônio Minotto*, deveria constar *Antônio Mangili*, evidenciando uma incorreção de grafia, pois os dados referem-se à escola com a denominação Mangili e à comunidade da Primeira Linha. Observamos também que o professor Fermo Antea aparece nos relatórios das escolas étnicas como uma das primeiras iniciativas escolares na região de Araranguá/Criciúma. No entanto, em relação à escola da Primeira Linha, há dados discrepantes: nos relatórios das escolas étnicas da localidade, a professora Lúcia Gregorini é mencionada, enquanto, conforme relato de Mário Belloli, citado por Costa e Câmara (2010), o primeiro professor apontado foi Fermo Antea.

No Quadro 1, a Escola Reunida Antonio Minotto (leia-se Antonio Mangilli), o Grupo Escolar Núcleo Hercílio Luz, a Escola Reunida João Locatelli, a Escola Reunida Honório Dal Toé, a Escola Reunida Casemiro Stachurski e a Escola Reunida Judite Duarte de Oliveira eram pertencentes à rede estadual de educação e foram municipalizadas no ano de 1998, pela Lei nº 3.718¹⁷, de 24 de novembro de 1998. Das 11 escolas do Quadro 1, nove delas eram estaduais. As criadas pelo governo municipal de Criciúma são: Ignácio Rzatki, Pascoal Meller, Fortunato Brasil Napolini e Carlos Gorini, Padre Francisco Bertero, com as respectivas localidades¹⁸.

Assim, na região de estudo, desde 1880 até meados de 1939, teve-se a presença dessas escolas étnicas, que tinham caráter comunitário e particular. Outras estruturas escolares foram se organizando e, com o tempo, o estado e os municípios iniciaram ações educativas também em âmbito local e nacional. Ressalta-se que “No

¹⁷ Lei Ordinária nº 3.718, de 24 de novembro de 1998, cria unidades escolares e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3VSpS2H>. Acesso em: 6 jul. 2024.

¹⁸ Antônio Mangilli, Primeira Linha; Núcleo Hercílio Luz, Morro Estevão; João Locatelli, Primeira Linha Pontilhão; Honório Dal Toé, Verdinho; Casemiro Stachurski e Ignácio Rzatki, Linha Batista; Judite Duarte de Oliveira, Sangão; Pascoal Meller, Santa Augusta; Fortunato Brasil Napolini, Mina do Toco; e Carlos Gorini, São Marcos; e Padre Francisco Bertero, São Simão.

Brasil a escola pública vai se configurar da forma como a conhecemos atualmente com a Primeira República (1889-1930)” (Câmara; Costa, 2010, p. 75) e assim também a região sul foi se organizando estruturalmente na área educacional. Com as políticas públicas mencionadas, de estado ou da sociedade civil organizada, teve-se também a presença de instituições de caráter religioso, por meio das quais as congregações religiosas marcaram presença importante na estruturação educacional da região sul. Sobre esse aspecto, Rabelo (2022, p. 97) descreve:

Em um contexto de expansão das vilas operárias em todo o país, o jardim de infância se constitui em uma das principais instituições de atendimento à infância. Nas vilas operárias do sul de Santa Catarina em especial a partir dos anos 50, essas instituições emergem sob a administração religiosa de cinco congregações religiosas femininas.

Segundo a autora, com a expansão das vilas operárias em todo o país e, também, no sul catarinense em função da extração do carvão mineral, os jardins de infância se constituem como equipamentos comunitários mantidos pelos empregadores.

Nas vilas operárias da região carbonífera do sul de Santa Catarina, em especial no final dos anos de 1950, são implantadas instituições de educação infantil e religiosas de diferentes congregações, inscrevem-se, então, nesse movimento histórico de confinamento e cuidado da primeira infância, imbuídas do espírito educativo, social e catequético [...]. Conveniadas as empresas, ao Serviço Social da Indústria (SESI) e a Sociedade de Assistência ao Trabalhador do Carvão (SATC), cinco congregações religiosas femininas, entre os anos de 1953 e 1982, atuaram nas vilas operárias localizadas em seis municípios da região. As congregações foram: Irmãs Beneditinas da Divina Providência, Irmãs do Instituto Coração de Jesus, Pequenas Irmãs da Divina Providência, Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade e Filhas do Divino Zelo. Nessas cidades, as religiosas empreenderam as pedagogias missionárias, por meio de trabalhos sociais, educativos e religiosos, urdindo uma forte rede no campo educacional escolar e não escolar (Rabelo, 2022, p. 100).

Ainda para a autora, essas cinco congregações que atuaram em nossa região foram instituídas em território europeu, em meados do século XIX e início do XX. Em suas palavras, “O Jardim de Infância foi um espaço importante de atuação das religiosas. Essas instituições criadas pelas empresas carboníferas ou pelo Serviço Social da Indústria (SESI) atendem crianças de três a seis anos, filhos e filhas das famílias mineiras” (Rabelo, 2022, p. 100). Essas instituições contribuíram para a história da construção da cidade, bem como para a educação municipal de Criciúma.

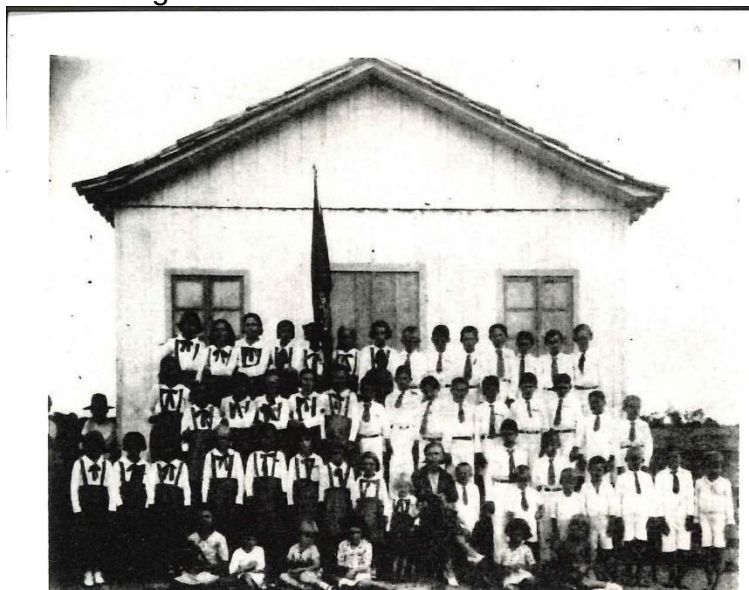
As escolas foram se constituindo nos bairros, nos lugares de pertencimento de cada comunidade, cumprindo seu papel de conhecimento e sociabilidade, Segundo Costa e Câmara (2010, p. 71), “Cada escola inserida em uma localidade apresenta peculiaridades relacionadas com o contexto social e cultural em que está localizada. A organização dos bairros pode implicar na construção de espaços escolares como um dos meios de consumo coletivo da comunidade”.

Não encontramos dados estatísticos que permitissem comparar o número de habitantes com o número de alunos desde o período de colonização. Tais informações seriam fundamentais para reflexões e questionamentos sobre os aspectos demográficos e educacionais, permitindo-nos uma análise e um paralelo década a década entre o censo demográfico e o número de alunos atendidos pela cidade em todas as redes, tanto privadas quanto públicas.

Segundo o livro “Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos”, a coordenadora geral Otília Arns descreve que, conforme relatório da Secretaria Estadual de Criciúma, a escola mais antiga da Rede Estadual seria a Escola Básica, hoje chamada Irmã Edviges, que teve início nos primórdios de 1910. “Nessa escola, que funcionava em sua residência, a senhora Augusta Zanette Milanez reunia, diariamente, dez a quinze crianças, ao meio-dia, e lecionava, em italiano, para os filhos dos primeiros moradores da localidade de Morro da Cruz” (Arns, 1983, p. 63). A autora ainda descreve que

Entre as primeiras escolas oficiais significativas de Criciúma, podem ser mencionadas a Escola Mista Estadual Desdobrada da Margem da Estrada Geral, hoje, Escolas Reunidas João Frassetto de Santa Luzia o Grupo Escolar Professor Lapagesse, atualmente Escola Básica, com o mesmo nome. Nesse contexto, Dona Lili Coelho, professora de Criciúma, é um nome que marcou gerações (Arns, 1983, p. 63).

Figura 5 – Atual EEB João Frassetto



Fonte: Foto do Memorial da Educação Municipal de Criciúma / Cópia do Arquivo Histórico Pedro Milanez.

Com a compilação dos dados de leis e decretos de criação das unidades escolares da Rede Municipal de Criciúma e com as resoluções de nomeação dos professores, buscamos formar uma cronologia, onde os espaços em branco significam falta de documentações, silenciamento entre as fontes. Para desenvolver a organização desse material e a sua digitação, os documentos estão sendo anexados em suportes digitais (em drive). A catalogação e organização está em processo e, atualmente, integram uma das ações de implementação da Lei nº 8.463, de 23 de outubro de 2023, do Memorial da Educação Municipal de Criciúma, que dispõe sobre a preservação dos acervos documentais e tridimensionais, objetos, suportes materiais, obras e outros bens de valor histórico relacionados à história do município.

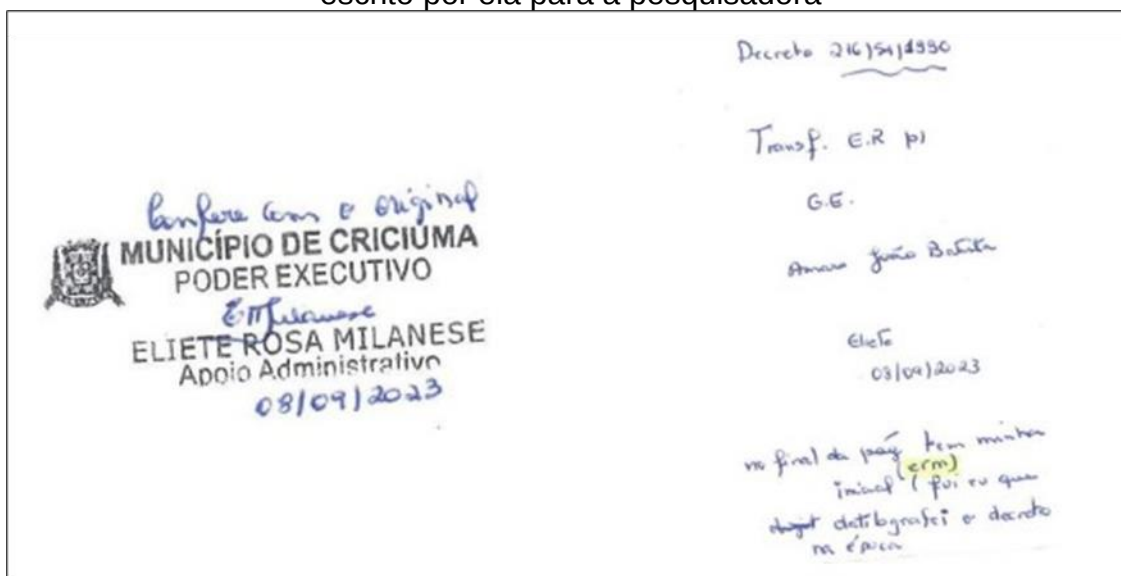
Ao reunir esses documentos, chamou-nos a atenção a sua importância e as possibilidades de investigação, mesmo com ausências, são importantes fragmentos e/ou pedaços da história, que dificilmente serão alcançados em sua amplitude. Nesse viés, Lopes e Galvão (2001, p. 77) destacam:

Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido, no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços de história que se quer reconstruir.

Esses materiais, decretos de criação das unidades escolares de Criciúma, são fontes históricas importantes para a reconstrução desses fragmentos, assim como os documentos de nomeação e exoneração de funcionários, os relatórios escolares, entre outros que fazem parte do acervo histórico que constitui o memorial para a preservação dos documentos e objetos escolares. Integram, assim, um conjunto documental que proporciona novos olhares, passíveis de contribuições sobre a história e a memória deste município, em especial sobre a Rede Municipal de Educação.

Durante o processo de busca documental, destaca-se a importância da funcionária da Prefeitura de Criciúma, Eliete Rosa Milanese, conhecida carinhosamente pelos colegas como *Elietinha*. Responsável durante muitos anos pela redação dos decretos e leis no setor de Apoio Administrativo, Eliete desempenha essa função desde 24 de setembro de 1985, inicialmente utilizando máquinas de datilografia e, atualmente, com o uso de computadores. Trata-se de um trabalho minucioso, realizado com o objetivo de garantir a precisão dos dados, acompanhando cuidadosamente sua análise. Na Figura 6, observa-se um bilhete manuscrito por Eliete, no qual ela destaca: “Onde ao final de cada decreto está erm significa Eliete Rosa Milanese”, uma forma que ela encontrou para organizar seu trabalho e deixar sua marca.

Figura 6 – Carimbo da funcionária municipal Eliete Rosa Milanese e um bilhete escrito por ela para a pesquisadora



Fonte: Secretaria de Apoio Administrativo (2023).

No setor de Apoio Administrativo, encontram-se os documentos históricos da cidade de Criciúma, dentre os quais um dos primeiros livros de Resoluções, manuscrito à caneta, identificado como Livro nº 9, datado de 2 de janeiro de 1927 a 15 de fevereiro de 1943. Nele se encontram resoluções relacionadas à educação municipal de Cresceuma¹⁹.

A Figura 7 apresenta as imagens do documento encontrado e, em seguida (Figura 8), o conjunto documental referente aos decretos de criação das escolas municipais de Criciúma.

Figura 7 – Livro de Resoluções Municipais (1927 a 1943)



Fonte: Documentos do Apoio Administrativo (2023).

¹⁹ No processo político-administrativo, esse pedaço territorial, que se constituiu como cidade de Criciúma, recebeu esse nome em virtude de uma gramínea comum às margens do rio, como destaca a enciclopédia dos Municípios do IBGE; em 1948, a grafia do nome foi alterada de *Cresceuma* para *Criciúma*.

Figura 8 – Decretos e resoluções de criação das escolas municipais de Criciúma



Fonte: Memorial da Educação Municipal de Criciúma.

Na sequência, o Quadro 2 apresenta as resoluções de nomeação de funcionários relacionados à educação municipal, entre 1927 e 1943. Importante destacar que essa pesquisa não buscou documentos da cidade de Araranguá, da qual a atual cidade de Criciúma foi distrito no período de 1892 a 1925 e, também, que não foram encontrados no Apoio Administrativo da Prefeitura de Criciúma documentos do ano de 1926, quando iniciaram as primeiras ações político-administrativas do então município criado.

O Quadro 2 compila os decretos de criação das escolas municipais. Alguns fragmentos da história da Rede Municipal não foram encontrados, assim, representam lacunas e questionamentos. Diante disso, ao lidar com acervos documentais, algumas perguntas foram fundamentais, pois

Ao contrário do que afirma a tradição positivista, as perguntas que o pesquisador formula ao documento (impostas pelo presente que está mergulhado) são tão importantes quanto ele próprio. O ponto de partida não é, desse modo, a pesquisa de um documento, mas a colocação de um questionamento (Lopes; Galvão, 2001, p. 91).

Movida pelo interesse da pesquisa em observar o processo de organização e expansão da Rede Municipal de Ensino de Criciúma, reunimos uma síntese com o ano de criação, os decretos e a localidade das primeiras escolas do referido município.

Quadro 2 – Decreto de criação das escolas da Rede Municipal de Criciúma

DECRETO DE CRIAÇÃO DAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA				
Ano	Unidade Escolar	Ato de Criação	Localidade/ Bairro	Observação
1927	EMEB Fortunato Brasil Napolini	Decreto nº 21, de 1927, que nomeia Sr. Pedro Biava professor da Linha Ex-Patrimônio	Mina do Toco	Não encontrado decreto de criação, porém existe o Decreto nº 232 que cria a Escola II, de 1960. Atualmente em atividades educacionais.
1935	CEIM Ignacio Rzatki	Resolução nº 012, de 12 de março de 1935.	Fim da Linha Batista	Extinta em 2018. Lei nº 7.217. Atualmente, no prédio, funciona a Associação de Moradores.
1942	EMEB Padre Francisco Bertero	Decreto nº 28, de 18 de abril de 1942	São Simão	Atualmente em atividades educacionais.
1946	CEIM Benevenuto Guidi	Decreto nº 52, de 15 de maio de 1946	São João	Extinta em 2019. Lei nº 7.431. Atualmente, no prédio, funciona o CEI -AFASC Benevenuto Guidi.
1946	EMEB Carlos Gorini	Decreto nº 56, de 8 de julho de 1946	São Marcos	Atualmente em atividades educacionais.
1946	EMEB José Contim Portella	Decreto nº 54, de 14 de junho de 1946	São Sebastião	Atualmente em atividades educacionais.
1948	EMEB Pascoal Meller	Decreto nº 77, de 31 de janeiro de 1948	Santa Augusta	Atualmente em atividades educacionais.
1956	EMEB Giacomo Zanette	Decreto nº 146, de 6 de março de 1956	Santo Antônio	Atualmente em atividades educacionais.
1957	EMEB Jorge da Cunha Carneiro	Decreto nº 146, de 26 de fevereiro de 1957	Próspera	Atualmente em atividades educacionais.
1959	EMEB Padre Ludovico Coccolo	Decreto nº 162, de 2 de setembro de 1959	São Luiz	Atualmente em atividades educacionais.
1959	EMEB Caetano Ronchi	Decreto nº 215, de 18 de setembro de 1959	São Defende	Atualmente em atividades educacionais.
1961	EMEB Serafina Milioli Pescador	Decreto nº 235, de 2 de janeiro de 1961	Operária Nova	Atualmente em atividades educacionais.
1966	EMEB Hercílio Amante	Decreto nº 84, de 28 de junho de 1966	Floresta	Atualmente em atividades educacionais.

1966	EMEB Prof. Marcílio Dias de San Thiago	Decreto nº 92, de 26 de julho de 1966	Vila Manaus	Atualmente em atividades educacionais.
1968	EMEB Antônio Milanez Netto	Decreto nº 98, de 10 de junho de 1968	Maria Céu	Atualmente em atividades educacionais.
1968	CEIM Santa Rita	Decreto nº 99, de 10 de junho de 1968	Milanezzi	Extinta em 2020. Lei nº 7.702. Atualmente, no prédio, funciona o CEI -AFASC Santa Rita.
1968	CEIM João Locatelli	Decreto nº 96, de 10 de junho de 1968	Primeira Linha (pontilhão)	Extinta em 2020. Lei nº 7.702. Atualmente, no prédio, funciona o CEI -AFASC João Locatelli.
1972	EMEB Francisco Skrabski	Decreto nº SE/014, de 7 de abril de 1972	Brasília	Mudança de prédio em 2020. Atualmente em atividades educacionais.
1972	CEIM Jorge Frydberg	Decreto nº 065, de 12 de dezembro de 1972	São Cristóvão	Atualmente em atividades educacionais.
1976	CEIM Thereza Dario Milanezzi	Decreto nº SE/053, de 4 de agosto de 1976	Pinheirinho	Extinta em 2019. Lei nº 7.431. Atualmente, no prédio, funciona a casa do Professor Thereza Dario Milanezzi.
1976	CEIM Branca de Neve	Decreto nº 055, de 4 de agosto de 1976	Cidade Mineira Nova	Extinta em dezembro de 2009. Lei nº 5.456. Atualmente, no prédio, funciona o CEI -AFASC Branca de Neve.
1977	EMEB Eliza Sampaio Rovares	Decreto nº SE/178, de 7 de novembro de 1977	São Francisco	No ano de 2014, transferiu-se o prédio escolar para o anexo ao Beato Anibal de Francia (na escola antiga funciona o PROJAE). Atualmente em atividades educacionais.

1978	CEIM Francisca Furtado de Lucca	Decreto nº SE/037, de 22 de fevereiro de 1978	Colonial	Extinta em 2021. Lei nº 7.852, funcionava no centro comunitário do bairro Colonial e as suas dependências se transformaram em posto de saúde. Atualmente, o CEI-AFASC do bairro Metrópol leva esse nome.
1982	EMEB Tancredo de Almeida Neves	Decreto nº 073, de 30 de maio de 1985	Vila Zuleima	Foi criada no ano de 1985, porém iniciou suas atividades no ano letivo de 1982. Atualmente em atividades educacionais.
1982	EMEB Jose Cesário da Silva	Lei nº 1.825, de 25 de novembro de 1985	Nossa Senhora da Salette	Não foi encontrado decreto de criação, apenas de nomeação em 1982. Atualmente em atividades educacionais.
1984	CEIM Professora Zelma Savi Napoli	Decreto nº 224/AS, de 10 de abril de 1992 Início das atividades em 20 de março de 1984	Vila Visconde	Extinta em 2022. Lei nº 8.088. Atualmente, no prédio, funciona o CEI -AFASC Professora Zelma Savi Napoli.
1984	EMEB Linus João Rech	Lei nº 1934, de 26 de março de 1984	Paraíso	Atualmente em atividades educacionais.
1984	EMEBPS Maria de Lourdes Carneiro	Decreto nº SE/081, de 30 de maio de 1985	Vila Francesa	Foi criada em 1985, porém iniciou suas atividades em 1984. Atualmente em atividades educacionais.
1985	CEIM Cassemiro Potrikus	Decreto nº 077, de 30 de maio de 1985	Loteamento Marli	Atualmente em atividades educacionais.
1985	EMEB Amaro João Batista	Decreto nº 084, de 30 de maio de 1985	Vila Esperança	Atualmente em atividades educacionais.

1985	EMEB Professora Lili Coelho	Decreto nº 430, de 20 de junho de 1985	Santa Luzia	Atualmente em atividades educacionais.
1986	CEIM José Maccarini	Decreto nº 97, de 10 de julho de 1986	Vila Maccarini	Extinta em 2019. Lei nº 7.431, funcionava no centro comunitário da Vila Maccarini.
1986	EMEIEF Jovito Tiago Álvaro de Campos	Decreto nº SE/130, de 10 de outubro de 1986	Lote Seis	Extinta em 2021. Lei nº 7.908, atualmente no prédio funciona o Centro Comunitário do Lote Seis.
1986	EMEB Filho do Mineiro	Decreto nº SE/130, de 10 de outubro de 1986	Metropol	Transferiu as atividades para o prédio novo em 2022 (na estrutura antiga funciona o CEI-AFASC Mineirinho. Atualmente em atividades educacionais.
1986	CEIM Criança Feliz	Decreto nº SE/130, de 10 de outubro de 1986	Rio Maina	Atualmente em atividades educacionais.
1986	CEIM Demboski	Decreto nº SE/130, de 10 de outubro de 1986	Demboski	Atualmente em atividades educacionais.
1986	EMEB Oswaldo Hulse	Decreto nº SE/130, de 10 de outubro de 1986	São Francisco	Atualmente em atividades educacionais.
1987	CEIM Gardina Minato Cechinel	Decreto nº 123, de 19 de agosto de 1987	Mina Brasil	Atualmente em atividades educacionais.
1987	EMEB Dionizio Milioli	Decreto nº 122, de 19 de agosto de 1987	Ana Maria	Atualmente em atividades educacionais.
1990	EMEIEF Angelo Felix Uggioni	Decreto nº 250/AS, de 4 de maio de 1990	Wosocris	Extinta em 2020. Lei nº 7.702, atividades extintas em 2019. Atualmente, no prédio funciona o CEI -AFASC Professora Angelo Felix Uggioni.
1990	EMEB José Giassi	Decreto nº 249/SA, de 4 de maio de 1990	Quarta-Linha	Atualmente em atividades educacionais.

1991	EMEB Clotildes Lalau	Decreto nº 337/SA, de 24 de maio de 1990	Renascer	Atualmente em atividades educacionais.
1991	EMEB Prof. Moacyr Jardim de Menezes	Decreto nº 338/SA, de 24 de maio de 1991	Bairro Ceará	Extinta em 2023. Lei nº 3.405. Funcionou a partir de 1990 e atualmente funciona Rede Ativa.
1992	CEIM Elza Sampaio dos Reis	Decreto nº 39/SA, de 18 de fevereiro de 1992	Vila Miguel	Extinta em 2021. Lei nº 7.908. Funciona o CRAS Vila Miguel.
1992	EMEB Adolfo Back	Lei nº 2.788, de 13 de novembro de 1992	Progresso	Atualmente em atividades educacionais.
1992	EMEB Erico Nonnenmacher	Decreto nº 369/SEC, de 23 de junho de 1992	Pinheirinho	Atualmente em atividades educacionais.
1993	EMEB Maria Angélica Paulo	Decreto nº 815/SA, de 16 de julho de 1993	Jardim das Paineiras	Atualmente em atividades educacionais.
1993	EMEB José Rosso	Decreto nº 897/SA, de 1º de setembro de 1993	Quarta-Linha	Atualmente em atividades educacionais.
1994	EMEB Paulo Petruzzellis	Decreto nº 557/SA, de 19 de julho de 1994.	Pinheirinho	Funciona na instituição Bairro da Juventude. Atualmente em atividades educacionais.
1994	EMEB Ângelo de Luca	Lei nº 197/SA, de 4 de março de 1994	Pedro Zanivan	Atualmente em atividades educacionais.
1994	EMEB Padre Carlos Wecki	Lei nº 236/SA, de 24 de março de 1994	Cidade Mineira Velha	Atualmente em atividades educacionais.
1996	EMEB Jairo Luiz Thomazi	Decreto nº 299/SA, de 27 de março de 1996	Jardim Angélica	Atualmente em atividades educacionais.
1996	EMEB Vilson Lalau	Decreto nº 1463/SA, de 24 de dezembro de 1996	Cristo Redentor	Atualmente em atividades educacionais.
1997	EMEB Acácio Alfredo Villain	Lei nº 3.406, de 24 de março de 1997	Jardim Montevideo	Atualmente em atividades educacionais.

1998*	CEIM Umberto Cesar	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Capão Bonito	Escola Estadual Municipalizada em 1998. Extinta em 2019. Lei nº 7.431. Atualmente, no prédio funciona o CEI -AFASC Umberto Cesar
1998*	EMEB Augusto Pavei	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	São Domingos	Escola Estadual Municipalizada em 1998, conforme dados da rede estadual em ofício emitido em 1998, foi criada pelo Decreto nº 2.393, de 11 de julho de 1960 (decreto não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Núcleo Hercílio Luz	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Morro Estevão	Escola Estadual Municipalizada em 1998, conforme dados da rede estadual em ofício emitido em 1998, foi criada pelo Decreto nº 8.721, de 7 de fevereiro de 1925 (decreto não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Antônio Minotto	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	São Roque	Escola Estadual Municipalizada em 1998, conforme dados da rede estadual em ofício emitido em 1998, teve início de funcionamento em 1950 (decreto de criação não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.

1998*	EMEB Judite Duarte de Oliveira	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Sangão	Escola Estadual Municipalizada em 1998, conforme dados da rede estadual em ofício emitido em 1998, Decreto de criação 21.615, de 27 de julho de 1932 (decreto de criação não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Antônio Mangilli	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Primeira Linha	Escola Estadual Municipalizada em 1998, conforme dados da rede estadual em ofício emitido em 1998, descreve como ano de funcionamento 1932 (decreto de criação não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Giacomó Búrgio	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Mae Luzia	Escola Estadual Municipalizada em 1998 (decreto de criação da Rede Estadual não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Antônio Colombo	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Laranjinha	Escola Estadual Municipalizada em 1998 (decreto de criação da Rede Estadual não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Honório Dal Toé	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Verdinho	Escola Estadual Municipalizada em 1998 (decreto de criação da Rede Estadual não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.

1998*	EMEB Casemiro Stachurski	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Linha Batista	Escola Estadual Municipalizada em 1998, conforme dados da rede estadual em ofício emitido em 1998, descreve como ano de funcionamento 1936; outro relatório descreve ano de funcionamento 1929 (decreto de criação da Rede Estadual não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Professora Iria Zandomenego de Luca	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Naspolini	Escola Estadual Municipalizada em 1998, com a denominação de Archimedes Naspolini (decreto de criação da Rede Estadual não encontrado). Atualmente em atividades educacionais.
1998*	EMEB Ubaldina Rocha Guedin	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Linha Anta	Escola Estadual Municipalizada em 1998, relatório estadual datado de 1979, descreve-se como Escola Isolada Linha Anta, funcionamento a partir de 1924 (decreto de criação da Rede Estadual não encontrado) Atualmente em atividades educacionais
1998*	EMEF Travessão da Linha Anta	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Vila Selinger	Extinta em 2018 lei nº 7.217, em relatório estadual descreve como 1964 ano de funcionamento , atualmente no prédio funcionava

				no centro comunitário da Vila Selinger
1998*	EMEF Joao Benedet de Fioravente	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Morro da Bananeira	Extinta em dezembro de 2009 lei nº 5.456, atualmente no prédio funcionava no centro comunitário da Vila
1998*	El Paulo Rizzieri	Decreto nº 75/SA, de 3 de setembro de 1998 Lei nº 3.718, de 24 de novembro de 1998	Morro Albino	Extinta em 1999, Decreto nº 311/AS/99, Funcionava na casa de madeira ao lado da igreja do Morro Albino
1998*	EMEB Fioreto Meller	Decreto nº 096/SA, de 16 de fevereiro de 1998	Cidade Mineira	Atualmente em atividades educacionais
2003	CEIM Santina Dagostin Salvador	Lei nº 4.562, de 26 de dezembro de 2003	Quarta Linha	Atualmente em atividades educacionais
2007	CEIM Professora Gláudineia Ângela Citadin Furtado	Lei nº 5.115, de 12 de dezembro de 2007	Vila Rica	Atualmente em atividades educacionais
2010	CEIM Mario Pizzetti	Lei nº 5.454, de 21 de dezembro de 2009	Ana Maria	Atualmente em atividades educacionais
2014	CEIM Professora Hilda Meller Just	Lei nº 6.403, de 6 de maio de 2014	Santa Luzia	Atualmente em atividades educacionais
2014	CEIM Vandete Nunes Lima	Lei nº 6.404, de 6 de maio de 2014	Próspera	Atualmente em atividades educacionais
2014	CEIM Maria da Rosa Cunha	Lei nº 6.405, de 6 de maio de 2014	São Sebastião	Atualmente em atividades educacionais
2019	EMEB Luiz Lazzarin	Lei nº 7.708, de 14 de maio de 2020	Vila Maria	Escola Estadual municipalizada em 2019 Atualmente em atividades educacionais
2020	EMEB Marechal Rondon	Parecer Estadual CEDB/CEE/SC nº 037, de 3 de julho de 2023 Lei nº 7.708, de 14 de maio de 2020	Centro	Escola Estadual Municipalizada em 2020. Atualmente em atividades educacionais.

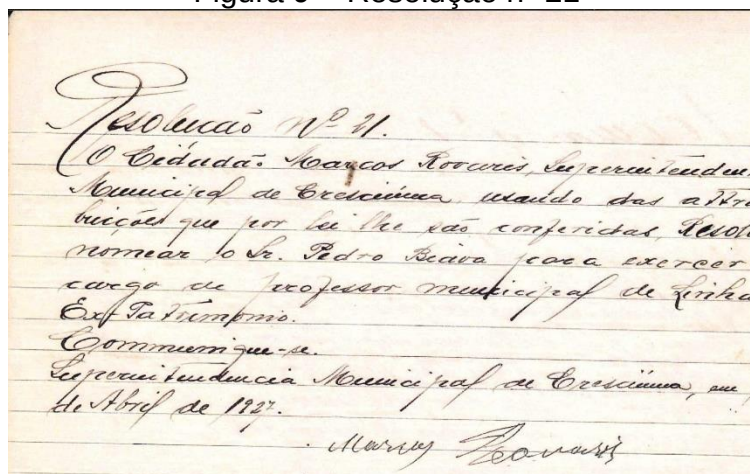
2022	EMEB Arruda Ramos	Portaria P/3.260, de 30 de dezembro de 2021 (estadual) Lei Municipal nº 8.100, de 14 de abril de 2022	Próspera	Escola Estadual Municipalizada em 2022, em Relatório Estadual datado de 1979, a escola iniciou suas atividades em 1960 como Escola Estadual do Poço Nove. Atualmente em atividades educacionais.
------	-------------------	--	----------	--

As unidades escolares marcadas com asteriscos (*) pertenciam à Rede Estadual de Ensino e foram transferidas para o Município de Criciúma por meio do Decreto Estadual nº 2.344, de 21 de outubro de 1997 e, assim, foram criadas pelo Decreto Municipal nº 751/AS, de 3 de setembro de 1998. Todos os decretos acima mencionados fazem parte do Acervo Documental do Memorial da Educação Municipal de Criciúma.

Fonte: elaborado pela autora com dados da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (2023).

Destaca-se que uma das primeiras escolas criadas pelo Município foi a escola Fortunato Brasil Napolini, cujo decreto de criação não foi encontrado. No entanto, existe o documento a seguir (Figura 9), denominado Resolução nº 21, de 1927, que nomeia o Sr. Pedro Biava para exercer o cargo de professor municipal da Linha Ex-Patrimônio.

Figura 9 – Resolução nº 21



Fonte: Livro do Apoio Administrativo nº 9, de 1927 a 1933.

Virtuoso (2008) descreve a EMEB Fortunato Brasil Napolini como uma das mais antigas escolas italianas que se tornou pública e que, atualmente, integra a Rede Municipal de Educação de Criciúma. “Essa escola iniciou suas atividades educacionais na segunda década do século XX, sob a tutela do Consulado italiano e

à docência do professor italiano Pietro Biava, segundo depoimentos colhidos na comunidade escolar” (Virtuoso, 2008, p. 69). Descreve ainda que, em entrevista ao filho de Biava, obteve-se um documento de Roma endereçado a Pietro Biava, da Escola Italiana de Criciúma “*Unioni Generale Insegnanti Italiani*”, o qual descreve:

O ofício é uma resposta à carta enviada por Biava em agosto do mesmo ano. Nele o Presidente Geral, Vitório Sciabia, anuncia o envio de alguns livros, ao mesmo tempo em que solicita o valor recolhido pelo professor brasileiro, Pietro Biava, em favor dos órfãos de guerra da Itália, que segundo o registro, “são muitos e precisam de grande ajuda” (UNIÃO GERAL DOS PROFESSORES ITALIANOS, 1919, tradução nossa). (Virtuoso, 2008, p. 69)

A autora comenta que não se sabe ao certo o tempo de funcionamento da escola étnica da Linha Ex-Patrimônio nem a data do ato de nomeação do Professor Pietro Biava, no entanto, “Essa informação pode representar um marco que delimita o fim da escola italiana e o início de uma escola pública municipal” (Virtuoso, 2008, p. 71). Em 1919, Pietro Biava exercia a função de professor na localidade de Linha Ex-Patrimônio, conforme excerto do ofício mencionado; e, em 1927, foi nomeado professor do Município de Criciúma.

Durante a pesquisa dos decretos de nomeação do Professor Pedro Biava, da comunidade de Linha Ex-Patrimônio, nos livros de atas e cruzando os dados com os documentos do Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Criciúma, constatamos que esse livro foi um dos primeiros a ser editado pela nova organização político-administrativa do município recém-criado, após sua emancipação. O termo de abertura foi assinado pelo Superintendente Municipal Marcos Rovaris em 2 de janeiro de 1927. A partir desses documentos, elaboramos o Quadro 3, que apresenta as nomeações e exonerações de professores desde a data mencionada até 1954.

Destaca-se que, em 1926, o novo município iniciou suas atividades administrativas, embora nenhum professor tenha sido nomeado neste ano. Essa conclusão é corroborada por outro livro de atas, datado de 2 de janeiro de 1926, onde são registrados termos de posse de funcionários da Prefeitura. No entanto, não foram encontrados termos de posse para professores, indicando que as primeiras nomeações na área educacional ocorreram a partir da Resolução nº 21. No primeiro ano de nomeações, em 1927, foram admitidos 34 professores, cujas respectivas localidades são mencionadas nos decretos.

Quadro 3 – Nomeação de professores municipais de Criciúma 1927

Resolução	Atos
[10] - 15/01/1927	Nomeia Olívia Westphal para o cargo de professor. 1ª Linha Sangão
[11] - 20/01/1927	Nomeia Luíza Ros para o cargo de professor. 4ª Linha Sangão
[12] - 18/01/1927	Nomeia Leopoldina Rocha, para o cargo de professor. Vila Nova
[13] - 22/01/1927	Nomeia João Cândido da Silveira para o cargo de professor. Fachinalzinho
[14] - 22/01/1927	Nomeia Martinho Redieri para o cargo de professor. Linha Anta
[15] - 28/01/1927	Nomeia Luiz Ignácio da Silva para o cargo de professor. Lagoa dos Esteves
[16] - 01/03/1927	Nomeia Júlia de Freitas para o cargo de professor. Urussanga Velha
[17] - 01/03/1927	Nomeia Luíza Nicolazzi Gomes para o cargo de professor. Esplanada
[18] - 05/03/1927	Nomeia Rheno Pescador para o cargo de professor. Rio do Meio
[19] - 05/03/1927	Nomeia Alayde Queluz para o cargo de professor. N.S do Carvalho
[20] - 06/03/1927	Nomeia Etelvina Ceríaco para o cargo de professor. Rio Morto Baixo
[21] - 18/04/1927	Nomeia Pedro Biava para o cargo de professor. Linha Ex. Patrimônio
[22] - 02/05/1927	Nomeia José Maria Sommer para o cargo de professor. Sanga do Engenho
[23] - 22/05/1927	Nomeia Amália Michels para o cargo de professora. São Bonifácio
[25] - 02/06/1927	Nomeia Annita Umbilina de Bittencourt para o cargo de professor. São Bom Jesus
[26] - 02/06/1927	Concede Exoneração ao professor Martinho Ridieri. Linha Anta
[27] - 02/06/1927	Nomeia Etelvino A.Cabreira para o cargo de professor. São Raphael
[28] - 28/06/1927	Nomeia Maria Mezzari para o cargo de professor. Morto Alto
[34] - 30/09/1927	Nomeia Maria Carolina da Silva para o cargo de professor.

Fonte: organizado pela autora com dados do Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma, decretos de professores/as (2024).²⁰

Com base nas fontes documentais consultadas, observamos também as escolas municipais de Criciúma que passaram a ser administradas pelo Município de Forquilha a partir de sua criação oficial em 26 de abril de 1989, pela Lei nº 7.587.

²⁰ O quadro completo encontra-se nos anexos.

Quadro 4 – Decreto de criação das escolas do Município de Criciúma que foram transferidas para Forquilha – emancipação em 1º de janeiro de 1989

Ano	Unidade Escolar	Ato de Criação	Localidade/ Bairro	Observação
1939	ER Egídio de Bona	Decreto nº 05 de 1939	Linha Santa Cruz	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1945	El Constante de Luca	Decreto nº 043 de 1945	São Jorge	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1947	El Manuel João Ramos	Decreto nº 070 de 1947	Taquaras	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1953	El Gabriel Serafin	Decreto nº 109 de 1953	Linha Santa Libera	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1955	El Luiz Boeng	Decreto nº 128 de 1955	Forquilha Baixa	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1967	El Giacomo Bolan	Decreto nº 140 de 1967	Vila São Jorge	Foi extinta antes de 1989, porém não encontrado decreto que extingue, dado de um relatório emitido pelo setor administrativo da prefeitura anterior a 1989
1969	El Barra da Sanga	Decreto nº 23 de 1969	Forquilha	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1978	El Guilherme Scarduelli	Decreto nº 23 de 1978	Morro Comprido	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1978	El João José Back	Não encontrado decreto de criação Decreto que denomina nº 024 de 1978	Faxinal	Foi extinta antes de 1989, porém não encontrado decreto que extingue, dado de um relatório emitido pelo setor administrativo da prefeitura anterior a 1989
1979	ER José Alessio	Decreto nº 042 de 1979	Cidade Alta Sangão	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989

1980	ER Waldemar Casagrande	Decreto nº075 de 1980	São Roque	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1985	ER Francisco Hoepers	Decreto nº076 de 1985	Vila Isabel	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989
1986	Pré-escolar Estrela da Manhã	Decreto nº130 de 1986	Vila Franca	Transferida para administração de Forquilha em 01.01.1989

Fonte: elaborado pela autora, com dados da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (2024).

Ao longo desse processo de busca documental, com o intuito de conhecer a implantação e a expansão das escolas municipais de Criciúma, visualizamos um emaranhado de informações, um verdadeiro quebra-cabeças, no qual muitas peças estavam faltando e outras estavam incompletas, dificultando a compreensão de um percurso mais global. Neste contexto, elaboramos o Quadro 5, que reúne uma lista de escolas, incluindo algumas cujos decretos de criação não foram localizados, assim como seu endereço exato ou sua correlação com as escolas atuais. Embora várias informações permaneçam inconclusas, optamos por apresentar essa relação, entendendo que, mesmo sendo parciais, essas informações podem ser úteis para outros pesquisadores que venham a se dedicar ao tema. Nesse sentido, o Quadro 5 foi nomeado como “Outros Dados da Pesquisa”.

Quadro 5 – Outros Dados da Pesquisa

OUTROS DADOS DA PESQUISA				
Ano	Unidade Escolar	Ato de Criação	Localidade/ Bairro	Observação
1929	Escola Mista de Sangão Central	Resolução nº 44, de 30 de janeiro de 1929	Sangão Central	Não foram localizados outros documentos, mas podemos relacionar com a escola Judite Duarte de Oliveira que se localiza nesse bairro.
1929	Escola Mista Nossa Senhora São Pedro	Resolução nº 54, de 1º de agosto de 1929	Localidade N.S. Pedro São Pedro Morretes	Não foram localizados outros documentos.

1935	Escola Mista Rio Acima	Resolução nº 5, de 8 de janeiro de 1935	Rio Acima distrito de São Sebastião	Não foram localizados outros documentos.
1937	Escola Mista de Linha Perdida	Decreto nº 5, de 1º de agosto de 1937	Linha Perdida	Não foram localizados outros documentos.
1939	Escola Mista Lagoa dos Esteves	Decreto nº 5, de 3 de agosto de 1939	Lagoa dos Esteves Atualmente cidade de Balneário Rincão	Não foram localizados outros documentos.
1939	Escola Mista Municipal do Alto Rio Maina	Decreto nº 10, de 3 de janeiro de 1939	Alto Rio Maina (não localizado)	Decreto nº 124, de 1955, transfere/extingue e. Cruzar dados com Filho do Mineiro e Escola Metropolitana Rio Maina Alto Decreto nº 203, de 1959.
1940	Escola Mista Sangão Madalena	Decreto nº 7, de 30 de janeiro de 1940	Sangão Madalena Atual Verdinho	Não existe decreto de extinção pode, ser relacionada à Escola Honório Dal Toé.
1947	Grupo Escolar Paulo Guessi	Decreto nº 61, de 1º de dezembro de 1946	Pinheirinho	Extinta em 5 de fevereiro de 1971. A funcionária Eliete Milanez descreveu como sendo a atual Escola Marcos Rovaris (estadual).
1948	Jardim de Infância Casa da Criança	Decreto nº 82, de 8 de abril de 1948	Não localizado ²¹	Não foram localizados outros documentos.
1950	Escola Mista Estrada do Arame	Decreto nº 102, de 30 de outubro de 1950	Estrada do Arame distrito de Içara	Extingue pelo Decreto nº 109, de 6 de março de 1953.
1953	Escola Mista Sanga do Café	Decreto nº 110, de 4 de maio de 1953	Sanga do Café	Não foram localizados outros documentos.

²¹ Possível localidade do bairro Santa Bárbara – Colégio São Bentinho.

1954 1956	Escola Mista da Vila da Próspera	Decreto nº 113, de 8 de março de 1954 Decreto nº 136, de 15 de fevereiro de 1956	Próspera Não sabemos o endereço da unidade	Não foram localizado esses dois decretos, não existe decreto de nomeação e extinção,
1955	Escola Mina Colonial	Decreto nº 127, de 10 de março de 1955	Mina Colonial	Não foram localizados outros documentos.

Foram encontrados nos decretos de nomeação de professores/as, escolas ou localidades mencionadas no período de 1927 a 1954, das quais não foram localizados os decretos de criação da unidade escolar.

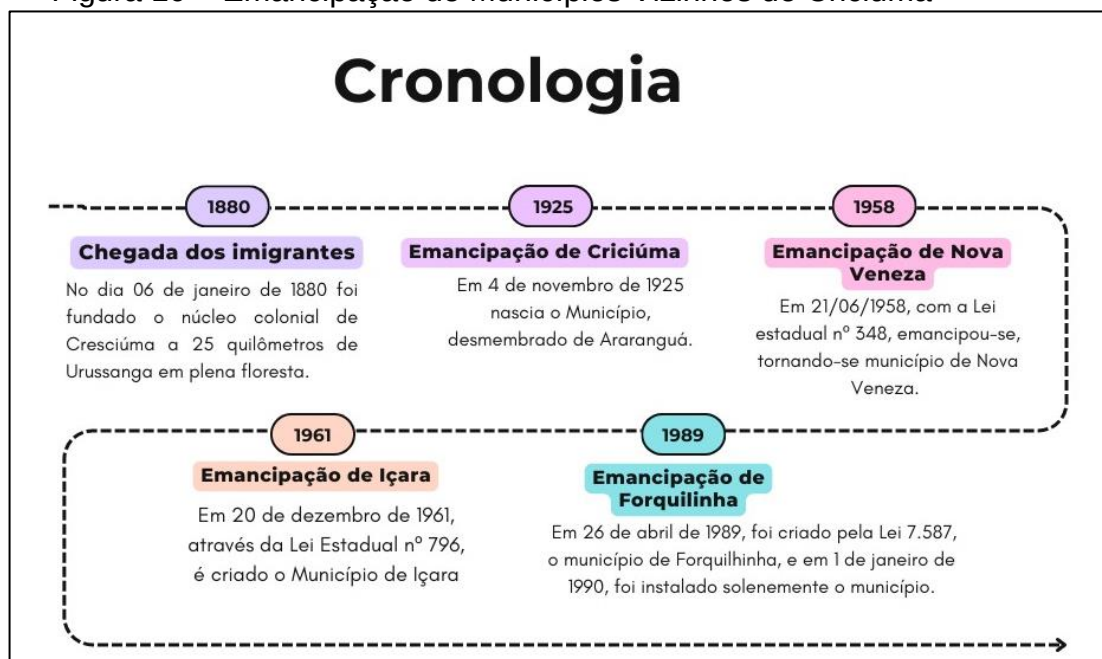
Escola Mista Vila Nova, Escola Mista de Lombas (Distrito de São Sebastião), Escola Mista Coqueiros (Distrito de São Sebastião/Alicitar), Escola Mista Campo da Mãe Luzia, Escola Mista de Barracão, Localidade de Urussanga Velha, Escola Nossa Senhora de Carvalho, Localidade de São Rafael, Localidade de Sanga do Engenho, Escola Municipal de Criciúma, Localidade Quarta-Linha Sangão, Localidade Linha Três Ribeirões/Linha Torrens, Localidade Primeira Linha Sangão, Localidade Rio Morto Alto/São Francisco (Distrito de Nova Veneza), Localidade Rio Cedro Médio, Localidade Rio Morto Baixo, Localidade Rio do Meio, Escola Mista Sanga Funda, Escola de Santa Cruz (Distrito de São Sebastião), Localidade Sanga do Coqueiro Baixo (Distrito de São Sebastião), Escola de Alfabetização Noturna Marcelo Lodetti (funcionou nas dependências do Lapagesse), Escola Humberto Bortoluzzi, localidade de Rio Cedro/Morro Comprido, Escola Mista de Bom Jesus, Escola Mista de São Bonifácio, Escola Mista de Faxinal, Escola Mista Arroio do Rincão, Escola Mista Ausentes (Distrito de São Sebastião), Localidade Esplanada.

Fonte: elaborado pela autora com dados da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (2024).

Ao analisar os Quadros 4 e 5, é possível observar que era comum a prática de troca de localidade de muitas escolas, que ocorriam por diferentes motivos, como a emancipação de municípios, passando a escola a ser administrada pelo recém-criado município, ou sua mudança de terreno para se adequar à administração anterior. Nesse sentido, é possível que escolas que pertenciam às comunidades de Forquilha, Balneário Rincão, Sangão, entre outras que já foram mencionadas, pertenceram à administração pública de Criciúma.

No organograma a seguir (Figura 10), tem-se as datas de emancipação de alguns dos municípios vizinhos a Criciúma.

Figura 10 – Emancipação de Municípios Vizinhos de Criciúma

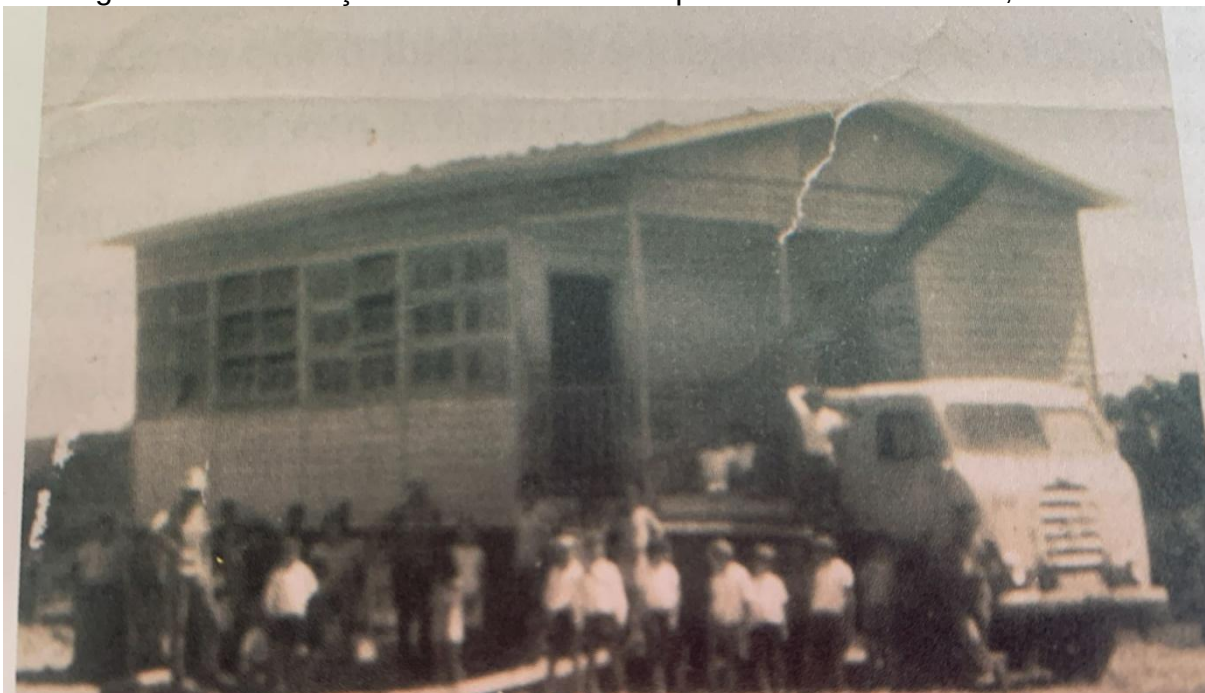


Fonte: elaborado pela autora (2024).

No início das primeiras atividades educativas, as escolas eram construídas de madeira, com apenas uma sala de aula, dessa forma, poderia ser transferida para outra localidade, transportada por caminhão. A seguir, apresenta-se a foto da transferência da Escola Núcleo Hercílio Luz, sua construção de madeira foi levada de um terreno para outro, no bairro Morro Estevão.

Nos decretos de criação das unidades escolares, percebeu-se a palavra *transferência* da escola de uma localidade para outra, assim, o caminhão fazia o serviço de transporte da edificação, e as escolas eram alocadas em outros espaços urbanos que necessitavam do serviço educacional, conforme a demanda do aumento de famílias e, conseqüentemente, o aumento de crianças, a exemplo do que ocorreu com o Grupo Escolar Hercílio Luz.

Figura 11 – Mudança de localidade do Grupo Escolar Hercílio Luz, Criciúma



Fonte: Rabelo et al. (2003).

Nos decretos de criação das unidades escolares, é comum encontrar a menção à “transferência” de uma escola de uma localidade para outra, realizada em resposta ao crescimento populacional e à demanda por serviços educacionais em diferentes áreas urbanas. Esse processo de realocação era realizado com o auxílio de caminhões e coordenado por professores e funcionários escolares.

Ao investigar as primeiras escolas da Rede Municipal de Criciúma, bem como a implantação e expansão da rede, deparamo-nos com uma vasta quantidade de documentos, muitos dos quais dispersos ao longo do tempo. Esses documentos foram reunidos gradualmente e reagrupados na Secretaria de Educação, atualmente preservados no Memorial. No entanto, também observamos lacunas significativas, como a ausência de registros e, possivelmente, a perda de documentos ao longo dos anos. Essa constatação destaca a urgência da preservação e segurança desses documentos, que fornecem informações valiosas sobre escolas que muitas vezes já não existem mais, que mudaram de endereço ou de nome, e sobre a memória da educação, composta por professores, funcionários, estudantes e a comunidade.

Embora o levantamento realizado nesta pesquisa seja incompleto em diversos períodos, acreditamos que ele possa servir como ponto de partida para futuras investigações e para a garantia da preservação documental na Rede Municipal. Com o intuito de aprofundar a análise sobre a educação municipal, buscamos aqui também

abordar as contribuições de uma professora e ex-Secretária da Educação, que vivenciou inúmeras mudanças ao longo de sua trajetória profissional.

2.3 MARIA MARLENE MILANEZE JUST NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Em relação às estatísticas referentes ao número de alunos/as da Rede Municipal de Criciúma, temos apenas os dados educacionais registrados na Secretaria de Educação a partir dos relatórios de 1977, ano de início da Gestão de Maria Marlene Milaneze Just, que desenvolve relatórios formulados por unidades escolares e que apresentam dados referentes à seriação e ao número de alunos de cada turma. Nesse sentido, destaca-se a importância das ações de organização aplicadas a partir da gestão da Professora Marlene como Secretária de Educação. Já relatórios mais elaborados contendo faltas, estatísticas de reprovação e aprovação, intitulados Relatórios Anuais, somente passaram a ser organizados pela Secretaria de Educação a partir de 1993.

Os dados de 1977 a 1992 são apresentados por unidades escolares e não foi gerado um Relatório Anual, assim, a Tabela 3 mostra números incompletos, mas que, com estudo e manuseio das fontes, podem ser compilados futuramente. Dados anteriores ao ano de 1977 estão nos acervos de cada unidade escolar, dessa forma, os dados da Tabela 3 acerca do número de escolas e alunos/as foram organizados a partir dos relatórios escolares que eram submetidos à Secretaria de Educação nesse período.

Tabela 3 – Relatório de alunos(as) da Rede Municipal de Criciúma de 1977 a 2024

MATRÍCULAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 1977 – 2023					
Ano	nº Escolas	NÚMERO DE MATRÍCULAS			
		Educação Infantil	Fundamental	EJA	Total
1973/76	35				3.674
1977	35	673	3.429		4.112
1978	37	778	3.467		4.245
1979					4.041
1980					3.058
1981					3.381
1982	41				5003

1983					5.267
1984					5.696
1985					8.044
1986					8.485
1987					9.114
1988				2	9.858
1989				34	8.178
1990				18	6.489
1991				291	7.832
1992				173	10.039
1993	65	2.802	8.094	129	11.025
1994	66	2.806	9.086	225	12.117
1995	68	2.782	9.843	259	12.998
1996	69	2.905	10.409	437	13.129
1997	71	2.949	11.167	365	14.481
1998	72	2.961	11.422	330	14.713
1999	70	3.063	11.653	419	15.135
2000	69	3.169	11.857	516	15.542
2001	69	3.203	12.297	503	16.003
2002	69	3.199	12.446	866	16.511
2003	69	3.151	12.039	902	16.092
2004	71	3.275	11.575	903	15.753
2005	71	3.163	11.391	853	15.407
2006	71	2.326	12.317	644	16.101
2007	71	2.410	11.962	767	15.772
2008	72	2.635	11.762	1.184	16.193
2009	72	2.941	11.214	1.364	16.096
2010	71	3.315	11.073	986	15.920
2011	71	3.969	11.698	1.010	17.373
2012	70	3.981	12.044	884	17.582
2013	69	4.101	12.021	990	17.810
2014	72	4.305	12.209	931	18.133
2015	72	4.422	11.869	1.069	17.985
2016	72	2.524	11.945	1.316	16.398
2017	72	5.059	12.192	1.803	19.492
2018	71	4.978	12.464	1.973	19.822
2019	68	5.106	12.900	2.321	20.686
2020	66	5.002	13.563	1.314	20.237
2021	64	5.125	14.678	1.347	21.150
2022	63	4.816	15.167	712	20.695

2023	63	4.759	18.148	779	21.302
2024	62	4.693	15.656	599	20.948

Fonte: elaborada pela autora, com dados de Relatórios da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (2023-2024).

De forma geral, foi possível observar por meio dos dados que o município de Criciúma se insere em um contexto estadual e nacional referente à oferta e à expansão do ensino, além de que esses indicadores também estão conectados com aspectos do desenvolvimento econômico (participação de homens e mulheres no mercado de trabalho), aumento e redução em determinados períodos do número de nascimentos, oferta e retorno de jovens e adultos aos bancos escolares, entre outros fatores. No entanto, é de fácil percepção que, do ano inicial da confecção desses relatórios (1973-1976), comparados ao início da década de 1990, o número de escolas já havia duplicado. Pode-se levar em consideração que:

No fim da década de 1980 e início da década de 1990, o país se encontrava em um momento de redemocratização que levaria ao acirramento das políticas públicas ao modelo neoliberal que se expandia no mundo. O redirecionamento das ações dos organismos multilaterais para a América Latina trouxe inúmeras reformas que configuraram a influência política da economia capitalista às pastas de interesse social (Ricci; Santiago, 2022, p. 184).

Planos, programas e convênios nacionais e internacionais que se estabelecem nesses anos tinham como objetivo elevar os índices educacionais em território nacional e foram assumidas uma série de responsabilidades para que ocorressem essas adequações.

Retornando à Tabela 3, é importante destacar os relatórios produzidos pelas escolas, observando que esse movimento iniciou na gestão da Professora Marlene, o que leva a refletir se essa ação partiu de uma iniciativa própria de sua gestão ou se estava conectada a alguma diretriz que deveria ser seguida. Percebemos também, na compilação dos dados, que a partir de 1993, na então gestão do Secretário de Educação Jairo Tomazi, os relatórios se tornam mais completos, com a divisão do número de alunos/as por etapas de ensino, educação infantil, fundamental e educação de jovens e adultos, bem como o número de unidades escolares.

Além disso, em âmbito nacional, as políticas públicas em relação às métricas educacionais referentes ao número de alunos/as iniciaram na década de 1960, período em que ocorreu a criação e a realização do primeiro Censo Escolar, no ano

de 1964²². Dessa forma, observamos a relação entre dados estatísticos que estavam sendo produzidos em nível nacional com os relatórios encontrados no Município de Criciúma.

Retomando os relatórios produzidos na gestão de Marlene, em sua entrevista, ela conta que elaborou uma espécie de manual com todos os ensinamentos referentes às documentações escolares:

[...] quando eu olhei a parte administrativa eles não sabiam fazer nada, não tinha nada de documentações nas escolas, mas eu pedi para fazer um manual, desde como se fazia um ofício, memorando, livro ata, foi feito tudo. E eu mandei um manual para as escolas para elas aprenderem a organizar sua secretaria (Marlene, 2023, p. 10, primeira entrevista).

O Relatório Final de Matrícula foi criado na sua gestão e é empregado até hoje. Por ser um documento norteador, é importante para esses registros estatísticos, pois, por meio desses relatórios é que os dados foram compilados para esta pesquisa. Quanto ao número de alunos, anteriormente ao ano de 1977, não foi possível precisar, talvez um estudo minucioso nas unidades escolares pudesse demonstrar esses quantitativos.

Durante a busca por documentos relacionados a esse período, encontramos um folder no Acervo Documental do Arquivo Histórico Pedro Milaneze que descreve aspectos da Educação Municipal de Criciúma nos anos de 1973 a 1976. Esse documento também dá uma dimensão do número de escolas e de alunos/as. Entretanto, como os dados não são detalhados (como nível de ensino), optamos em trazê-lo como uma importante análise que permite realizar um cruzamento de dados com outros documentos, visto que nesses anos não eram emitidos relatórios anuais de dados estatísticos e dados de aprovação e reprovação.

²² O médico Carlos Pasquale é nomeado diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP e, neste ano, é realizado o primeiro censo escolar, além do lançamento do Anuário Brasileiro de Educação, de acordo com os princípios da primeira LDB publicada em 1961 (Informações do site do Governo Federal, página do Inpe. Disponível em: <https://bit.ly/4eM18ID>. Acesso em: 6 jul. 2024).

Figura 12 – Folder: Educação Municipal de Criciúma (1973-1977)



Fonte: Arquivo Histórico Pedro Milanez, elaborado pela Gestão Municipal (1973-1977).

No primeiro ano do mandato do Prefeito Altair Guidi, ano de 1977, a Prefeitura de Criciúma tinha 41 unidades de ensino e 4.112 alunos/as matriculados, 18 diretores/as, 1 auxiliar de direção e 8 orientadores/as pedagógicos/as, 149 professores/as, 40 serventes escolares e 9 merendeiras, conforme relatório expedido. Na gestão de Marlene como Secretária de Educação, foram construídos 6 prédios escolares: El Antônio Milanez Netto, no bairro Maria Céu; El José Aléssio, na localidade de Cidade Alta (atual município de Forquilha); EE. RR. Pascoal Meller, no bairro de Santa Augusta; EE. RR. Fortunato Brasil Napolini na Linha Ex-Patrimônio; EE. RR. Santa Rita de Cássia, no bairro Santos Dumont; e a escola EE. RR. Elisa Sampaio Rovaris, no bairro Tereza Cristina, escola criada com a construção do prédio, com a qual também foi criada a escola JI. Chapeuzinho Vermelho, na Vila Colonial, funcionando no centro comunitário.

No Relatório Anual de 1978 doado por Marlene, no item II. 2.4, intitulado “Quadro Demonstrativo-Situação/Escola-Aluno”, a estrutura organizacional educacional está composta por: 41 unidades de ensino, sendo 6 grupos escolares; 9

escolas reunidas; 5 escolas isoladas e 7 jardins de infância e escolas atendidas pela Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC; 3 Projetos Casulo e Centro de Recreação e Orientação Infantil – CROI. Não obtivemos dados estatísticos de aprovação e reprovação nem abandono e permanência da gestão de 1977 a 1982. Destaca-se o Relatório Anual de 1980, a importância de o olhar, bem como a atenção para as atividades esportivas que essa Secretaria conduziu.

Segundo Marlene, ao longo de sua gestão, ocorreram importantes investimentos, como a contratação de professores: “*Foi onde trouxe Gildo Volpato, responsável pela educação física*” (Marlene, 2023, p. 3). Entretanto, ao cruzar as fontes de pesquisa, observamos que o professor integrou um grupo de seis primeiros professores de Educação Física da Rede Municipal de Criciúma a partir de abril de 1982. A contratação desses novos profissionais da Rede ocorreu devido à criação dos espaços para a realização das aulas de Educação Física, como a inauguração de quadras de esportes nas escolas.

Ainda que suas recordações não tenham real exatidão, pois o professor citado não atuou na Secretaria de Educação, ela nos ajuda a conhecer esse cenário da demanda de profissionais, vinculadas à arquitetura escolar que estava se alterando. Cabe refletir também que suas memórias são elaboradas no presente, e não são possíveis de acessar ou garantir recriações tais como ocorreram no passado, pois não são portadores de “verdades históricas”, comportam rastros, pistas e vestígios que possibilitam reconstruir versões do tempo pretérito (Mignot, 2002).

Marlene conta que o próprio Prefeito Altair ajudava a projetar as novas escolas, pois era arquiteto e inovou na construção de escolas com as quadras poliesportivas. Das 6 escolas construídas, todas contavam com quadras em anexo que também eram utilizadas pela comunidade, como destaca o Relatório de 1980: EE. RR. Francisco Skrabski; EE. RR. Pe. Ludovico Coccolo; EE. RR. Santa Rita de Cássia; EE. RR. Elisa Sampaio Rovaris; EE. RR. Pascoal Meller; e G.E. Jorge da Cunha Carneiro. Essas inclusive foram as escolas que receberam os primeiros professores de Educação Física da Rede Municipal de Ensino, em abril de 1982.

Segue o quadro municipal com a relação de todas as unidades escolares sob responsabilidade da Secretaria de Educação no período em que Marlene foi responsável pela pasta educacional (Figura 13). No documento não constam datas,

porém, ele foi encontrado no acervo pessoal doado por Marlene ao Memorial da Rede Municipal de Criciúma.

Figura 13 – Unidades Escolares e Gestores

MES DE _____	DE _____
Nº	ESTABELECIMENTO
01	G.E. Jorge da Cunha Carneiro
02	G.E. Engº Ernani Cotrin
03	G.E. Giacomo Zanette
04	G.E. Marcilio Dias
05	G.E. São Defêde
06	G.E. Carlos Gorini
07	EE.RR. Fe. Luçovico Coccolo
08	EE.RR. F. José Francisco Pertere
09	EE.RR. Hercilio Amante
10	EE.RR. Fortunato F. Naspolini
11	EE.RR. F. Francisco Skratski
12	EE.RR. José Contim Portella
13	EE.RR. Pascoal Moller
14	EE.RR. Santa Rita de Cássia
15	EE.RR. Elisa Sampaio Rveris
16	EE.RR. Antonio Milanez Netto
17	EE.RR. José Alêssio
18	E.I. José Macarini
19	E.I. Guilherme Scardueli
20	E.I. Barra da Sanga
21	E.I. João Locatelli
22	E.I. Gabriel Serafim
23	E.I. Luiz Boeng
24	E.I. Egidio de Bona
25	E.I. Constante de Luca
26	E.I. Mancel João Ramos
27	E.I. Giacomo Polan
28	E.I. João José Back
29	E.I. Benevenuto Guidi
30	E.I. Ignácio Kzarki
31	J.I. Próspera
32	J.I. Peter Fan
33	J.I. Branca de Neve
34	J.I. Teresa Daria Milanez
35	J.I. Santa Família
36	J.I. Santo Agostinho
37	J.I. Chapeuzinho Vermelho
38	J.I. CROI
39	J.I. CASULO
40	J.I. Osvaldo Pinto da Veiga
41	AFAP

Fonte: doação acervo pessoal da Professora Marlene (atualmente disponível no Memorial da Rede Municipal de Criciúma).

No Relatório Anual de 1978, na página 33, item III - 1. Dificuldades Encontradas, destaca-se o texto: “Muitas mudanças de local de funcionamento da Secretaria de Educação e Cultura, desfavorecendo o andamento dos trabalhos”. Sobre essa questão, Marlene Milaneze Just destaca:

A Secretaria era ali²³, embaixo, onde funcionava o CME, Conselho Municipal de Esportes. Nós viemos aqui para o prédio, ali em cima da loja Calcutá,²⁴ não sei se existe aquela loja ainda, tinha um prédio ali, segundo andar, ou terceiro, funcionava em um espaço que era pequeno. Acabamos criando realmente a comissão do centenário, e então precisava de mais um espaço

²³ A entrevistada faz referência à Rua Anita Garibaldi.

²⁴ Localizado no centro de Criciúma, entre a Tv. Padre Pedro Baldoncini e a Rua Cônego Miguel Giacca.

para a comissão do centenário, nós fomos para aquele prédio na frente do Palácio do Estado,²⁵ um prédio na esquina, tinha dois apartamentos em cima, um apartamento ficou para a Secretaria de Educação e o outro para a comissão do centenário (Marlene, 2023, p. 6-7, primeira entrevista).

Quadro 6 – Sedes da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma

Ano	Localização	Outras Informações	Imagem
1926	Localizada nas estradas que ligavam Criciúma e Araranguá, Criciúma e Urussanga. Nos dias atuais, trata-se da esquina das ruas Cel. Pedro Benedet e Marcos Rovaris.	A primeira sede administrativa da Prefeitura de Criciúma foi em uma pequena casa de madeira na residência de propriedade de Frederico Minatto, sede do Poder Executivo Municipal, onde os munícipes eram atendidos. (ficou nesse endereço por poucos meses).	Não localizada
Outubro de 1926	Rua 26 de março, atual Avenida Getúlio Vargas.	Os despachos voltados à Educação, acompanhando a mudança da sede da Prefeitura, mudou-se para as dependências do Clube Recreativo Seis de Janeiro.	 Fonte: Acervo Câmara Municipal de Criciúma.
1930	Na esquina da Avenida Getúlio Vargas com a rua Santo Antônio.	Cincinato Napolini foi prefeito nomeado de 1930 a 1933, alugou uma casa que pertencia a João Thomé para instalar a sede da Prefeitura de Criciúma. Atualmente (2024), encontra-se a Loja Pernambucanas.	Não localizada
1933	Praça Etelvina Luz, atual Praça Nereu Ramos.	Casa na Praça Nereu Ramos. Atualmente (2024), localiza-se o prédio Foto Zappellini.	Não localizada
1943	Praça Nereu Ramos	Foi construído um prédio especialmente para sediar o Poder Executivo Municipal, sediando, também, a Secretaria Municipal de Educação. Atualmente (2024), localiza-se a Casa da Cultura Neusa Nunes Vieira.	 Fonte: Quadros (2020).

²⁵ Localizado na Avenida Getúlio Vargas, 18, Centro de Criciúma/SC.

(1970	Rua Anita Garibaldi	A sede do Poder Executivo Municipal é transferida para a torre central do Centro Municipal de Compras, na Rua Anita Garibaldi, onde permaneceu até 1981. Assim, o local sediava, também a Diretoria de Educação, Saúde e Assistência Social, bem como os demais órgãos municipais.	 Fonte: Quadros (2020).
1978/ 1979	Localizado no centro de Criciúma, entre a travessa Padre Pedro Baldoncini e a rua Cônego Miguel Giacca.	Nesse ponto, em 2024, localiza-se o estabelecimento Calcutá.	 Fonte: Waschinewski (2020).
1979/ 1981	Localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 18, Centro, Criciúma.	Em frente ao local onde, em 2024, localizava-se o Palácio do Estado.	 Fonte: Google Maps / Captura de Imagem (2024).
1981	Paço Municipal Marcos Rovaris, Rua Domênico Sônego, Santa Bárbara.	Em 2020, foi denominado Parque Municipal Prefeito Altair Guidi. A Secretaria de Educação passa a atender no local.	 Fonte: Quadros (2020).

2015	Avenida Santos Dumont, 1498-1608, São Luís, Criciúma.	Em razão de dois incêndios no Paço Municipal Marcos Rovaris (27/06/2015 e 07/07/2015), a Secretaria Municipal de Educação passa a atender no Teatro Municipal Elias Angeloni por alguns meses, na Biblioteca Donatila Borba.	 Fonte: Diretoria de Comunicação da Prefeitura de Criciúma.
2015	Paço Municipal Marcos Rovaris, Rua Palestina, nº 205, Pinheirinho, Criciúma.	A Secretaria Municipal de Educação é alocada para o segundo andar do prédio do Ministério Público do Trabalho.	 Fonte: Google Maps / Captura de Imagem (2024).
2018	Paço Municipal Marcos Rovaris, Rua Domênico Sônego, Santa Bárbara.	Reinauguração do Paço Municipal Marcos Rovaris, no dia 06/01/2018, após reforma geral da construção. Diante disso, a sede da Secretaria Municipal de Educação retornou ao local.	 Fonte: Acervo Diretoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Criciúma.
2022	Paço Municipal Marcos Rovaris, Rua Palestina, nº 205, Pinheirinho, Criciúma.	Em fevereiro de 2022, a Secretaria de Educação ganhou um espaço próprio através da cessão de uso do prédio da União onde funcionava o Ministério Público do Trabalho, inaugurada em 14 de setembro de 2022 em homenagem à data da Lei nº 839, de 1971, que cria a Secretaria de Educação.	 Fonte: Acervo Secretaria de Educação (2022).  Fonte: Acervo Secretaria de Educação (2022).

Fonte: elaborado pela autora, com base nos documentos da Secretaria de Educação e da Prefeitura de Criciúma, e na entrevista com a Professora Maria Marlene Milaneze Just (2024).

Observamos que, ao longo dos anos, a Secretaria de Educação ocupou diferentes locais, alguns dos quais eram espaços improvisados, como edifícios comerciais e até mesmo residenciais, que atendiam a múltiplas finalidades. Esses contextos sugerem que, em certos momentos, a Secretaria não foi considerada de suma importância para a administração pública municipal. No entanto, para assegurar a melhoria na qualidade da oferta de ensino, é fundamental proporcionar condições materiais adequadas tanto para os funcionários que atuam nas escolas quanto para aqueles que trabalham na Secretaria de Educação, que, em diversas ocasiões, parece ter sido alocada em espaços inadequados e improvisados.

Outro aspecto que nos chama atenção são os traços arquitetônicos desses edifícios e suas constantes alterações ao longo dos anos que, aos poucos, foi recebendo um ar moderno, acompanhando o período em que se inserem, chegando até sua atual sede, a qual conta com espaço para diversas coordenações de trabalho, bem como possui um espaço dedicado à memória da Rede Municipal, com a Galeria dos Ex-Secretários e o Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma, que será abordado na seção seguinte.

2.4 MEMORIAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRICIÚMA

Concomitante à construção deste estudo, ocorreu a elaboração do Projeto de Lei para a criação do Memorial da Educação do Município de Criciúma e, no ano de 2023, foi sancionada a Lei nº 8.463²⁶, de 23 de outubro de 2023, que dispõe sobre a criação do Memorial Educacional da Rede Municipal de Criciúma, com o objetivo de preservar os acervos documentais e tridimensionais, objetos, suportes materiais, obras e outros bens de valor histórico relacionados à História da Educação no Município de Criciúma. Uma política pública que busca garantir a preservação e a valorização da memória e da história da Rede Municipal de Educação, para o qual esta pesquisa foi propulsora, pois observamos a ausência de um local adequado que reunisse os documentos referentes à educação municipal. Corroborando com as ideias de Mogarro (2006, p. 75):

Os arquivos escolares motivam profundas preocupações relativamente à salvaguarda e preservação dos seus documentos, que constituem

²⁶ A Lei consta nos anexos.

instrumentos fundamentais para a história da escola e a construção da memória educativa. A sua importância tem vindo a ser reconhecida, conduzindo a uma reflexão sobre a sua preservação, as condições de instalação, a organização correcta dos documentos e o acesso às informações que nele estão contidas.

Motivados por essa urgência, algumas iniciativas antecedem a construção do Memorial, sendo uma delas a preservação digital da memória da educação pública municipal de Criciúma que acontece desde o ano de 2020, e que faz parte agora do Memorial. Em parceria com a Diretoria de Tecnologia, foi desenvolvido um *software* para armazenar, catalogar e organizar os documentos das Unidades Escolares e documentos da Secretaria de Educação. Os documentos estão armazenadas em nuvem, separados em arquivos por escola e por títulos e, nesse sentido, estão sendo catalogadas leis, decretos de criação, fichas de alunos/as, históricos escolares, boletins, relatórios administrativos, fotografias, entre outros documentos. “A partir do momento em que as fontes são localizadas e selecionadas, advém o processo de catalogação, de registro, organização de arquivos para possibilitar melhor preservação [...]” (Orso, 2012, p. 236).

A Secretaria de Educação gerencia esse serviço de digitalização²⁷ desde 2020, contando com estagiários/as capacitados/as pelo Curso de Documentação e Preservação de Arquivos Históricos oferecido pelo Centro de Memória e Documentação – CEDOC²⁸, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.

Assim, a digitalização dos documentos nas unidades escolares traz contribuições acerca da preservação, o que reforça a importância dos vestígios e das fontes da história da educação da Rede Municipal de Criciúma para a comunidade escolar. Isso somente é possível com a valorização e bom armazenamento dessas fontes. A esse respeito, Orso (2012, p. 229) comenta que:

Torna-se necessário desenvolver um trabalho de sensibilização junto à comunidade, principalmente, secretarias municipais, núcleo regional de

²⁷ Cada escola possui um acesso ao seu próprio arquivo com senha específica para garantir a segurança dos dados, o endereço eletrônico <https://drive.criciuma.sc.gov.br/schools> investe-se na qualidade das pesquisas, do ensino e da extensão das futuras gerações. Dessa forma, o desafio consiste em criar as condições objetivas para a preservação das fontes, quer sejam elas das instituições escolares, da sua organização, do seu funcionamento, que possibilitem ao historiador buscar a explicação da singularidade e da identidade histórica dos fatos ou mesmo das instituições escolares.

²⁸ Centro de Memória e Documentação Unesc, que é responsável por armazenar e manter preservadas memórias não somente da Instituição, mas de toda a região e até do país. o Cedoc da Unesc guarda e preserva acervos, seu espaço armazena incontáveis documentos em diversos formatos, oferece material para pesquisas e conta com vasto material histórico.

educação e escolas no sentido de despertar a preocupação com a catalogação, a sistematização, socialização e a preservação das fontes.

Sendo assim, é necessário o envolvimento das escolas e de seus agentes sociais no esforço de preservação da memória institucional da Escola Pública (Orso, 2012). Sobre os registros históricos, o autor ainda acrescenta:

Os registros históricos são os meios utilizados pelos historiadores para se apropriar de uma realidade que “já não existe” e produzir determinadas explicações históricas. Porém, a qualidade do conhecimento histórico que se produz depende da relação dos historiadores com as fontes. Assim, uma relação mais sólida com as fontes, só será possível, quando já estiverem organizadas e preservadas em arquivos. Sendo assim, ao localizar e catalogar as fontes (Orso, 2012, p. 230).

Além da valorização do acervo histórico pela comunidade escolar, essas fontes são importantes para os/as pesquisadores/as interessados/as que têm a oportunidade, por meio de arquivos organizados e preservados em formato impresso e digital, de buscar novas fontes de pesquisa.

Eles possuem informações que permitem introduzir a uniformidade na análise realizada sobre os vários discursos que são produzidos pelos actores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais têm representações diversas relativamente à escola e expressam-nas de formas diversificadas (Mogarro, 2006, p. 72).

Esta pesquisa contribuiu para a construção histórica e a preservação da memória da Rede Municipal de Ensino de Criciúma, trabalho que vem se concretizando por meio desse olhar acadêmico acessado nas disciplinas cursadas no Mestrado em Educação. Neste contexto, Orso (2012, p. 234) oferece uma contribuição significativa ao conceituar as fontes históricas:

Como dissemos, as fontes são os meios pelos quais podemos acessar o passado, que pode ser mais recente ou distante, conforme for o caso. Contudo, como não podemos ter acesso a ele diretamente, restam-nos as fontes que permitem e fazem a mediação. Assim, pesquisar sobre elas significa retornar ao passado.

A Constituição Federal²⁹ estabelece no seu Art. 23, inciso III, que é de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

²⁹ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos, bem como a Lei nº 8.159³⁰, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e determina ser dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumentos de apoio à administração.

A Secretaria de Educação atua, conforme os projetos mencionados, com o objetivo de valorizar a História da Educação de Criciúma, assegurando que os acervos sejam constantemente consultados e pesquisados por alunos, professores, pesquisadores e pela comunidade em geral. Essa iniciativa visa promover o conhecimento e a reflexão sobre os arquivos escolares como locais de memória, investindo na digitalização e na preservação dos acervos educacionais da Rede Municipal de Criciúma. A valorização do acervo histórico pela comunidade escolar, bem como a preservação e valorização dessas fontes, são essenciais para os pesquisadores que têm a oportunidade de acessar arquivos organizados e preservados, tanto em formato impresso quanto digital. Esses esforços contribuem significativamente para a construção histórica e a preservação da memória da Rede Municipal de Criciúma, permitindo a construção de novas narrativas sobre o passado em diálogo com o presente.

A criação do Memorial e, também, a digitalização e o gerenciamento e armazenamento de documentos antigos em suporte virtual (no formato drive), funciona como mecanismo para a preservação, bem como a pesquisa, o ensino e a divulgação do patrimônio museológico cultural das unidades de ensino dos acervos caracterizados por artefatos da cultura material escolar, como cadernos, livros escolares, monografias, dissertações e teses relacionadas à educação municipal de Criciúma, móveis, uniformes, utensílios de cozinha escolar, fotografias, diários de professores, atas, entre outros importantes objetos que fazem parte das memórias dos sujeitos que passaram pelos diferentes espaços escolares. Essas fontes são testemunhos importantes para a história e historiografia da educação local e regional.

O Memorial da Educação Municipal está vinculado à Secretaria Municipal de Criciúma e tem como objetivos, no seu Artigo terceiro:

³⁰ Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3RRYSz5>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Preservar a memória da educação municipal cricumense, por meio de documentos organizados em acervos documentais e tridimensionais, como mobiliários, audiovisuais, suportes materiais, fotográficos, biografias, entre outros. tem como objetivo também valorizar a História da Educação Municipal de Criciúma, constituindo-se como um espaço de guarda e conservação de acervos e fonte de consulta para profissionais da educação e das diferentes áreas de conhecimento. Fomentar a pesquisa e subsidiar a formação técnica, científica e acadêmica dos profissionais da educação e das diferentes áreas do conhecimento (Criciúma, 2023).

Suas atribuições têm a realização em parcerias com as universidades, serviços de referência realizados com a história da educação municipal visando à sua preservação, com o objetivo de

Facilitar o acesso às informações históricas e aos acervos, zelando pelo cumprimento das normas relacionadas ao manuseio, conservação e higiene. Subsidiar a elaboração de documentos técnicos relacionados a guarda e conservação uma política de acervos documentais e tridimensionais (Criciúma, 2023).

Destaca-se que, além dos objetos tridimensionais, está em processo a busca por documentos nas unidades escolares e em outros espaços, visto que esses documentos se encontram dispersos em variados espaços. Ao buscar reunir um vasto acervo relativo à educação municipal, é necessário praticar a compilação ou digitação desses, para que o memorial possa ter uma cópia e os originais continuem em seus espaços de salvaguarda. No ano de 2009, a Secretaria de Educação recebeu a doação de alguns mobiliários que estavam locados na antiga Casa do Professor Paulo Freire – atualmente esses objetos fazem parte do Memorial, localizado na Secretaria de Educação de Criciúma –, pode-se assim relatar que este trabalho já se iniciou uma década atrás.

Uma ação importante na construção do memorial é a catalogação e o envelopamento adequado das fotografias antigas e atuais, com a descrição do ano e do local das imagens. Esses dados estão sendo coletados por meio de pesquisas e entrevistas com professores e gestores escolares. Em 2022, foi realizada uma busca no Arquivo Histórico Pedro Milaneze, na qual todas as fotografias foram copiadas e foram feitas cópias das fontes relacionadas à educação municipal de Criciúma.

Essas atividades demandam muitas horas de trabalho e pesquisa, servindo como fio condutor desta pesquisa acadêmica. As fotografias de eventos e comemorações atuais já estão sendo catalogadas, pois o presente rapidamente se transforma em passado. Com as inovações tecnológicas, como as fotos digitais, o

trabalho de preservação foi facilitado. Assim, o presente também se torna passado e história, e deve ser reconstruído e organizado para a posteridade, na busca por indícios relacionados à história da Rede Municipal de Educação.

Vidal e Abdala (2011, p. 179) oferecem uma contribuição significativa ao conceituar as fontes históricas e a fotografia:

Quanto a análise iconográfica, ressalta que deve o historiador fazer dialogar o documento fotográfico com demais fontes disponíveis sobre o período, rompendo o caráter fragmentário da fotografia e facilitando o estudo do conteúdo das imagens, bem como concorrendo para fixar as datas e locais de produção dos objetos em análise.

Em seguida, apresentamos algumas imagens que buscam elucidar esse processo que se encontra em construção.

Figura 14 – Fotografias mobilizadas para a pesquisa



Fonte: Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma.

A preservação dessas fontes se faz necessária e, como aponta Ivashita (2014, p. 74): “Torna-se imprescindível pensar na preservação dos documentos, pois o descarte dos mesmos advém da falta de entendimento de que o passado pode ser fonte de pesquisa e, portanto, revisado”. Observamos que, ao se tratar de pesquisas documentais referentes à educação, surgem barreiras recorrentes, como a dificuldade em localizar documentos, a falta de espaços adequados para armazenamento, a ausência de locais destinados à pesquisa e o descarte frequente de documentos por parte das instituições.

Se é verdade que o historiador inventa as suas fontes, “construindo--as” em articulação com o objecto de estudo e inserindo- -as nas realidades históricas (e educativas, no caso que aqui nos interessa) em que foram produzidas e utilizadas, no caso dos arquivos escolares estamos perante fontes de informação tradicionalmente consagradas (os documentos de arquivo), embora também tradicionalmente consideradas menores no campo da história e, por isso, secundarizadas (pela sua condição de serem escolares e, em consequência, revelarem os processos educativos). Esta condição tem vindo a ser gradualmente modificada, com a atenção crescente que têm assumido os aspectos da vida quotidiana e os “fazeres ordinários” da escola, dois dos novos objectos de um número assinalável de investigações historiográficas (Mogarro, 2006, p. 72).

Por isso, a importância, no campo da História da Educação, da preservação e da construção da lei que disponha de ações de políticas públicas que salvem e preservem esses documentos, fotografias e objetos, fazendo uso dos meios científicos e tecnológicos para ajudar a preservar as fontes e as memórias.

Figura 15 – Mobiliário Escolar – Rede Municipal de Criciúma



Fonte: Mobiliários escolares da década de 1960 doados pelas escolas municipais Lili Coelho, Casemiro Stachurski e Caetano Ronchi.

A condução do trabalho de organização do acervo educacional tem como lupa de desenvolvimento da Nova História Cultural, a reflexão das ações de organização e a interrogação dos vários sentidos do trabalho histórico. Refletir o tempo presente, pensar nas ações e mudanças e perceber que tudo tem historicidade, inclusive os objetos e as ações humanas, corrobora com o pensamento de Burke (2005, p. 33): “[...] os historiadores culturais têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir, e se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação”.

Para Nora (1993, p. 13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos [...] notariar atas, porque essas operações não são naturais”. Destaca-se a importância desses arquivos para a memória e a reconstrução de aspectos da Rede Municipal, o que contribui para a historiografia da Rede Municipal de Educação de Criciúma.

Figura 16 – Vista Parcial do Memorial



Fonte: Memorial da Educação Municipal de Criciúma (2024).

Por fim, acreditamos que há muito trabalho ainda a ser dedicado na construção do Memorial para que esse se torne um espaço adequado, em suas funções educativas, de acesso aos pesquisadores e à comunidade em geral. Entretanto, já representa uma iniciativa importante, podendo se tornar uma referência para outros municípios no sentido da preservação de seus documentos educacionais. Mesmo em seu processo inicial, o Memorial tem contribuído com a vasta gama documental, em especial para esta pesquisa.

O próximo capítulo se dedicará a conhecer os preparativos para o Centenário da Colonização de Criciúma, atentando-se para a participação da Secretaria Municipal de Educação.

3 O CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO DE CRICIÚMA (1980) E OS DESAFIOS PARA A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA MARIA MARLENE MILANEZE JUST

O Centenário começou em janeiro de 1980 e terminou em janeiro de 1981, encerrando com a inauguração do Memorial Dino Gorini (Marlene, 2023, p. 13, primeira entrevista).

O foco principal desta pesquisa é investigar o período em que a Professora Maria Marlene Milaneze Just esteve à frente da gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Criciúma (1977-1982), especialmente no contexto da comemoração do Centenário de Colonização da cidade, inserido no cenário político e educacional da época. O objetivo é estabelecer uma conexão entre o contexto vivido e as questões culturais relativas aos 100 anos da chegada dos primeiros colonizadores, além de observar as transformações na educação municipal durante esse período. A pesquisa privilegia as narrativas da entrevistada, utilizando a História Oral em conjunto com outros documentos para explorar aspectos dos preparativos e das festividades do Centenário da Colonização de Criciúma.

Segundo a Professora Marlene, desde 1977 foram iniciadas pesquisas e entrevistas orais para a criação de conselhos e ações voltadas ao conhecimento do percurso da colonização de Criciúma e região desde a década de 1880.

Este capítulo visa compreender o contexto social, econômico e cultural da época, problematizando a visão da Professora Maria Marlene Milaneze Just, seus desafios na gestão e na coordenação das festividades do centenário da imigração da cidade. A análise é baseada em suas memórias e lacunas, cruzadas com jornais da época, relatórios, trabalhos acadêmicos, e livros de memorialistas e acadêmicos.

3.1 PREPARATIVOS PARA O CENTENÁRIO DE COLONIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL DA CIDADE DE CRICIÚMA (1977–1982)

O Centenário de Colonização da cidade se constituiu como um movimento amplamente social e cultural, envolvendo a sociedade civil, as instituições e o governo municipal, estabelecendo novos olhares e novas pesquisas relativas aos anos de 1880 a 1980, que tinham como objetivo a valorização das identidades locais, embora na maioria das vezes tenha se buscado apenas construir uma imagem apaziguada, sem

levar em consideração os conflitos e tensões que ocorreram no processo de chegada desses imigrantes ao território.

No livro “A semente deu bons frutos”, de organização de Otília Arns, é descrito um resumo do Centenário de Colonização:

Criação do Conselho da Cultura; criação do Departamento do Som e da Imagem; criação da Comissão Central dos Festejos do Centenário de Criciúma; implantação do Parque Centenário com construção do Pavilhão de exposição com 7.400 m² e onde foi erguido o Monumento de Colonização, restauração do prédio pertencente ao Dr. Joacy Casagrande Paulo, doado à prefeitura de Criciúma, e onde foi instalado o Museu da Colonização, Augusto Casagrande (Arns, 1985, p. 209).

Como se pode observar no excerto de Arns (1985), muitas ações foram realizadas para que as festividades do Centenário ocorressem, tanto na movimentação de funcionários da Prefeitura, por meio de equipes de trabalho, bem como na construção e na restauração de espaços públicos em alusão às comemorações.

Na busca por documentos referentes aos anos em questão, encontramos no Acervo Histórico Pedro Milanez relatórios das atividades relacionadas ao Centenário de Colonização do Município de Criciúma, que forneceram importantes subsídios para esta pesquisa, em conjunto com as recordações da Professora Marlene. No Acervo, há indícios de que as atividades voltadas para o planejamento do Centenário tiveram início em 5 de novembro de 1977 e foram concluídas em 22 de outubro de 1979, conforme redigido por Joice Quadros Guidi. Em todas as páginas do documento, está estampado um carimbo com a inscrição: “Comissão Central dos Festejos”. No entanto, o documento não apresenta um texto introdutório ou informações detalhadas sobre a estrutura organizacional, os membros da comissão ou os objetivos da mesma.

O documento intitulado “01 Relatório das Atividades envolvendo o Centenário de Criciúma”, datado de 25 de maio de 1979, menciona a posse dos membros da Comissão Central dos Festejos. Ao analisarmos a composição da equipe responsável pelos preparativos, observamos que a Professora Marlene não integrou a comissão, uma vez que ela ocupava o cargo de Secretária da Educação e Cultura, presidindo o Conselho de Cultura, que iniciou as reuniões preparatórias para o Centenário de Colonização.

Comissão Central dos Festejos

Na data de 25.05.79, tomaram posse os membros da Comissão Central dos Festejos do Centenário de Criciúma, anteriormente criada pelo Conselho Municipal de Cultura, cujo membro foram os seguintes:

Presidente: Dr. Dino Gordini

Vice - Presidente: Sr. Guido Búrigo

Secretário da Presidência: Sr. Desidério Meller

Assessores Jurídicos: Dr. Heliodoro Franzói, Sr. Joachim Han Werner Joesting, Dr. Flávio Amorim, Dr. Jorge Tziliks, Dr. Nemrod Luiz Lebarbenchon.

Assessores Étnicos:

Cultura Italiana - Sr. Pedro Milanez

Cultura Alemã - Irmã Norberta Ogniewski

Cultura Polonesa - Sr. João Bialeck

Cultura Negra - Sr. Antonio de Jesus Costa

Cultura Portuguesa - Sr. Manoel Silva Pereira

Secretário Geral: Professor Altamiro Furlaneto

Secretária executiva: Jornalista Joice Quadros Guidi

Tesoureiro: Sr. Otto Tiefense,

Comissão de Cultura:

Coordenador - Dr. Bertoldo Arns

Comissão Social: Coordenador - Dr. Silvio D. Búrigo

Comissão de Esportes: Coordenador - Sr. Fidelis Back

Comissão de Exposição: Coordenador - Sr. Mário Sônego

Comissão de Divulgação: Coordenador - Jornalista Brigitte Gorini Lienert

Observando os integrantes da comissão, é possível problematizar a presença restrita de apenas três mulheres, enquanto entre os demais membros, muitos possuem a abreviação “Dr.”, indicando que são advogados ou médicos. Além disso, a presença de sobrenomes de famílias proeminentes da cidade sugere que esses fatores podem ter influenciado a seleção dos membros, contribuindo para a construção de uma identidade para os festejos.

Ao cruzarmos as fontes documentais, identificamos alguns indícios nas narrativas de Marlene: *“Em seguida em 1977, já começamos a pensar no centenário, logo que nós fizemos o conselho, eu me recordo que Mário Belolli estava, uma turma, Joice Quadros, um conselho de cultura para formar, para nos fazermos, criamos uma comissão do centenário”*. Podemos inferir que ela esteve presente na reunião que definiu a comissão e que esteve atuando mesmo não sendo um membro efetivo da comissão.

Ao lidar com as fontes documentais e com as narrativas orais, é necessário estar atento às ausências, à não consistência das informações que frequentemente surgem ao longo da pesquisa. A autora Beatriz Sarlo (2007) chama a atenção para o fato de que não se deve confiar ingenuamente em um único relato testemunhal de um indivíduo. Segundo Sarlo (2007, p. 49), “porque têm como condição um narrador implicado nos fatos, que não persegue uma verdade externa no momento em que ela

é enunciada”, ou seja, suas narrativas são produzidas no presente, repletas de novos significados, o que ela chama de o presente do *eu*, “Pode-se dizer que a hegemonia do presente sobre o passado no discurso é da ordem da experiência e se apoia, no caso do testemunho, na memória e na subjetividade” (Sarlo, 2007, p. 49).

Retomando as recordações da entrevista, ela comenta aspectos sobre a comissão:

O Guido foi o presidente da comissão dos italianos, ou o Guido era vice do Doutor Dino, meu Deus que branco que me deu, faz tanto tempo né, italiano, depois o alemão foi o Doutor Bertoldo Arns, polonês Alberto Risatiqui era lá da Linha Batista, o negro, a Onélia que casou com o Rubens, um que era goleiro do Metropel, e português, o seu Emanuel português, e aí eles faziam as suas comissões, eles faziam os convidados deles, eles organizavam e aí começaram, as reunião lá, como tinha dois apartamentos, tinha o apartamento do Doutor Dino, e uma sala grande e uma cozinha que a gente abriu para fazer as reuniões das comissões (Marlene, 2023, p. 13, primeira entrevista).

Em suas memórias, a Professora Marlene busca recordar quem eram os responsáveis por cada etnia. Em meio a suas rememorações, observamos que ela se queixa da dificuldade em buscar elementos que compunham essas informações. Como Albuquerque Júnior (2007, p. 44) descreve, “o ato de lembrar, é sobretudo o trabalho de localizar lembranças no tempo e no espaço”. Como uma tela sendo pintada, Marlene vai dando pinceladas sobre seu passado, tentando a cada gesto localizar as lembranças no tempo e no espaço.

O processo de recordar é uma das principais formas de identificação ao narrar uma história. Ele permite a percepção do que se pensava ser no passado, o que se é no presente e o que se aspira a ser. As histórias relembradas não representam com exatidão o passado, mas moldam aspectos desse passado para que se ajustem às identidades e aspirações atuais. Dessa forma, podemos afirmar que a identidade molda as reminiscências; a percepção do presente e as aspirações futuras influenciam a interpretação do que se acredita ter sido. As reminiscências são compostas pelos elementos persistentes da memória, representando passagens significativas que são construídas para proporcionar um sentido mais satisfatório à vida ao longo do tempo, garantindo uma maior consonância entre identidades passadas e presentes (Thomson, 1997, p. 57).

Alguns traços de memória narrados por Marlene podem continuar “vívidos”, pois parecem ser repletos de significados para ela, como se percebe quando ela faz

a seguinte rememoração: *“Bom, o centenário, eu tenho vontade de chorar quando me lembro do centenário. Um misto de saudade, de pessoas assim, pensar que a gente envolveu tanta gente trabalhando por amor à cidade, pensa guria, pensa bem”* (Marlene, 2023, p. 12, primeira entrevista).

Retornando à comissão e aos preparativos, observamos que as ações públicas se voltam para a comemoração do Centenário da Colonização, na busca por fragmentos que contem parte desse contexto histórico. Ao refletirmos sobre as características culturais que o município de Criciúma evidenciava nesses anos, observamos que a atividade carbonífera provocou marcas que perduraram por alguns anos e produziu alterações tanto no modo de vida das pessoas como no próprio desenho urbano e nas edificações decorrentes dessa atividade.

Nesse sentido, a identidade do Município de Criciúma vai para além dos grupos étnicos e da atividade da agricultura, perpassa pela formação dos grupos que se constituíram por meio de outros modos de vida e outras atividades econômicas, por exemplo, os trabalhadores mineiros e suas famílias, muitos ex-agricultores que encontraram na indústria do carvão uma nova atividade de trabalho.

De acordo com Costa (2005, p. 13), “A ‘necessidade identitária’ que visivelmente vem compondo nossa experiência humana, **toma o passado locus de construção da identidade**”, pois para se compreender as identidades no presente, precisa-se olhar para as muitas camadas que foram sendo compostas por longos períodos e que foram resultando nas composições atuais. Ao refletir sobre a complexidade da formação identitária de um município, foi observado que, em Criciúma, ocorreram tentativas de enquadramento, ora como uma cidade que se constituiu como capital do carvão³¹, ora tendo as etnias como principal marco identitário e, claro, uma em sobreposição à outra como identidade local.

No período do centenário, observamos que a narrativa principal foi a identidade étnica como viés para a reconstrução da história do município: “Embora tenham sido eleitas duas identidades para Criciúma, a questão do carvão e a das etnias, isso não significa que apenas estas representam a população e seu modo de vida” (Costa, 2005, p. 15). De acordo com Zampoli (2003, p. 131):

Onde os diferentes povos que construíram a cidade, africanos, alemães, italianos, poloneses e portugueses, “tomam corpo”, tornando-se elementos,

³¹ Ao observar o Hino de Criciúma escrito pela professora e ex-secretária da Educação, Jessy Cherem.

“sujeitos”, necessários para a construção dessa identidade, desse novo “olhar à cidade”, agora sob o ângulo das etnias, ou melhor, da convivência harmoniosa entre as etnias.

O autor faz questionamentos importantes: “Por que era preciso substituir a identidade da cidade, conhecida nacionalmente como a capital do Carvão?”. A quem estaria atendendo essa nova identidade?

Dessa forma, a década de 1980 marcou na cidade o fortalecimento da identidade ligada às questões étnicas, por meio de vários ícones: o Museu municipal Histórico - Geográfico Augusto Casagrande, inaugurado em 9/1/1980 a publicação do livro **A Semente Deu Bons Frutos** e a edificação do Memorial Carlos Gorini, localizado no Parque Centenário e que apresenta, na superfície, cinco hastes e, no subterrâneo, obras que retratam o cotidiano das cinco etnias consideradas formadoras da cidade (Costa, 2005, p. 14).

Essas ações, relacionadas ao fortalecimento da identidade, podem ser observadas nas narrativas de Marlene: “[...] ficaram dois anos planejando centenário, o livro, tudo isso”. Durante a entrevista, a entrevistada relatou os eventos na ordem em que os recordou. Segundo seu depoimento, a sequência dos eventos foi a seguinte: a criação do Conselho da Cultura, a subsequente formação da Comissão do Centenário e, por último, a visita à cidade de Caxias do Sul, que havia comemorado seu Centenário de Colonização em 1975. Segundo ela, “Caxias havia comemorado um centenário, eu acho que eu já contei essa história pra ti, com o Mário Sônego, que era o vice-prefeito, que o Mário Sônego foi o presidente da Expo 100” (Marlene, 2023, p. 12, primeira entrevista).

A seguir, buscamos descrever as principais iniciativas empreendidas para as comemorações do Centenário de Colonização de Criciúma, relacionando todas as ações de planejamento, comemorações e eventos culturais, políticos, esportivos e religiosos que fizeram parte dos festejos de comemoração do Centenário de Colonização de Criciúma. O Quadro 7 apresenta a compilação dos dados encontrados nos relatórios e no cruzamento das entrevistas orais, principalmente no livro “A semente que deu bons frutos”, o qual serviu de bússola para este capítulo.

Quadro 7 – Dados e ações dos festejos do Centenário de Colonização de Criciúma

Ano	Eventos
1977	• Criação do Conselho da Cultura, Lei nº 1358, de 22 de novembro de 1977; • Primeiras reuniões e planejamento das ações do Centenário de Colonização.
1978	• 06/01: Missa na Igreja Matriz em alusão ao Centenário de Colonização promovido pelo Conselho de Cultura; • Viagem a Caxias do Sul para visitar o planejamento da cidade que havia comemorado seu centenário.
1979	• 06/01: Missa solene na Igreja Matriz promovida pelo Conselho; • 25/05: criação da Comissão Central dos Festejos do Centenário; • Mês de março: Correios e Telégrafos anunciam a criação do selo em alusão ao Centenário de Colonização da cidade de Criciúma.
1980	JANEIRO • Dia 5: Vigília do Centenário – Serestas, Plantões nas Maternidades, Repicar dos Sinos, Espocar de Foguetes, Sirenes e Buzinas; • Dia 6: Centenário da Colonização – Abertura Oficial pela Rádio e TV Alvorada; Salva de Tiros; programas especiais na imprensa falada, televisada e escrita; encontro festivo no Calçadão; homenagem ao primeiro cricumense nascido em 6 de janeiro de 1980; Sessão Solene no Estádio Heriberto Hülse; • Dia 9: Museu da Colonização – Inauguração do Museu da Colonização, Augusto Casagrande; homenagem ao descendente mais idoso dos primeiros imigrantes de 1880 (Senhor Caetano Sônego); homenagem ao descendente mais próximo do primeiro cricumense (Senhora Maria Darós Zanette). FEVEREIRO • Dias 16 a 19: Carnaval do Centenário – Bailes em Clubes e Sociedades Recreativas, Carnaval de Rua. MARÇO • Dias 28/02 a 02/03: Homenagem à Etnia Polonesa – Linha Batista – Festa de São Casemiro; • Dias 19 a 22: Homenagem à Etnia Italiana – Lançamento do Selo Postal Comemorativo, Festa de São José – Padroeiro da Cidade. ABRIL • Dias 19 a 21: Homenagem à Etnia Portuguesa – Festa do Divino; • Dia 21: Noite Festiva – show artístico no Estádio Heriberto Hülse. MAIO • Dia 1º: Homenagem ao Trabalhador Cricumense – Culto Ecumênico; Futebol – Grande Partida; programas especiais; • Dia 5: Tradição Religiosa – Procissão de Corpus Christi; • Dia 11: Homenagem à Etnia Negra – show artístico. JUNHO • Dia 5: Festa de Corpus Christi; • Dia 24: São João – Festa Caipira no Calçadão. JULHO

	• Dia 25: Homenagem à Etnia Alemã – Festa do Colono – Forquilha.
1980	AGOSTO • Dias 14 a 16: Festa Jubilar – Paróquia Santo Agostinho, Rio Maina; • Dia 28: Jogos Regionais Sul. SETEMBRO • Semana da Pátria; Sessões Cívicas; Desfiles Cívico e Militar; Parque Centenário; Inauguração do Pavilhão de Exposição; Cozinhas Típicas; Lançamento do Livro Histórico de Criciúma; Shows Folclóricos; Carros Alegóricos; Parque de Diversões; Inauguração do Monumento do Centenário. OUTUBRO • Dias 4 a 12: Exposição do Ano 100 – atividades artísticas e religiosas à comunidade visitante, bem como uma série de homenagens a criciumenses e não criciumenses que prestaram serviços a Criciúma e às famílias colonizadoras. • Dia 12: Homenagem à Criança Criciumentense – show e parque de diversões. NOVEMBRO • Dia 2: Homenagem aos Mortos Criciumentenses – Culto Ecumênico; • Dia 25: Dia de Santa Catarina. DEZEMBRO • Dia 4: Homenagem ao Mineiro – Festa de Santa Bárbara – Padroeira dos Mineiros; Festa do Carvão; Dia 25: Natal do Centenário.
1981	JANEIRO • Dia 3: 23h – Baile de Congraçamento das Cinco Etnias, um ato social no encerramento das comemorações do Centenário de Criciúma, na Sede Campestre da S.R. Mampituba; • Dia 4: 11h – Santa Missa na TV Eldorado, ato religioso, marcado pela presença das cinco etnias; • Dia 6: 10h – Culto Solene da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, com a participação da Banda Musical Celeste – Coral Louvores Celeste e, em seguida, a inauguração da Praça Maria Rodrigues; 19h30 – Sessão de homenagem na inauguração do Memorial da Cidade, no Parque Centenário, com a participação da Associação Coral de Criciúma; 20h30 – Ação de Graças pelo encerramento do Ano 100, com a participação da Banda Musical Harmonia Celeste, apresentação dos corais e danças folclóricas: italiana, portuguesa, negra, alemã, polonesa e o Grupo de Serestas de Criciúma.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

3.2 A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE CRICIÚMA

Também no Relatório 01, das atividades envolvendo o Centenário de Criciúma, na página 3, há menção a uma lei para a criação do Conselho da Cultura da cidade de Criciúma, a Lei nº 1.196, de 10 de outubro de 1975, a qual nunca foi colocada em prática, então, a partir de nova redação, foi publicada a Lei nº 1.358, de 22 de novembro de 1977, efetivada com o início das reuniões e forte atuação do Conselho

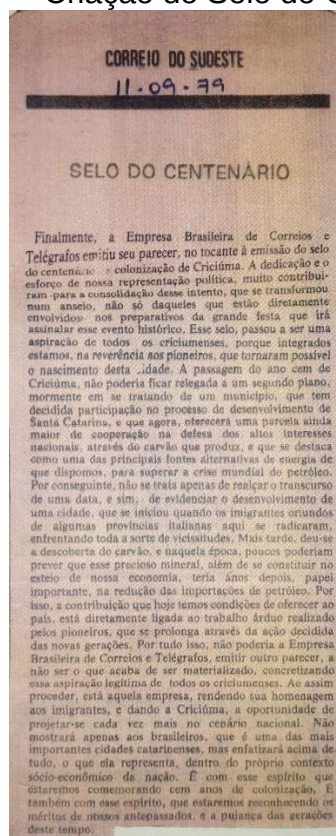
para os preparativos do Centenário de Colonização. Destaca-se aqui a presença como membro do Conselho, como Secretária da Educação e Cultura, a Professora Maria Marlene Milaneze Just, o que se apresenta em suas recordações:

Logo em seguida, começamos a pensar no centenário, acho que foi em 1977, logo que nós fizemos o conselho, eu me recordo que o Mário Beloli estava, uma turma, Joice Guidi, fizemos um conselho de cultura, criamos uma comissão do centenário (Marlene, 2023, p. 6, primeira entrevista).

Como mencionado, o Conselho foi criado antes da comissão de organização dos preparativos e esse terá o papel central ao nomear as equipes e estabelecer as diretrizes para o evento.

Uma das ações do Conselho foi a criação do **Selo do Centenário**. Já no Relatório 01, em março de 1979, foi encaminhada uma solicitação aos Correios e Telégrafos para a criação do selo em alusão ao Centenário de Colonização do Município de Criciúma. O primeiro pedido foi negado, então a comissão solicitou ao Governador do Estado, Sr. Jorge Konder Bornhausen, que intercedesse aos Correios acerca de sua solicitação e a essa foi então atendida. A Figura 17 apresenta a matéria veiculada na mídia a respeito do Selo do Centenário.

Figura 17 – Criação do Selo do Centenário



Fonte: Acervo Pedro Milanez.

É interessante observar os esforços e a atmosfera que se construiu em torno das comemorações do Centenário. A criação de um selo e os caminhos para sua aprovação com a intervenção do governador é algo que chama atenção. Vivia-se uma forte narrativa de valorização do município, de um crescimento próspero e da constituição de uma identidade do ser criciúmense. Cabe, no entanto, refletir: será que esse sentimento era partilhado por boa parte da população do município? Ou essa efervescência refletia num setor empresarial e nas comissões de organização do evento?

Outra ação importante e que se mantém até os dias atuais é a criação do Museu Municipal Histórico Geográfico Augusto Casagrande e do Departamento de Som e Imagem. No Relatório 01, das atividades envolvendo o Centenário de Criciúma, observa-se a inscrição de atividades para a construção do acervo documental e da estrutura física do Museu Municipal Histórico Geográfico Augusto Casagrande, destaque-se, nos subtítulos “Museu I” e “Museu II”, o seguinte texto:

Em meados do segundo semestre de 1976, reuniram-se alguns professores do Departamento de Estudos Sociais da Faculdade de Ciências e Educação

de Criciúma, sob a coordenação da professora Maria Inês Yunkes, com o objetivo de discutirem as possibilidades da preservação do acervo cultural da história da imigração italiana, alemã e polonesa de Criciúma (Relatório 01, 1979, p. 1).

O texto menciona ainda que, por meio do contato da Professora Vera Silvestri, foi organizada e realizada uma gincana com o objetivo de reunir objetos das famílias de imigrantes. Na oportunidade, a Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI, por meio do professor Nivaldo Goulart, promoveu uma palestra com slides sobre o Centenário de Caxias do Sul, com a presença de Wanderley Rocha, da mesma cidade. “A Secretária de Educação e Cultura Maria Marlene Milaneze Just, e a assessora de Relações Públicas, Joice Quadros Gudi, da PMC, entraram em contato com o professor Nivaldo Goularte, responsável pela organização de um Museu na Fucri” (Relatório 01, 1979, p. 1).

Dessa forma, os objetos recolhidos pelo Governo e pela instituição seriam guardados na Fundação Educacional de Criciúma – FUCRI. Aqui, destacam-se dois, sobre os quais tecemos alguns questionamentos em relação ao texto do Relatório 01: Por que a busca por objetos e histórias de apenas três etnias – italiana, alemã e polonesa – por que não são citadas as outras? E ainda, por que os povos indígenas da região também não foram mencionados?

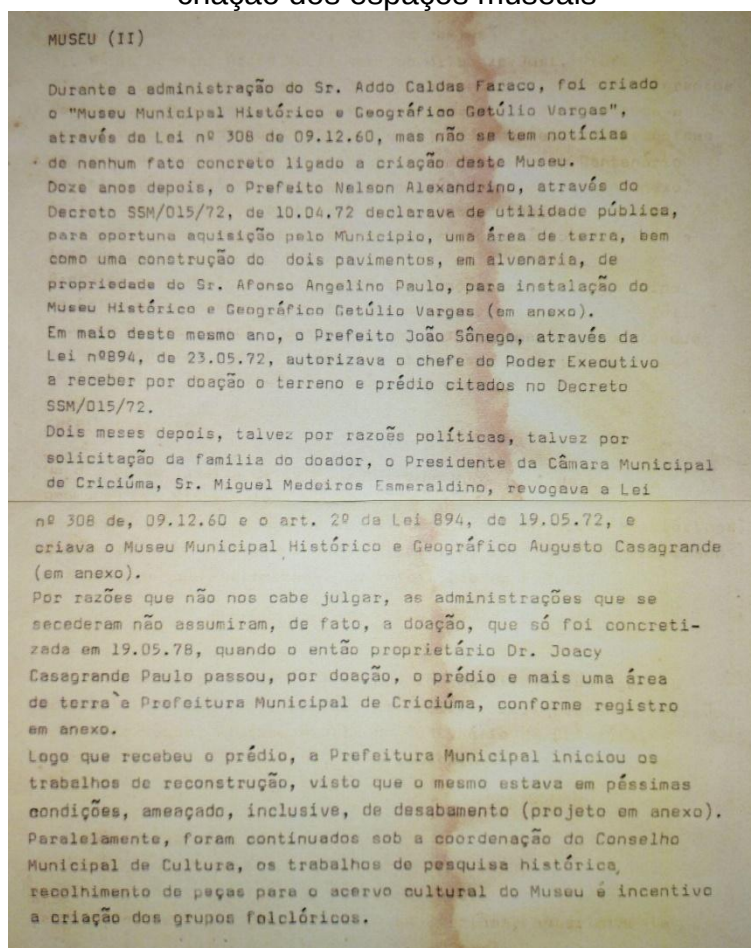
Marlene conta que iniciaram, além da busca por objetos e fotos, também um trabalho de pesquisa por meio de entrevistas que comporiam o Museu de Som e de Imagem (atualmente acervo do Arquivo Histórico Pedro Milaneze), e que serviram para a construção do livro “A semente deu bons frutos”, com a organização da autora Otilia Arns. “Assim com muitas pesquisas, que nós pegamos o carro e íamos fazer as, entrevistas” (Marlene, 2023, p. 9, primeira entrevista), e comenta ainda: “Nossa, as entrevistas, fazíamos tudo em fita cassete, ai usava os gravadores e eles faziam as entrevistas, cada um a sua etnia, depois a gente tinha que compila aquilo tudo, dar uma olhada naquilo tudo, era a única maneira que a gente tinha de deixar registrado, gravado né” (Marlene, 2023, p. 9, primeira entrevista). Marlene conta que até então existiam poucos documentos ou livros sobre a história do município.

Voltando ao Relatório 01, no item intitulado “Museu II”, realizamos uma análise que remete ao ano de 1960, período no qual a administração municipal de Criciúma era realizada pelo de Sr. Addo Caldas Faraco. Entre suas ações de governo,

encontramos a aprovação da Lei nº 308, de 9 de dezembro de 1960,³² que sanciona a criação do Museu Getúlio Vargas. Entretanto, o Relatório indica que a ação não se concretizou. O texto ainda menciona que, após 12 anos, o prefeito à época, Nelson Alexandrino, em 10 de abril de 1972, publicou o Decreto nº SSM/015/72, declarando-o de utilidade pública, para a possível aquisição de um terreno pelo município, de propriedade do Sr. Afonso Angelino Paulo. No referido terreno, encontrava-se a edificação de um sobrado de dois pavimentos (atual Museu Municipal Histórico Geográfico Augusto Casagrande).

No mesmo ano, a publicação da Lei nº 894, de 23 de maio de 1972, autoriza o chefe do poder executivo a receber como doação o terreno citado, porém, dois meses depois, a Lei foi revogada e sua doação foi cancelada, como se pode observar na Figura 18 a seguir:

Figura 18 – Relatório das atividades envolvendo o Centenário de Criciúma – a criação dos espaços museais



³² Lei nº 308, de 1960, cria o Museu Histórico e Geográfico Getúlio Vargas. Disponível em: <https://bit.ly/45WZIWz>. Acesso em: 6 jul. 2024.

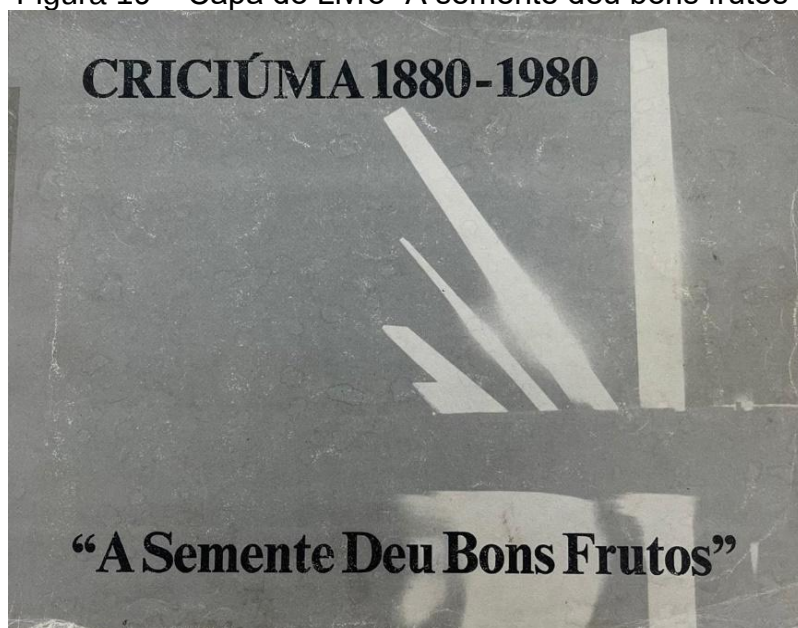
Fonte: Relatório 01 (1979).

No trecho apresentado na Figura 18, observamos que o terreno e a edificação foram efetivamente doados apenas em 1978. Além disso, a administração já havia intervindo na reforma e a coordenação do Conselho Municipal de Cultura esteve responsável pelas atividades de pesquisa e pela criação de grupos folclóricos. No processo de rememorar, a entrevistada comenta sobre a coleta de dados das pesquisas e entrevistas, destacando como pontos principais a criação do Museu Municipal Histórico Geográfico Augusto Casagrande, o Departamento de Som e Imagem, e a publicação do livro “A Semente que Deu Bons Frutos”:

Tudo das entrevistas, tudo, documentos, históricos assim da cidade, tudo aqueles livros que, claro que eu mandava tudo cópias, daqueles passaportes italianos, tudo que a gente conseguia, a minha grande preocupação quando eu fazia entrevista eu só dizia assim, pelo amor de Deus devolvam os documentos para as pessoas, se quiserem doar, termo de doação para o museu. Foi onde fizemos o livro que foi inaugurado em 1985 (Marlene, 2023 p. 21, primeira entrevista).

A Figura 19 apresenta a imagem da capa do livro mencionado, e Marlene comenta sobre as etapas de levantamento de dados.

Figura 19 – Capa do Livro “A semente deu bons frutos”



Fonte: Acervo Pedro Milanez.

Ainda sobre a produção do livro, o autor Zampoli comenta: “Cabe ressaltar que, no ano do centenário, o prefeito Altair Guidi encomendou uma pesquisa, sob a

responsabilidade de Otília Arns, e que foi publicada anos mais tarde em 1985, sob o título de *Criciúma 1880-1980: A Semente deu Bons Frutos*” (Zampoli, 2003, p. 134).

Na entrevista oral, Marlene recorda sua participação ativa na elaboração do livro em colaboração com Otília Arns, além de ter conduzido diversas entrevistas para a obra (Marlene, 2023, p. 9, primeira entrevista). De acordo com suas lembranças, Marlene descreve que a Secretaria de Educação e Cultura possuía um “*fusquinha verde*”:

Porque eu tenho o centenário pra fazer também, porque eu era Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, e eu tenho centenário para fazer e eu preciso desse carro também para fazer entrevistas, onde a gente criou o museu da imagem e som, onde nós fomos entrevistar as pessoas idosas, antes que morressem né, pra saber um pouco da história, a Dona Otília Arns que fez um, acho que ela fez uma entrevista, assim tipo um roteiro de entrevista, fiz mais do meu jeito também que fica mais fácil, e eu ia também fazer as entrevistas, e ali a gente trabalhou, fizemos as nossas ações práticas, fizemos os primeiros, começaram a fazer esse trabalho (Marlene, 2023, p. 11, primeira entrevista).

Como já mencionado na entrevista oral de Marlene, no ano de 1977, iniciou-se a pesquisa, também descrita no Relatório 01, das atividades envolvendo o Centenário de Criciúma, quando os Jornalistas Edi Balod e Joice Guidi iniciaram um trabalho de visita às famílias de imigrantes e gravaram seus relatos orais em fitas magnéticas, além de terem realizado filmes de curtametragem. As entrevistas foram iniciadas com a família Sônego, com o Sr. Caetano Sônego que, na época, tinha 90 anos de idade, ele abordou suas memórias como filho do imigrante italiano Giacomo Sônego. As entrevistas contribuíram para a construção do livro e, também, para o planejamento e execução do Museu Augusto Casagrande.

O Museu atualmente está localizado na Rua Cecília Darós, no bairro Comerciário, em Criciúma, e está aberto à visitação pública de segunda a sábado, das 8h às 12h e das 13h às 17h30, dados do ano desta pesquisa.

Figura 20 – Museu Augusto Casagrande em Criciúma



Fonte: Portfólio de Manoel Coelho³³.

Ao cruzar os dados pesquisados e a entrevista por meio da História Oral, verificamos que as ações de incentivo à instalação desse espaço de memória iniciaram no ano 1960, sem êxito, e que retornaram como política pública cultural em 1972, concretizando-se apenas em 1980.

A homenagem do Museu se dá ao seu patrono que chegou em Criciúma aos 9 anos de idade, Augusto Casagrande, junto a outros imigrantes italianos. Ele cresceu e se casou em sua residência (atual Museu), com as lembranças da arquitetura de sua terra natal, a qual foi chamado de *casarão*. Em 1978, iniciou-se o processo de restauração, respeitando a linha arquitetônica original e a edificação foi tombada pelo Decreto nº 818/AS/2003³⁴. De acordo com Câmara e Costa (2010, p. 273), o museu é apresentado como uma organização espacial da cidade, discutindo a evolução urbana, apresentando um retrato da dinâmica urbana e discutindo a importância do patrimônio histórico e seu reconhecimento.

³³ O Portfólio de Manoel Coelho está disponível online e as fotografias do Museu podem ser encontradas no seguinte caminho: Manoel Coelho | Arquitetura & Design | Cidade de Criciúma • Revitalização do Museu da Colonização Augusto Casagrande. Disponível em: <https://bit.ly/4cT5LZ9>. Acesso em: 9 jul. 2024.

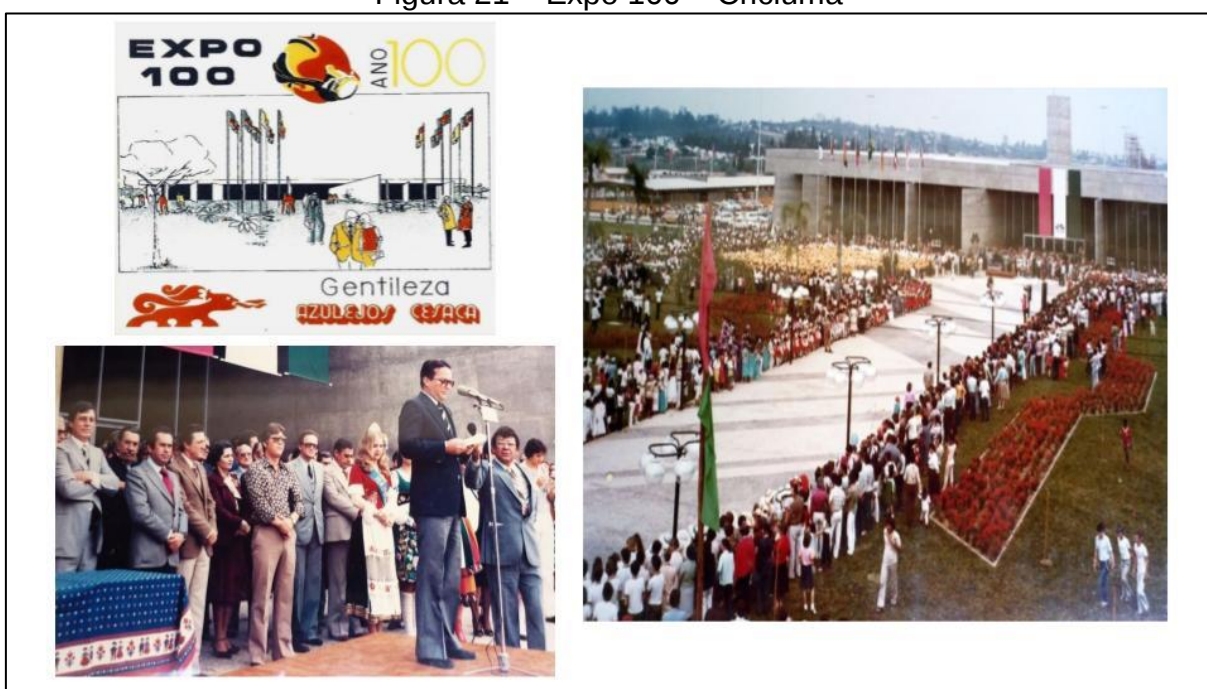
³⁴ Informações do site Mapas da Cultura, nº SNIIC: SP-14202. Disponível em: <https://bit.ly/3LdAqEJ>. Acesso em: 6 jul. 2024.

Perseguindo o desejo de observar os preparativos do Centenário de Colonização, deparamo-nos com um dos eventos que mais marcaram as comemorações dessa data, que foi a realização da **Expo 100 – Feira Multissetorial** em alusão ao Centenário de Colonização da cidade de Criciúma (1980). A Expo 100 foi uma feira multissetorial, do comércio e da indústria local, com atividades culturais e religiosas em comemoração ao centenário da cidade, que aconteceu no parque centenário. Os estandes foram montados no Paço Municipal Marcos Rovaris, prédio da prefeitura, cuja obra havia sido recém-concluída. Nesse período, as atividades e os serviços administrativos ainda aconteciam no prédio antigo, na Rua Anita Garibaldi, Centro de Criciúma.

Um evento apoteótico define o que foi a megafeira realizada entre os dias 4 e 12 de outubro de 1980, mas na memória popular o que sobreviveu foi o seu nome. Durante anos, o local entre os bairros Santa Bárbara e São Luiz ficou conhecido por Expo100. Autoridades estaduais e lideranças empresariais prestigiaram a abertura. A exposição organizada como parte dos festejos do centenário da Colonização de Criciúma começou a ser pensada e até divulgada em março, ainda sem data definida.

Sinônimo de efeméride, a mostra multissetorial ganharia – como tornou-se comum nos anos seguintes – um azulejo comemorativo produzido pela Cesaca, uma das gigantes do setor cerâmico. Considerada a “mãe de todas as feiras” no município, a Expo100 e seu gigantesco público anteciparam a inauguração do Paço Municipal Marcos Rovaris (Manique, 2020).³⁵

Figura 21 – Expo 100 – Criciúma



³⁵ Informações do blog jornalístico de Nei Manique, 1º out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4bvTRDr>. Acesso em: 6 jul. 2024.

Fonte: Imagens do Arquivo Histórico Pedro Milanez – Criciúma.

A Expo 100 representou uma vitrine, com o objetivo de apresentar o Município de Criciúma, buscando potencializar suas principais atividades econômicas, como a mineração e, também, outros setores que estavam surgindo, como o metal-mecânico, a indústria cerâmica, entre outros. Vivia-se nesses anos um potencial econômico, e a feira buscou justamente isso: demonstrar o desenvolvimento do Município nas últimas décadas. A narrativa é empregada na Expo 100 e, também, observada em outras ações das comemorações do Centenário da Colonização. São elas a união de vários elementos que exibem os setores econômicos, a gastronomia, as etnias, além da inauguração de prédios públicos, proporcionando toda uma atmosfera repleta de estruturas, muitas das quais ainda sobrevivem nos dias de hoje.

O Parque Centenário, que ocupava uma área de 150 mil metros quadrados, onde anteriormente ficava o Aeroporto Municipal Leoberto Leal, integrava três centros: administrativo, esportivo e cultural e foi projetado pelo arquiteto Manuel Coelho. Inaugurado em 20 de agosto de 1981, já no ano de 1980, o prédio da Prefeitura Municipal no Paço Municipal Marcos Rovaris abrigou a exposição Expo 100 em comemoração ao Centenário de Colonização da cidade (Arns, 1985).

Figura 22 – Paço Municipal Marcos Rovaris



Fonte: Arquivo Público Municipal Pedro Milanez.

O Paço Municipal Marcos Rovaris foi a primeira obra construída pelo Prefeito Altair Guidi (1977–1983) no Parque Centenário, também local da primeira feira multissetorial da cidade, a Expo 100, realizada de 4 a 12 de outubro de 1980 como parte da programação do Centenário da Colonização. “Ao reunir indústria, comércio e serviços, a Expo 100 destacou o potencial econômico da região e tornou-se, como feira mãe, uma referência no tempo e no espaço” (Quadros, 2020, p. 135).

Projeto do arquiteto Manoel Coelho, a estrutura do Paço valorizava a iluminação natural e a circulação do ar, o fácil acesso às repartições e a integração dos diversos setores. Poucas divisórias, corredores largos, janelas enormes abrindo para fora e para o jardim interno antecipavam essas tendências. “O Paço Municipal Marcos Rovaris foi construído pela empresa Engenharia Castanhel. A inauguração ocorreu em agosto de 1981, com a transferência gradual das várias secretarias” (Quadros, 2020, p. 135).

Marlene lembra como foi o espaço da Secretaria de Educação e Cultura no novo prédio da Paço Municipal Marcos Rovaris:

Tem que ser panorâmico, o Coelho que dizia, vamos fazer escritórios panorâmicos onde todo mundo enxerga todo mundo, esse negócio de ficar escondidinho não tem nada com isso, e a gente assim, foi feito, gozado, eu tenho é um misto de saudade também, mas um misto de satisfação, de ter contribuído (Marlene, 2023, p. 27, primeira entrevista).

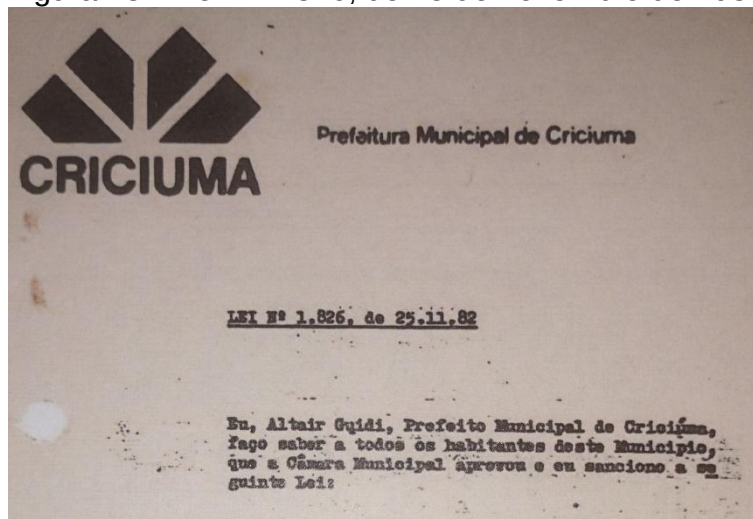
Marlene ainda descreve o espaço no momento da Expo 100:

Isso, não tinha nada, era só corrimão de madeira, nossa agora que eu estou me lembrando, o Coelho, nós ficamos, nós amanhecemos o dia, porque tinha aquelas portas de Blindex, aquelas portas de vidro, que não existia aqui em Criciúma, imagina, aí ele assim, se nós colocarmos umas fitas aqui, o pessoal vai se quebrar tudo aqui e a gente, nós colocamos aquelas fitas com papel contact assim, verde com o símbolo do centenário, assim sabe, da prefeitura acho que foi, aquele símbolo da prefeitura (Marlene, 2023, p. 27, primeira entrevista).

O símbolo que Marlene descreve é o que aparece no documento a seguir (Figura 23), presente no registro da Lei nº 1.826, de 25 de novembro de 1982, que foi publicada no Jornal Correio do Sudeste em 12 de janeiro de 1983. Em sua entrevista, conta que foi Manuel Coelho que criou o símbolo, o qual atualmente é usado pelo Criciúma Esporte Clube. Na pesquisa, não encontramos os dados referentes à relação

entre o time e o símbolo criado na época dos festejos do Centenário de Colonização, os quais se mantêm sem respostas.

Figura 23 – Lei nº 1.826, de 25 de novembro de 1982



Fonte: Memorial da Educação Municipal de Criciúma.

Marlene descreve que, na inauguração da Expo 100, a Secretaria de Educação se envolveu com os preparativos, as professoras da rede municipal, trajadas com roupas étnicas, ajudaram nos festejos e a Professora descreve: “*Nossa, tu sabes o que, que eu fiz uma vez também, todas as professoras foram convidadas a trabalhar ali na Expo 100, ali no pavilhão, todas de traje típico*” (Marlene, 2023, p. 26, primeira entrevista). E continua:

eu convoquei e elas vieram felizes, não é que elas viessem obrigadas, eu obriguei modo de dizer né, mas eu convoquei né, e elas vieram todas, tem uma fotografia delas assim na escadaria, eu tinha, não sei aonde é que estão aquelas fotos gente, se tu olhar tu vai te lembrar, elas bateram a fotografia na escadaria da prefeitura, ainda sem corrimão assim, com aquele corrimão de madeira ainda, elas todas lá indo ajudar no restaurante, ajudava a servir tudo, agora tu acredita nisso (Marlene, 2023, p. 26, primeira entrevista).

Figura 24 – Professoras trabalhando no Centenário de Colonização da Cidade de Criciúma



Fonte: Memorial da Educação de Criciúma.

A Figura 24 não corresponde à fotografia descrita por Marlene como sendo na escadaria; trata-se da digitalização de um quadro (pôster) que integra o Acervo do Memorial da Secretaria de Educação. Este quadro foi doado pelo CEIM Tereza Dario Milanezi, uma escola extinta em 2019 pelo Decreto nº 7.431, de 26 de abril de 2019. Atualmente, no edifício da antiga escola, funciona a Casa do Professor Tereza Dario Milaneze, que abriga o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), um setor da Secretaria de Educação.

A partir do Relatório 01 e das memórias de Marlene, foi possível obter informações sobre o ambiente organizacional e as ações realizadas para garantir as comemorações do Centenário da Colonização. Há uma articulação entre os documentos impressos e aqueles gerados por meio da oralidade.

Dando continuidade à investigação sobre o centenário, foi localizado um segundo relatório, datado de 1982, e expedido pela Secretaria de Educação e Cultura, cuja Justificativa descreve:

A comemoração do Primeiro Centenário da Fundação de Criciúma, inegavelmente, constitui-se num fato histórico de grande valor, para todos aqueles que de alguma forma, acreditaram que a semente lançada colheriam bons frutos. Prova disto, é esta coletânea de documentos que registram todos os atos e fatos ocorridos desde o momento em que a comunidade se organizou para prestar a merecida homenagem aos imigrantes das cinco etnias, que com seu trabalho e confiança, fizeram desta terra o “berço esplêndido” de seus descendentes (Relatório 02, 1982, p. 3).

No Relatório 02, são registradas indicações de que, no ano de 1980, foi celebrado o Ano Internacional da Criança. Durante as comemorações do Centenário de Colonização da cidade de Criciúma, algumas ações foram dedicadas a este evento. Essas iniciativas podem ser observadas no jornal apresentado a seguir, na Figura 25.

Figura 25 – Homenagem à criança na Expo 100



Fonte: Arquivo Municipal de Criciúma. Jornal A Tribuna Criciumense, 17 set. 1980.

Homenagem à criança na EXPO 100

No próximo dia 11 de outubro, às 9 horas da manhã quando a Exposição do Centenário de Criciúma estará sendo aberta mais uma vez a visitação pública, haverá apresentação da banda marcial da Satc, e logo em seguida começa a Operação Criança II, com jogos, competições e recreação orientada. Para às 10h está marcada apresentação de ginástica rítmica da Escola Técnica General Oswaldo Pinto da Veiga, das Escolas Básicas Coelho Neto, e Luiz Lazzarin, bem como dos Colégios Marista, São Bento, Madre Tereza Michel e por fim da Escola Básica Marcos Rovaris. As 12 horas feijoada beneficente, e às 14h apresentação da banda Harmonia Celeste. As 15 horas apresentação de palhaços, mágicos e malabaristas do Circo Queirolo de Curitiba, distribuição de guloseimas e refrigerantes e brincadeiras com a participação da Satc, Casa da Amizade, A.S.T.O. Câmara Júnior, e Secretaria Municipal de Educação e Cultura. As 16 horas e 30 minutos, apresentação do Grupo Folclórico Germanico da Sociedade Beneficente Rio Branco de Curitiba.

As 18 horas, encerramento da Operação Criança. às 19, abertura do restaurante e churrascaria, seguindo-se apresentação ao ar livre do Grupo Folclórico Alma Lusa de Curitiba. às 22 horas e 30 minutos, encerramento das visitas à Expo 100.³⁶

³⁶ Arquivo Municipal de Criciúma. Jornal A Tribuna Criciumense, 17 set. 1980.

Marlene conta sobre o centenário: *“Começou em janeiro de 1980 e terminou em 81, em janeiro de 1981 terminou com a inauguração do memorial”*. Em suas memórias, a Professora descreve a inauguração do Memorial Dino Gorini como sendo o último dos grandes atos das comemorações do Centenário e conta:

Minha nossa, porque o Coelho estudou com o Altair, arquitetura em Curitiba, ele conhecia o trabalho do Manoel Coelho né, nossa o Manoel Coelho era professor da Universidade de Curitiba e precisa vê, o que ele fez, quando ele chegou com aquelas pranchas assim, mostrando os álbuns, mostrando as plantas baixas do memorial, tinha um texto, acho que está no livro, porque a galeria era a mina de carvão, explicando, ele fez um monumento, o teatro, nós encerramos com o teatro, eu acho que eu já falei, que nós entregamos a administração, quando ele entregou a administração, nós entregamos o teatro (Marlene, 2023, p. 17, primeira entrevista).

O Memorial faz homenagem ao patrono Dino Gorini; e Marlene, na entrevista, descreve que Gorini participou ativamente das ações do Centenário como presidente da Comissão: *“Doutor Dino, nós queríamos alguém que não fosse político, para ser presidente da comissão, tinha que ser apartidário, porque não poderia ser, nós colocamos o nome de Dino Gorini, aí foi um nome de consenso, todo mundo respeitava o Doutor Dino Gorini”* (Marlene, 2023, p. 16, primeira entrevista).

No livro *“A semente deu bons frutos”*, quando descrito o Memorial, coloca-se como uma obra de grande valor arquitetônico, que foi inaugurado em 6 de janeiro de 1981, lembrando ao povo e aos visitantes de sua importância.

A investigação empreendida em diversas fontes documentais, além dos testemunhos orais fornecidos por Marlene, permitiu uma aproximação com o ambiente construído em torno dos preparativos e das celebrações do Centenário de Colonização. Foi possível constatar a dimensão e a relevância atribuídas pelo poder municipal a este evento, que envolveu possivelmente diversos setores da administração municipal, bem como a criação de comissões especiais atuantes antes, durante e após as comemorações, conforme detalhado nos Relatórios 01 e 02.

No contexto das atividades no município, a Secretaria de Educação e Cultura, sob a liderança da Professora Marlene, também presidia o Conselho de Cultura. É importante destacar que Marlene desempenhou inúmeras funções simultaneamente. A reflexão sobre o desafio enfrentado por ela ao ocupar esse cargo, e a partir disso, ampliar a análise sobre a participação das mulheres em posições de poder, leva ao

próximo capítulo do estudo, que se dedica a problematizar a presença feminina na área da educação.

4 MULHERES QUE OCUPARAM CARGOS DE GESTÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

[...] muitas entraram para a história por seus feitos e lutas de resistência e delas podemos, ainda hoje, dizer, sem medo de errar, que somos herdeiras. Se neste momento quase ninguém mais se espanta em ver uma mulher ocupar qualquer cargo no mundo político, intelectual, social, financeiro, é certamente com elas a nossa dívida (Lopes; Galvão, 2001, p. 68).

Para iniciar este capítulo, é pertinente analisar a citação que aborda a luta e a resistência enfrentadas por muitas mulheres ao longo de diferentes períodos históricos, momentos que moldaram o presente. Tal luta está longe de ser concluída; pelo contrário, é marcada por batalhas contínuas e legados deixados por mulheres que se destacaram em diversos campos sociais. As conquistas das mulheres que precederam esta jornada ajudaram a transgredir barreiras e a construir novos caminhos e perspectivas de luta, especialmente no que diz respeito às relações de poder. As mulheres contemporâneas também fazem parte dessa resistência, desempenhando papéis relevantes na sociedade atual e enfrentando novos desafios.

Entre as mulheres que transcenderam as limitações impostas aos seus gêneros, destaca-se a Professora Maria Marlene Milaneze Just. Durante sua trajetória no serviço público, atuou como Secretária de Educação e Cultura, além de desempenhar os papéis de professora, mãe, dona de casa, filha, nora e amiga. Sua experiência exemplifica como muitas mulheres dividem-se em múltiplas funções e representações, acumulando vários papéis ao longo da vida, frequentemente simultaneamente.

Por meio da História Oral, do cruzamento das fontes documentais e de outros estudos acadêmicos, foi possível recontar e reconstruir partes do momento histórico vivido pela entrevistada. Contudo, para compreender o percurso da educação pública municipal de Criciúma até os preparativos para o Centenário de Colonização sob a gestão da Professora Maria Marlene Milaneze Just, foi necessário retroceder no tempo, examinar sob diferentes ângulos e formular questões como: Quem foram os indivíduos que ocuparam cargos de gestão na Secretaria de Educação de Criciúma? Quantas dessas pessoas eram mulheres e quais desafios enfrentaram? Esta problematização destaca a importância da reconstrução de novas narrativas que evidenciem as lutas e tensões enfrentadas, refletindo disputas por posições de poder predominantemente masculinas.

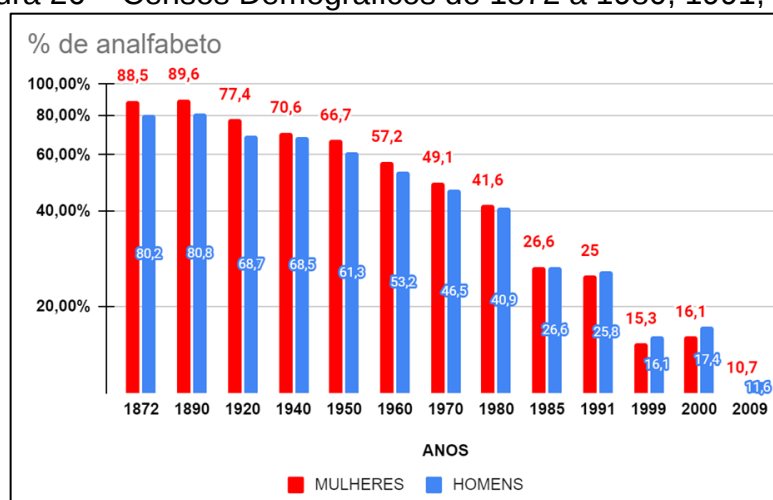
Neste capítulo, apresentamos o quadro de agentes políticos que ocuparam cargos de gestão na Secretaria da Educação de Criciúma, com ênfase na experiência de Marlene e sua gestão da educação pública municipal de 1977 a 1982.

4.1 DESAFIOS DA FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: MULHERES EM CARGOS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO

A autora Fúlvia Rosenberg (2012), em seu livro “Nova História das Mulheres no Brasil”, argumenta que cada mês do século XX contribuiu para a formação das mulheres de maneira tão significativa quanto todos os séculos anteriores deste milênio. Essa perspectiva leva a refletir sobre a seguinte questão: qual foi o espaço das mulheres na escolarização e qual o papel delas nesse contexto histórico anterior ao século XX? A resposta é que o acesso das mulheres à educação era restrito, com poucas permissões para seu ingresso no sistema educacional. Com o passar dos anos, passaram a buscar seu lugar e seu sentido de pertencimento no ambiente escolar, seja como alunas ou como profissionais da educação.

Para discutir os aspectos da escolarização das mulheres, Rosenberg analisa dados do Censo de 1872 até 1990, relativos ao índice de analfabetismo entre homens e mulheres. Ela conclui que, no século XX, as mulheres conquistaram um espaço significativo na formação intelectual, algo que lhes era vedado nos séculos anteriores.

Figura 26 – Censos Demográficos de 1872 a 1980, 1991, 2000



Fonte: Madsen (2011 *apud* Rosenberg, 2012, p. 334).

Esses dados revelam que o índice de analfabetismo entre as mulheres foi maior que entre os homens até o início dos anos de 1980, quando os números se aproximaram. Já nos anos seguintes, as mulheres elevaram os indicadores de escolarização em relação aos homens. Com essa análise, podemos afirmar que a educação das mulheres realmente ganhou relevância no século XX, pois anteriormente a esse período, seu acesso e permanência eram bastantes escassos.

Os dados estatísticos atuais mostram que as mulheres vêm ganhando espaço na realidade do país, entre os/as jovens/as, a taxa de analfabetismo é maior do que entre os homens. Conforme análise do IBGE³⁷, “Em 2010, homens e mulheres com 15 anos ou mais de idade apresentavam taxas de analfabetismo próximas (9,1% entre as mulheres e 9,8% entre os homens). A taxa era maior entre as mulheres de 60 anos de idade ou mais (27,4%) comparada à dos homens da mesma faixa etária”.

Esses dados também podem ser analisados pela ótica da feminização do magistério, que reflete as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas em contexto internacional, que produziram alterações e foram sentidas na configuração da educação brasileira, observadas na educação como um espaço de trabalho para as mulheres.

A constituição da profissão docente nas sociedades ocidentais teve inicialmente a figura dos homens como principal provedor desse ofício. Um dos principais expoentes é a chegada da Companhia de Jesus no Brasil – com a presença dos padres jesuítas na América do Sul no século XIX. “As primeiras escolas brasileiras regidas por esses irmãos (e a grande maioria daquelas que se organizam a partir de outras ordens religiosas) constituem-se, pois, num espaço marcadamente masculino [...]” (Louro, 1997, p. 94). Ou seja, as escolas eram de identidade religiosa e tinham os homens como seus principais responsáveis. Somente com a Proclamação da Independência que ocorrem investimentos mais significativos para a universalização da instrução primária. Em 1827, a Lei de 15 de outubro autoriza a criação das primeiras escolas primárias para o sexo feminino em todo o Império (Schaffrath, 2000).

Santa Catarina não destoava da realidade educacional do país, com a forte presença dos homens como professores, inspetores e diretores – seja como mestres ou também como estudantes. Para Luciano Mendes de Faria Filho (2004), o

³⁷ A publicação e os dados completos das Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010 estão disponíveis em: <https://bit.ly/4bxAl9J>. Acesso em: 6 jul. 2024.

“abandono” dos professores/homens do magistério catarinense somente ocorreria com os baixos investimentos na remuneração salarial e, conseqüentemente, com a baixa valorização da profissão: “A insatisfação se justificava pela insuficiência dos salários para manter suas famílias, levando muitos a buscar, fora do magistério, meios de subsistência” (Faria Filho, 2004, p. 141). Nesse período, a presença das mulheres ainda era em menor quantidade e de forma tímida; elas atuavam na docência, geralmente em escolas de improviso em residências particulares. Um gradual aumento ocorre por meio de um longo processo iniciado durante o século XIX – em grande parte sem vínculo com o estado –, intensificando-se na República com a instituição das escolas seriadas e a expansão no ensino público no século XX. Nesse sentido, o magistério:

[...] após muitas polêmicas, indicada para mulheres, na medida em que a própria atividade passa por um processo de ressignificação; ou seja, o magistério será representado de um modo novo na medida em que se feminiza e para que possa, de fato, se feminizar (Louro, 1997, p. 95).

No século XIX, os homens vão deixando as salas de aula nos cursos primários e as Escolas Normais vão ganhando maior público de mulheres. No final dos anos 1920 e início de 1930, a maioria do magistério primário já era feminina. Em 1920, o Censo Demográfico indicava que 72,5% do conjunto do professorado brasileiro do ensino público primário era composto por mulheres e, entre o total de docentes, sem distinção de graus de ensino, as mulheres somavam 65%.

Para muitas mulheres, a educação foi uma profissão possível naquele momento em que ainda se vivia uma restrição social.

[...] muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionam ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade (Louro, 1997, p. 453).

A feminização foi aos poucos adquirindo a roupagem dos cuidados e das características ditas “femininas” para além das atividades de ensino, das quais as professoras faziam parte. Conforme Rosemberg (2012, p. 334),

A educação de mulheres só conseguiu romper as barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que atribuiu equivalência entre os cursos secundários. A partir de então, o curso normal secundário, ramo

intensamente frequentado pelas mulheres desde o final do século XIX, não mais foi discriminado por ser “apenas” um curso profissionalizante, mas passou a possibilitar, também, o acesso ao ensino superior.

A autora também comenta que somente em 1879, por meio da Lei Leôncio de Carvalho, é que foi garantido o direito de as mulheres frequentarem Instituições de Ensino Superior – IES. Por vários períodos históricos, as mulheres vêm lutando pelos seus direitos, no entanto, percebe-se seu silenciamento na história tradicional, positivista, narrada em grande parte por homens.

Nesse sentido, observa-se, na Escola dos Annales³⁸, novos objetos de estudos, novas abordagens e metodologias que aos poucos abriam margem para histórias de mulheres, a partir de uma nova concepção historiográfica. Em consonância com os estudos que valorizam a narrativa e abordam histórias de mulheres, esta pesquisa busca analisar a atuação pública de Marlene na Secretaria de Educação³⁹ como uma agente política⁴⁰ que desempenhou um papel significativo na gestão da educação municipal e na organização dos festejos do Centenário de Colonização da cidade. Marlene é percebida como uma mulher que lutou por seu espaço, assim como muitas outras mulheres estão atualmente em busca de seu lugar, redefinindo seus papéis na sociedade, educando e sendo educadas. Nas palavras de Rosenberg (2012, p. 338),

Conforme são retirados os impedimentos e as interdições, a mulher vem se educando e educando outras mulheres e homens, a despeito das máximas sexistas que permaneceram ou foram sendo criadas, divulgadas e promulgadas ao longo da História (com mais ou menos sucesso, dependendo da época e da conjuntura).

Ou seja, um processo em constante construção, que reflete seus diferentes períodos e contextos históricos, apresenta importantes avanços ao mesmo tempo em

³⁸ A escola dos Annales foi um movimento que ocorreu no século XX, composto por historiadores que integravam a revista francesa *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. Tinham como objetivo contestar a visão positivista sobre as narrativas históricas. Segundo Pesavento (2005, p. 10), “[...] foi ainda de dentro da vertente neomarxista inglesa e da história francesa dos Annales que veio o impulso de renovação, resultando na abertura desta nova corrente historiográfica a que chamamos de História Cultural ou mesmo de Nova História Cultural”.

³⁹ Entre os anos de 1977 a 1982.

⁴⁰ Entende-se, nesta pesquisa, o agente político segundo os conceitos adotados oficialmente, sendo “O agente político é aquele investido em seu cargo por meio de eleição, nomeação ou designação, cuja competência advém da própria Constituição, como os Chefes de Poder Executivo e membros do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Tribunais de Contas, Ministros de Estado e de Secretários nas Unidades da Federação, os quais não se sujeitam ao processo administrativo disciplinar”. Disponível em: <https://bit.ly/3zuPGL1>. Acesso em: 26 mar. 2024.

que existem ainda muitas lacunas a serem preenchidas no campo das conquistas das lutas das mulheres.

A emancipação das mulheres é uma luta histórica no cenário nacional, a exemplo da deputada federal Bertha Lutz (1936-1937), que propôs a criação do Departamento Nacional da Mulher, que não chegou a ser implementado em decorrência do fechamento do Congresso em 1937 pela ditadura do Estado Novo. A autora menciona que as Nações Unidas já tinham proposto a criação de órgãos nacionais de políticas públicas das mulheres e que somente em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM (Rosemberg, 2012, p. 338).

Em âmbito local, Criciúma teve a criação do Conselho dos Direitos da Mulher CMDM,⁴¹ em abril de 1997, por meio da Lei nº 3.409, que tem por finalidade monitorar políticas públicas de gênero em todas as áreas da administração do município, além de assegurar à população feminina o exercício pleno da cidadania. No seu Art.1º, fica instituído o Conselho dos Direitos da Mulher, órgão colegiado, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, com as finalidades consultiva e fiscalizadora das políticas públicas voltadas à mulher no âmbito do município (Redação dada pela Lei nº 6.256, de 12 de junho de 2013⁴²).

O Conselho foi criado somente há 26 anos, o que demonstra que as políticas de gênero ainda são poucas e/ou recentes. Temáticas que afetam o cotidiano real das mulheres passaram a ser abordadas nas esferas estatais recentemente, sobretudo, na maioria das vezes, pelas próprias mulheres que conseguem acessar esses espaços de poder e, assim, abordar pautas de gênero.

No Brasil, somente em 1932, as mulheres tiveram direito ao voto. A primeira deputada estadual mulher e negra eleita foi Antonieta de Barros (1901-1952)⁴³, uma

⁴¹ O Conselho da Mulher é autônomo, consultivo e fiscalizador, está vinculado à Secretaria de Assistência Social, composto por 20 membros, dez pessoas representantes do poder público e dez da sociedade civil, todas mulheres. No seu Capítulo 2º, a Lei fala das Competências do Conselho, dentre as quais destaca-se aqui: promover a cidadania feminina e a equidade nas relações sociais de gênero, prestando assessoria aos órgãos do poder público, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração de programas desenvolvidos pelo Poder Público nessa área. “Contribuir para o fortalecimento da população feminina por intermédio de ações voltadas à capacitação das mulheres; Fiscalizar e exigir o cumprimento da Legislação que assegure os direitos da mulher; Acompanhar e fiscalizar a legislação em vigor, exigindo seu cumprimento, no que se refere aos direitos da mulher; acompanhar e fiscalizar a legislação em vigor, exigindo seu cumprimento, no que se refere aos direitos assegurados às mulheres”. (Informações do site da Prefeitura Municipal de Criciúma, página do CMDM. Disponível em: <https://bit.ly/4cOe9Jx>. Acesso em: 6 jul. 2024).

⁴² Lei nº 6.256, de 12 de junho de 2013, institui o Conselho Municipal da Mulher de Criciúma. Disponível em: <https://bit.ly/4cBsMjO>. Acesso em: 6 jul. 2024.

⁴³ Biografia disponível em: <https://bit.ly/3XU5VeD>. Acesso em: 6 jul. 2024.

jovem professora e jornalista que vivia em Florianópolis que teve atuação na criação de jornais e revistas, ativista pelo voto feminino. Uma mulher atuante que contribuiu para a sociedade atual. Portanto, assim como Antonieta de Barros, outras mulheres lutaram e lutam pelos seus direitos em uma sociedade que está atravessada pelo patriarcado. O caminho ainda é longo, mas as que nos antecederam quebraram muitas barreiras que até hoje estão sendo transgredidas.

Figura 27 – Antonieta de Barros – Paraninfa, do Acervo da Família (década de 1930)



Fonte: Biografia de Antonieta de Barros, professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil.

Na fotografia de Antonieta de Barros, Figura 27, tem-se a imagem também como suporte, como uma fonte para compreender a história da educação e, também, a história de luta das mulheres. As autoras Diana Gonçalves Vidal e Rachel Duarte Abdaia consideram que “a importância da fotografia como fonte para a história e a história da educação residia nesse seu dom de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos de verdade” (Vidal; Abdala, 1997, p. 178).

Quais as perguntas a serem feitas ao observar o retrato de Antonieta? Por ser mulher e negra, quais os desafios enfrentados por essa jovem? Quais os estranhamentos da sociedade na época, por ter uma mulher que teve acesso a funções políticas de poder? Quem eram as outras mulheres, silenciadas, que também transgrediram nesse período?

No ano de 2021, foi sancionada a Lei nº 18.226⁴⁴, elaborada pela bancada de mulheres da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que inclui no currículo das escolas, como conteúdo transversal, a história das mulheres do campo e da cidade para o sistema educacional público e privado, com o objetivo de discutir e refletir sobre as lutas e o silenciamento das mulheres, construção histórica da sociedade, tendo como inspiração Antonieta de Barros, a qual foi homenageada com o nome da Lei.

Para que essa Lei e outras políticas públicas que valorizam a história das mulheres sejam realmente implementadas e discutidas, abordando as formas de resistência das mulheres na construção da sociedade atual, é necessário se debruçar para encontrar quem são as mulheres catarinenses que transgrediram de alguma forma os espaços ditos masculinos.

4.2 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DA PROFESSORA MARIA MARLENE MILANEZE JUST E SUA NOMEAÇÃO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM CRICIÚMA

Para entender as motivações de Marlene ao ocupar a Secretaria Municipal de Educação de Criciúma entre os anos de 1977 a 1982 e como foi se constituindo Secretária, buscamos por aportes teóricos que abordassem temas como: história das mulheres, feminização do magistério e desigualdades de gênero. Mesmo considerando e reconhecendo que o magistério é eminentemente feminino, é preciso problematizar a invisibilidade das mulheres, romper com os silenciamentos das fontes de pesquisa.

Nesse sentido, um dos aportes teóricos que auxiliam no processo é a ancoragem na História Oral. O autor Alessandro Portelli (1997, p. 69) descreve a importância da memória para a reconstrução de narrativas históricas: “A história, no entanto, é propriedade de instituições e de historiadores profissionais. Em outras palavras, não estamos sendo convidados a substituir uma memória muitas vezes falha e não confiável pela história científica”, nesse sentido, tem-se investidos grandes esforços em torno da metodologia da História Oral, como possibilidade substitutiva de novas narrativas a memória institucional dos centros de poder.

⁴⁴ Lei nº 18.226, de 13 de outubro de 2021, inclui a história das mulheres no currículo das escolas públicas. Disponível em: <https://bit.ly/3Wf9uuN>. Acesso em: 26 nov. 2023.

O autor ainda descreve que “parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento” (Portelli, 1997, p. 69). Portanto, as memórias desse período, por meio das lembranças da Professora Marlene, fazem reconstruir parte da História da Educação da Rede Municipal, considerando o que descreve Portelli (1997, p. 69):

Encaramos a memória como um fato da história, memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória “como” história. Nisto é que temos trabalhado constantemente. De um lado, construindo arquivos e fico feliz por Verena ter mencionado isso, porque se trata de um recurso inestimável para que a memória não seja esquecida, de outro lado, insistimos no fato de que memória é um processo, algo que está acontecendo agora, do qual todos participamos

A História Oral possibilita um trabalho com as memórias de indivíduos que desafiam a memória concentrada nas mãos de poucos que construíram as narrativas oficiais, ela é um sinal de luta nesse processo, assim, a memória faz parte dessa reconstrução da nova História Cultural, que tem como uma de suas metodologias a História Oral. “Já dissemos que a História da Educação é uma das maneiras de abordar o presente tornando o estranho para que possamos compreendê-lo, mas, então como saber o que aconteceu? Como saber o que se passou?” (Lopes; Galvão, 2001, p. 77).

Assim como compreender a História da Educação Municipal de Criciúma e a presença das mulheres em cargos de gestão, como reconstituir e reconstruir pedaços da História? O passado nunca será compreendido em sua integralidade, ele é carregado de incertezas e repleto de fragmentos. O interesse desta pesquisa foi investigar partes desse período da educação, contar algo que fez parte desse processo em construção, sendo as fontes documentais o caminho para essas interpretações fragmentadas que fazem conhecer o vivido. O cruzamento das demais fontes documentais com a História Oral faz construir olhares e situações vivenciadas e recortadas pela Professora Marlene de 1977 a 1982. Ou seja, investigar o percurso da Educação Municipal de Criciúma valorizando as narrativas de uma mulher é uma forma de contribuir para a construção da valorização das mulheres na sociedade em diferentes áreas, pois, pesquisas acadêmicas que versam sobre percursos de mulheres contribuem para visibilizar personagens pouco lembradas e narradas na História Oficial.

Ao tratar, em especial, da Professora Marlene, reconhecemos que lidar diretamente com suas memórias não é uma tarefa simples, sendo necessário um trabalho articulado com a teoria. Assim, Thomson (1997, p. 57) contribui ao afirmar que:

O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser.

Ouvir as memórias de Marlene faz pensar no passado, no presente e no futuro, quem é a narradora, quais são suas memórias e seus silenciamentos, seu passado, seu presente e o que projetou para o futuro. Ao avançar nos aspectos referentes à personagem, é importante trazer algumas informações biográficas.

Figura 28 – Professora Maria Marlene Milaneze Just – 2022



Fonte: Galeria dos Secretários/as de Educação de Criciúma.

Marlene, filha dos imigrantes italianos Ângelo Milaneze e Santa Dário Milaneze, nasceu em 6 de setembro de 1947 na cidade de Criciúma. Casou-se com Luiz Antonio Just, com quem teve duas filhas: Gislene Milaneze Just e Gisele Milaneze Just. Ela

relata que iniciou seus estudos aos seis anos na Escola Mista Estadual Desdobrada da Margem da Estrada Geral, atualmente conhecida como EEB João Frassetto, situada no bairro Santa Luzia, em Criciúma/SC. Inicialmente, não foi aceita na escola devido à sua idade, mas, devido à sua insistência e ao fato de chorar para poder estudar, foi permitida a frequentar as aulas.

Jane Ester Faraco Schardosim (2011) descreve em sua monografia, intitulada "Antes da EEB João Frassetto: Lembranças da Escola Pública Mista da Margem da Estrada Geral (Criciúma 1905-1960)", a origem da escola onde Marlene começou sua trajetória escolar.

O período trabalhado remonta ao início do século XX até 1967, mostrando como a educação nessa escola surge de uma iniciativa comunitária e vai se tornando pública sob a responsabilidade do governo estadual. Atualmente, a EEB João Frassetto comemora sua data de fundação no ano de 1898, com 113 anos. Isto porque, na década de 1920, o governo transfere para a localidade de Santa Augusta uma escola que já havia sido fundada na localidade de Linha Anta no ano de 1989 (Schardosim, 2011, p. 8).

Percebe-se como a história das escolas reside na modificação de suas estruturas para atender à comunidade local que se expande, pois várias escolas foram transferidas de um local para outro. Marlene estudou ali até a antiga 3ª série primária, iniciando no ano de 1953 e, anos mais tarde, foi também diretora neste educandário.

Ainda sobre seu processo de escolarização, ela menciona: “[...] de lá fui para a escola da Mina União para fazer a 4ª e a 5ª séries, que era a escola do Morro da Cruz José Contim Portella”. Posteriormente, deu continuidade aos estudos no colégio em Nova Veneza no Abílio Sergio Borges, ia todos os dias de ônibus (Marlene, 2023, p. 2, primeira entrevista).

Marlene também estudou na Escola Professor Lapagesse durante quatro anos, realizando no educandário o Curso Normal Regional e, em seguida, fez o Curso Normal no Colégio Michel por três anos, onde teve a preparação para ser professora:

Ainda como determinava a Lei, o Ensino Normal era ministrado em dois ciclos. O primeiro formava regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo proporcionaram a formação de professores primários, em três anos. O Ensino Normal ainda compreendia cursos de especialização dos professores primários e cursos de habilitação para administradores escolares do grau primário (Rabelo; Costa; Lourenço, 2005, p. 61).

Em sua entrevista, relata que na infância e juventude os pais não deixavam as mulheres estudarem, apenas os filhos homens podiam, entretanto, ela e sua irmã conseguiram dar continuidade aos estudos porque faziam companhia uma à outra. Além disso, segundo Marlene, sua habilidade com a pintura foi um fator que contribuiu para que seu pai permitisse a continuidade dos estudos, tornando-se professora.

Seu pai era um grande incentivador de suas habilidades artísticas, ela relatou que até a comprou um cavalete para assim se dedicar à pintura. Na época, e na realidade regional em que Marlene se inseriu, a única opção viável para ter uma profissão era estudar para o magistério. Mesmo com a adesão das mulheres à profissão, os homens nesse período ainda gozavam de maior prestígio, fazendo-se presentes nos cargos de diretores, inspetores escolares e professores.

Persistir nos estudos e se tornar professora (mesmo nos limites da profissão nesses anos em que ser professora estava vinculado à imagem da maternidade e do cuidar), representava para as mulheres uma importante conquista, era um caminho possível para poderem sair de casa, não ficarem restritas apenas à esfera doméstica. Era a possibilidade de romper determinados espaços destinados à presença das mulheres. Nesse sentido, Marlene conseguiu romper barreiras no contexto em que vivia, sendo sua persistência com o pai fundamental para a continuidade dos seus estudos.

Em 1971, ingressou na Fucri, graduando-se na licenciatura em Educação Artística, concluída no ano de 1974. Sobre sua formação em nível superior, ela relata:

Fiz faculdade de Artes, fui a segunda turma da Unesc, que na época era Fucri. A minha irmã foi da primeira turma e eu fui da segunda, eu não fui a primeira porque eu tinha a minha menina, acho que foi, já era casada (Marlene, 2023, p. 7, primeira entrevista).

Em 1968, ingressou na Rede Estadual no Município de Navegantes, onde atuou por 30 dias antes de conseguir sua remoção para a Escola Lindolfo Collor, no bairro Boa Vista, em Criciúma. Marlene foi professora na Fundação de Cultura de Criciúma (Fucri) de 1975 a 2013, no Curso de Educação Artística, acompanhando a transformação da antiga Fucri em universidade em 1997. Ao final desse período, Marlene aposentou-se das atividades do magistério em 2013 e passou a se dedicar ao seu ateliê.

Ateliê Assisi, localizado na Chácara Just. Sua residência, a casa do vô Just foi tombada em 07 de agosto de 2003 foi construída por Antônio Just e Maria Benincá Just, que por herança passou a lhe pertencer junto com seu marido Luiz Antônio Just e sua família. Fizeram restaurações e trabalharam para o pedido de tombamento, junto a Prefeitura Municipal de Criciúma, pois valorizam a preservação da cultura e da identidade local, através memória histórica cultural que o casarão representa (Goulart, 2010, p. 37).

O local foi palco do primeiro contato, onde solicitamos a autorização para as entrevistas com Marlene, e parece ter sido um espaço bastante significativo para ela, pois “Sejam objetos banais ou relíquias, eles podem desempenhar papéis importantes na construção da identidade, personalidade, e com vínculos memoriais dos sujeitos. Possuem a capacidade de serem evocadores memoriais e narradores de histórias” (Nery, 2017, p. 144). Seu ateliê, repleto de objetos e memórias, proporciona conhecer pistas do passado, tanto de seu percurso pessoal como profissional da educação, bem como remete ao mosaico da educação municipal e nacional, entendendo que a História da Educação é dinâmica, pois é um processo que deve ser reconstruído com novos olhares, por meio de novos narradores e novas formas de análise. Orso (2012, p. 231) contribui para a compreensão da História da Educação:

A questão, portanto, que está colocada, é: como reconstruir a História da Educação, quer seja ela brasileira ou regional, considerando que ela é multideterminada? Porque, afinal de contas, é importante e necessário conhecer a história da educação? Não basta ir fazendo educação do jeito que aprendemos a fazer, de acordo com as experiências acumuladas? Começamos por essa última questão. De fato não basta ir fazendo educação, de forma espontânea, sem refletir sobre a(s) teoria(s) e a(s) prática(s) que as embasam, como se o que fazemos e a forma como fazemos não acarretaram muitas sérias implicações sociais.

Conhecer aspectos referentes à história da educação municipal, seus contextos e desafios, é fundamental para a reflexão sobre a educação atual, aquela que está em construção e a que se almeja para o futuro. A análise do passado, por meio da história, possibilita a formação de um olhar científico e fundamentado sobre o processo educativo.

Retomando a trajetória de Marlene, é pertinente revisar suas escolhas e o convite para assumir o cargo de Secretária de Educação e Cultura em 1977. A esse respeito, ela comenta:

Olha como são as coisas, a Sandra Guidi trabalhava comigo na Unesc [na Fucri]. Eu já estava dando aula na Unesc, fiz concurso lá inclusive também para ser professora de Artes. [...]. Aí eu fui para a Unesc e numa dessas

ocasiões eu estava cuidando do concurso para o vestibular, na época a gente não pagava, era voluntário, olha como são as coisas. Aí, numa dessas, arrumando, organizando a sala dos alunos, dos vestibulandos estava a Sandra Guidi [esposa do Altair Guidi] e eu, daí eu disse: Sandra eu sempre disse para o Altair que eu amo Criciúma, sempre gostei de Criciúma, fale quem quiser falar, mas eu amo a minha cidade, nossa, é uma cidade muito, muito boa para se viver, ótima. Ai eu disse assim: quem ama Criciúma vai votar no Altair, porque eu já vi gente gostar de Criciúma, mas igual ao Altair não tem (Marlene, 2023, p. 3, primeira entrevista).

Depois desse ocorrido, a Professora Marlene foi convidada pessoalmente por Altair Guidi, eleito prefeito em 1976 pelo partido Aliança Renovadora Nacional – ARENA, que assumiu o mandato em fevereiro do ano seguinte. Ela recebeu com muita surpresa, pois não se sentia em condições de assumir tal desafio.

Eu estava me arrumando para ir num casamento e chegou a Sandra me chamando lá na praia, no Rincão, e me disse: “o Altair quer falar contigo”. Cheguei lá, ele disse: “tu vais ser minha Secretária de Educação, segunda-feira tu já vai lá assumir”. Eu disse: “como é que é, tu tá louco rapaz, eu tenho artes, eu não tenho, eu não fiz pedagogia”. Ele respondeu: “tu vai ser minha Secretária e eu sei que tu vais fazer um bom trabalho, tem técnicos para te ajudar, eles fazem o assessoramento técnico e nós temos um centenário pela frente para fazer” (Marlene, 2023, p. 53, primeira entrevista).

Assim, Marlene assume o cargo de gestão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com um compromisso de melhorar a educação municipal e organizar os preparativos para o Centenário de Imigração do município.

Com o objetivo de compreender o contexto de participação das mulheres na gestão de secretarias, foram feitas perguntas à entrevistada sobre a presença feminina na administração municipal de Criciúma durante os anos em questão. Em suas entrevistas, Marlene não mencionou dificuldades, limitações ou opressões de gênero; pelo contrário, destacou que o ambiente era harmonioso. Relatou que era a única mulher entre os secretários da Prefeitura e, ao ser questionada sobre os desafios enfrentados por ser mulher, afirmou que sempre foi respeitada: *“Eu tinha a minha posição definida, graças a Deus, sempre todo mundo me respeitava, não tinha essa história, tudo com muito respeito e eu era a única mulher sim”* (Marlene, 2023, p. 7, primeira entrevista).

Na segunda entrevista, ao ser indagada novamente sobre barreiras relacionadas ao seu gênero, Marlene reafirmou: *“Não, pelo contrário, eu era muito respeitada, aquilo que a gente fala, respeito a gente impõe, em termo de valorização*

o Altair [prefeito] sempre foi muito... ele só dizia assim: 'Marlene, faz o que tu achar melhor' (Marlene, 2023, p. 45, segunda entrevista).

A fala de Marlene não aborda as relações de poder que permeiam espaços públicos predominantemente masculinos; suas memórias se concentram nas relações de respeito, educação e confiabilidade no cargo que ocupou. Contudo, surgem algumas questões: quais seriam as razões para seu silêncio sobre possíveis preconceitos velados que ela, como mulher, poderia ter enfrentado, semelhantes aos que muitas mulheres enfrentam em diversas áreas profissionais? As outras mulheres que ocupavam funções na prefeitura, como serviços gerais, recepcionistas, professoras e merendeiras, também desfrutavam de igual respeito? Essas mulheres desempenhavam papéis de destaque em seus respectivos espaços?

Marlene, com uma perspectiva baseada na suposta harmonia entre homens e mulheres, pode não perceber as relações de poder e a estrutura patriarcal que sustenta esses espaços ocupados por mulheres. Essas questões convidam à reflexão sobre a natureza das memórias e as sensibilidades envolvidas.

Por conseguinte, existem nas lembranças de uns e de outras zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos (Pollak, 1992, p. 8).

É plausível que a naturalização das desigualdades de gênero tenha levado a entrevistada a silenciar sobre as dificuldades enfrentadas por ser mulher e ocupar um cargo público de prestígio e poder. É possível inferir que Marlene pode ter enfrentado situações de opressão devido ao fato de ser a única mulher a dirigir uma secretaria naquele período. Essas lacunas representam o desafio do/a pesquisador/a, que deve realizar a análise e as interpretações necessárias. Como descrito por Orso (2012, p. 237):

Não podemos nos esquecer, portanto, de que as ideias, as teorias e o conhecimento não são neutros. Portanto, é preciso considerar a posição e o lugar social de onde são feitas as análises e interpretações acerca das fontes. Assim, ao se analisar a história, os arquivos, as instituições e fontes na pesquisa e na história da educação, não se deve olvidar de que cada perspectiva de análise parte de determinados pressupostos e também tem em vista determinados fins.

A análise e a interpretação do depoimento da Professora Maria Marlene Milanez Just revelam uma figura de firmeza e ousadia, que não apenas empreendeu e organizou os festejos do Centenário de Colonização da cidade, mas também exerceu a responsabilidade na condução da educação. No entanto, sua formação em moldes mais tradicionais, marcada pela influência da religião católica, pode ter impedido sua percepção ou “apagado” os atravessamentos do poder masculino sobre as mulheres.

Apesar de afirmar que não estava envolvida com a política partidária, Marlene foi pessoalmente escolhida pelo Prefeito para o cargo de Secretária de Educação da Prefeitura de Criciúma, em um período caracterizado pela ditadura civil-militar. Esse contexto sugere sua inserção nas redes de sociabilidade da época.

Como destacado por Waschnewski (2020, p. 38), “Essas questões sinalizam que a personagem estava inserida em redes de sociabilidades, ou seja, sua vinculação a um grupo político pode ter se reverberado em suas indicações aos cargos a ela confiados.”

Ao mesmo tempo se evidencia em sua fala que esse espaço não era tão harmonioso, ao comentar: “*Claro eles diziam que eu era politiqueira, mas evidente que eu não era, eu tinha sim uma política educacional*” (Marlene, 2023, p. 7, segunda entrevista). Percebe-se que ela busca construir uma imagem de si, por meio do compromisso educacional, quando descreve nas entrevistas que não aceitava “bilhetinhos” de vereadores, indicando alguém para assumir os cargos de professor/a, pois o critério deveria ser a competência. A partir de suas recordações, é possível refletir: Por que politiqueira, visto que é termo pejorativo para definir alguém que está em algum cargo de destaque e se utiliza dele para conquistar votos ou privilégios?

Ao dialogar sobre a construção de si, por meio de memórias e objetos, Artières (1998, p. 11) aponta para a existência das subjetividades que compõem esse movimento “[...] não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens”.

Ao refletir sobre o excerto em questão, observa-se que as múltiplas camadas que compõem o processo de rememorar destacam alguns momentos em detrimento de outros, com o objetivo de construir sentidos para nossas narrativas.

Dentro das linhas que visam apresentar aspectos biográficos e o percurso inicial da Professora Marlene como profissional da educação, é possível considerá-la uma mulher com significativa atuação em diversos ciclos da educação pública municipal, no ambiente acadêmico e artístico. A sua permanência por seis anos à frente da Secretaria de Educação pode estar relacionada tanto à sua competência profissional quanto à sua inserção nas redes de sociabilidades.

4.3 MANUSEANDO DOCUMENTOS: IDENTIFICANDO OS/AS GESTORES/AS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ao mergulhar na construção desta pesquisa, que envolve o manuseio de diversos documentos em acervos oficiais, e nos documentos produzidos por meio da metodologia da História Oral, por intermédio da Professora Maria Marlene Milaneze Just, lidamos diretamente com muitos fragmentos de memórias. Muitos deles difíceis de se decifrar em uma primeira análise, enquanto alguns emanam informações, outros silenciam, parecendo não responder àquilo que se buscava responder. Um verdadeiro desafio que, aos poucos, proporcionou sentidos e ajudaram a produzir significados para a História da Educação municipal.

Ao pesquisar a História da Educação de Criciúma, foi possível conhecer aspectos sobre o passado e transformar o presente; sendo assim, o olhar de Marlene, cotejado com outras fontes, é imprescindível nessa reconstrução. “Assim, é possível chegar ao passado como ele ‘realmente’ ocorreu, ao passado vivido. Não há outra forma de reconstruir a história senão desse modo” (Orso, 2012, p. 231). O autor também afirma que o conhecimento é condição para a transformação: “Portanto, partindo do pressuposto de que precisamos transformar a educação, também é necessário conhecê-la. Mas de modo eficaz e efetivo. Daí o recurso às fontes é indispensável a partir de um método adequado” (Orso, 2012, p. 231).

Ao investigar os anos de atuação de Marlene no cargo de Secretária de Educação, houve não somente a aproximação da história de uma mulher, mas também de um contexto histórico, além de seus antecessores/as e sucessores/as na função. Nesse sentido, a investigação teve também como *corpus* os arquivos do setor administrativo da Prefeitura de Criciúma, a partir dos quais, por meio de decretos de nomeação e exoneração, conseguiu-se construir uma espécie de cronologia. Destaca-se que “os registros são os meios utilizados pelos historiadores para se apropriar de

uma realidade que ‘já não existe’ e produzir determinadas explicações históricas” (Orso, 2012, p. 230). Por isso, a importância de conhecer esse passado abrindo caminhos de investigação que não se esgotam e se renovam a novos olhares investigativos e diferentes abordagens que se tornam transformadoras e desafiadoras.

Assim, a importância desse levantamento investigativo com a busca de fontes e o cruzamento desses, além de entender o período em que exerceram os cargos de diretores/as e de secretários/as, foi fundamental para compreendermos o percurso da Rede Municipal de Educação de Criciúma. Outra fonte documental importante que se encontra no Memorial da Educação, no prédio da Secretaria de Educação, são as fotografias expostas na Galeria dos/as Ex-Secretários/as de Educação, bem como os documentos das unidades escolares, no formato digital, dentro do sistema de gerenciamento de arquivos históricos da Educação Municipal de Criciúma.

Agora, dando-me permissão para o uso da personalidade, quando iniciei o mestrado, em 2022, também iniciei as pesquisas por fontes documentais de leis e decretos da municipalidade, no Arquivo Histórico da Prefeitura de Criciúma, no setor do Apoio Administrativo, as leis e os decretos encontrados foram documentos produzidos a partir de 1961. Concentrei a busca pelos/as primeiros/as agentes públicos que eram responsáveis pela educação municipal e, cronologicamente, montei esse quebra-cabeças até os dias atuais, uma linha histórica de datas sequenciais de 1961 a 2024 de decretos de nomeação e exoneração desses agentes públicos que eram responsáveis pela pasta.

Para compor o quadro de ex-secretários, selecionei os que estiveram à frente efetivamente no cargo e aqueles que assumiram de forma interina no período superior a um mês. Os secretários que ocuparam o cargo em virtude de férias, atestado médico e outros de menor duração não foram relacionados neste momento de pesquisa.

Portanto, no processo de busca de fontes documentais a que tive acesso, organizei um quadro, que mostra os/as servidores/as que ocuparam os cargos de diretores/as de educação a partir de 1961, com a lei de criação, Lei nº 330/61⁴⁵, das/os diretorias, os/as servidores/as que ocuparam o cargo de secretários/as por meio da Lei nº 839/71 que transformou as diretorias em secretarias, uma nova reestruturação administrativa que muda cargos e organiza as funções e atribuições da gestão da

⁴⁵ A Lei nº 330, de 1961, cria diretorias no poder executivo. Disponível em: <https://bit.ly/45SM1CM>. Acesso em: 6 nov. 2022.

Prefeitura de Criciúma. Importante registrar que essas mudanças foram de caráter administrativo e tinham o objetivo de organizar as áreas de atuação do Município e seus agentes públicos que responderam por e gerenciaram cada pasta. As nomenclaturas de diretores/as e secretários/as foram organizadas para o desenvolvimento das competências e atribuições de cada cargo e a eficiência na organização governamental é um bom pilar para o bom funcionamento dos serviços prestados à população. Desse modo, as leis de criação de cargos foram se estruturando para melhor atendimento populacional.

Mas, como afirma Susane da Costa Waschinewski (2020, p. 27), “o desenvolvimento de uma pesquisa não é algo que ocorre de forma linear e ordenada. Ao longo do processo, foi possível nos depararmos com ausências, lacunas, encontros e reencontros” e, após a conclusão da pesquisa documental no Acervo Administrativo da Prefeitura Municipal no ano de 2022, tive o prazer de encontrar outros arquivos que foram doados pela Professora Marlene para a Secretaria Municipal de Educação de Criciúma, que contribuíram para esse quebra-cabeça da História da Educação Municipal. A doação ocorreu na visita à casa dela, no dia 14 de setembro de 2022, momento em que fui solicitar a sua autorização para iniciar a pesquisa do mestrado em companhia de minha orientadora Professora Giani Rabelo.

Em relação aos processos de salvaguarda de documentos escolares, é interessante refletir como as políticas de preservação desses são recentes, tanto que muitos deles apenas sobreviveram, pois foram incorporados a arquivos pessoais de ex-professores e gestores escolares. Mesmo não sendo uma ação ideal, em muitos casos contribui para protegê-los do descarte. Nesse sentido, observa-se que, tratando-se de pesquisas documentais referentes à educação, essas esbarram em problemas recorrentes como a não localização de documentos, a falta de espaços adequados de armazenamento, a ausência de locais destinados à pesquisa, bem como o recorrente descarte praticado pelas instituições. As autoras Diana Gonçalves Vidal e Vera Lucia Gaspar da Silva comentam que se tornou:

[...] recorrente na socialização de trabalhos feitos com acervos desta natureza, reclamações e desabaços sobre as más condições de acesso, a frágil organização da massa documental, a escassez de exemplares que possam testemunhar as práticas escolares. De todo modo, situação ainda mais “dramática” acomete os artefatos ou utensílios escolares que na maior parte das vezes foram descartados para dar lugar a novas aquisições ou por terem se tornado obsoletos na rotina escolar. Se por um lado livros e documentos impressos, ainda que escassos, são mais facilmente

encontrados os exemplares de carteiras, lousas, globos, quadros parietais, abecedários e uniformes praticamente desapareceram da cena pública (Vidal; Silva, 2010, p. 34).

A ausência desses elementos impossibilita muitas pesquisas, consequentemente, dificulta a produção do conhecimento e a divulgação da História da Educação.

Entre os documentos preservados e doados por Marlene, estava um relatório de 1982 que apresenta os históricos das escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Criciúma, o qual contribuiu significativamente para identificar os/as responsáveis pela educação da Rede no período anterior a 1961, dados que não tinham sido encontrados nos arquivos da Prefeitura.

Nas palavras de Waschinewski (2020, p. 38), “professores (as) e intelectuais da educação, geralmente, guardam papéis por diferentes motivos e de diferentes formas, seja para um dia escrever sobre suas trajetórias, seja para manter documentada sua vida de atuação”. Neste caso, Marlene guardou esses documentos durante anos, o que acabou contribuindo para o encontro de algumas peças do quebra-cabeça do quadro de gestores/as da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma.

É importante ressaltar que, por meio dos documentos doados pela Professora Marlene, pude reconstruir uma linha investigativa que, aos poucos, me levou a outras fontes desde 1933. Um dos documentos encontrados foi o Relatório “Histórico das Escolas Municipais – 1982”, o qual descreve também em seu teor os agentes públicos que não eram nomeados gestores da Educação, mas que exerceram essa função de 1933 a 1982. Assim, com esse cruzamento de fontes, pude compor esse mosaico e recontar a história a partir de 1933.

O relatório de capa verde, intitulado “Histórico das Escolas Municipais – 1982”, traz em sua apresentação a seguinte descrição:

O presente instrumento expõe o histórico das Escolas da Rede Municipal de Ensino de Criciúma, bem como a evolução da comunidade onde estão inseridas. É um trabalho modesto, simples, mas é um pedaço de cada comunidade, onde seus habitantes são agentes nesta história. Foi organizado com a colaboração dos Diretores, Professores e Pais, através de entrevistas com pessoas de idade avançada. Seus relatos foram registrados e transformados em documentos (Criciúma, 1982).

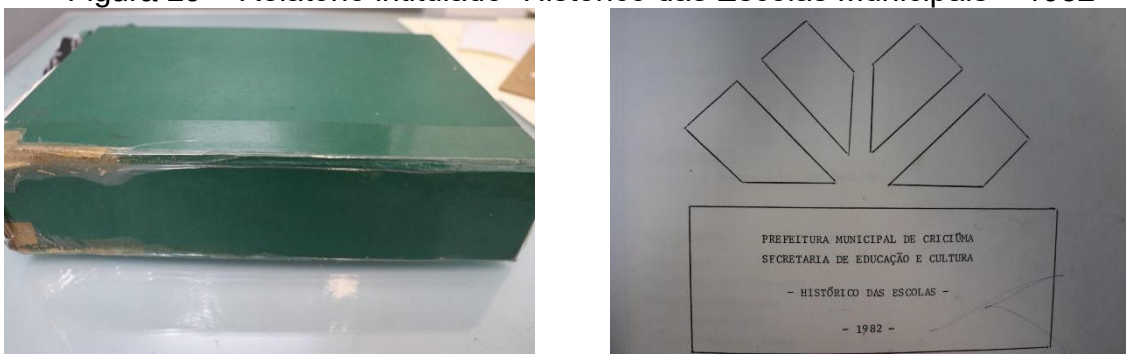
Em entrevista com a Professora Marlene, o Relatório (Criciúma, 1982) aparece como uma de suas ações na organização da Secretaria de Educação, revelando questões da autoridade e do poder que ela exercia.

Mas eu pedi para fazer um manual, desde como se fazia um ofício, tudo, memorando, os ofícios, livro ata, como é que se fazia livro ata, tudo, tudo certinho, foi feito tudo. E eu mandava, eu mandei esse manual para as escolas para elas aprenderem a organizar a secretaria (Marlene, 2023, p. 11, primeira entrevista).

Na sequência, o Relatório apresenta os históricos de cada unidade escolar e da comunidade onde a escola está inserida. Podemos perceber que os históricos escolares seguem um padrão de estruturação, provavelmente a Secretaria à época fez uma espécie de roteiro a seguir, e na introdução de cada histórico da escola aparece o seguinte texto: *“Atendendo a solicitação da Professora Maria Marlene Milaneze Just, Secretária de Educação e Cultura, em reunião administrativa do dia 08 de agosto de 1979 foi elaborado parte da história de nossa escola”* (Criciúma, 1982). Portanto, a montagem do Relatório Geral com os históricos das escolas teve início em 1979 e foi concluído em 1982, a partir de uma exigência da Secretária Marlene. Ela foi ousada, buscou reconstruir, com a ajuda dos/as diretores/as das escolas municipais da época, as trajetórias históricas das instituições.

Nesse sentido, “a organização da experiência requer uma consciência do tempo, no sentido de demarcar claramente o presente que foi e o presente que é, esta demarcação na verdade significa a criação de um tempo saturado de vivências” (Albuquerque, 1994, p. 43). Além do Relatório (Criciúma, 1982), outros documentos produzidos a partir das ações prescritivas da Secretária Marlene contribuíram para seu legado.

Figura 29 – Relatório intitulado “Histórico das Escolas Municipais – 1982”



Fonte: Secretaria de Educação de Criciúma.⁴⁶

Ao observar esse documento, outros horizontes de investigação se constituem, pois percebemos em seu teor, em uma das subdivisões do Relatório, mais precisamente na parte que contempla o Histórico da Escola Reunida Padre José Francisco Bertero, que tem como responsável Nerci Henrique Bithencourt, o seguinte excerto no item 11.8 intitulado *Outras Informações*:

Secretários de Educação:

Desde 1933, nossa escola recebeu orientação da prefeitura Desde 1933 a 1945, era o tesoureiro que atendia os professores

Naquela época não existiam secretários de educação, só a partir de 1946 é que houve secretário

De 1946 a 1949 - Marcílio Dias de Santiago De 1950 - Paulo Preis

De 1951 a 1953 - Nicolau Destri Napoleão De 1954 a 1957 - Hercílio Amante

De 1961 - Arlindo Junkes

De 1962 - Leticia Milanez Guidi (subst. 90 dias)

Essas informações dimensionam como eram realizados os atendimentos aos professores/as antes de existir um agente público responsável pela pasta da Educação, assim como os primeiros responsáveis pela Educação Municipal. De acordo com a fonte, de 1933 a 1945, os/as professores eram atendidos/as pelo tesoureiro da Prefeitura e, a partir de 1946, eram nomeados ocupantes do cargo de secretários Padrão Z do quadro único do Município para gerenciarem os/as professores/as. O Decreto Estadual nº 700/1942 era utilizado para a contratação e nomeação dos funcionários municipais e suas atribuições. Em 1950, foi publicado o primeiro Estatuto do Município de Criciúma, a partir da Lei nº 048/1950. Antes dessa data, o regramento era disposto pelo referido Decreto Estadual.

⁴⁶ Documento doado pela Professora Maria Marlene Milaneze Just em 2022 à Secretaria de Educação.

Com o Relatório, conseguimos juntar algumas peças do quebra-cabeça dos anos anteriores a 1961, pois não havia encontrado documentos nos arquivos da Prefeitura Municipal de Criciúma sobre essas nomeações e exonerações.

A partir deste momento, com a doação do Relatório pela Professora Marlene, a investigação voltou aos decretos do Apoio Administrativo de 1926 a 1961. No levantamento, foram encontrados somente os decretos de nomeação e de exoneração de Hercílio Amante, contudo, as datas do Relatório dos Históricos Escolares doado pela Professora Marlene não são compatíveis com as datas de nomeação.

Destaca-se aqui a importância do cruzamento e da análise das fontes e a importância da pesquisa e da preservação documental. Um documento doado pela entrevistada com dados que a Prefeitura não possuía em seus arquivos contribuiu e se tornou divisor de novos olhares, assim “torna-se indispensável pensar na preservação dos documentos, pois o descarte dos mesmos advém da falta de entendimento de que o passado pode ser fonte de pesquisa e, portanto, revisitado” (Ivashita, 2014, p. 68).

O Relatório “Histórico das Escolas – 1982” teve um papel importante na localização do espaço e do tempo. Por meio do cruzamento desse documento com outras fontes, foi possível fazer uma triangulação que nos ofereceu informações que nos conduziram a uma ordem cronológica de nomeação e exoneração desses agentes públicos, refinando nosso olhar para perceber o quanto as fontes não são neutras, pois são construídas a partir de lugares e sujeitos sociais movidos por intencionalidades, como destaca Orso (2012, p. 237): “Por isso, não se pode pensar que se trata da pura objetividade, até mesmo porque é uma construção, e, como tal, tem a ver com as posições, compreensões, ideologias e compromissos sociais dos pesquisadores”.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 8, que dispõe cronologicamente sobre os servidores que ocuparam cargos de gerência na área educacional do município de Criciúma entre os anos de 1942 a 2024.

Quadro 8 – Gestores/as que ocuparam a Secretaria Municipal de Criciúma
(1946 a 2024)

nº	Nome	Cargo	Decreto de Nomeação	Decreto de Exoneração	Período no Cargo
01	Marcílio Dias de San Thiago		não encontrado	não encontrado	1946 – 1948
02	Paulo Preis		não encontrado	não encontrado	1950
03	Nicolau Destri Napoleão		não encontrado	não encontrado	1951 – 1953
04	Hercílio Amante	Secretário Padrão Z	Portaria de 1º de março de 1955	não encontrado 01/04/1959	1955 – 1959
05	Arlindo Junkes	Diretor de Educação, Saúde e Assistência Social	Portaria de 4 de agosto de 1961	Decreto de 12 de março de 1962	04/08/1961 – 12/03/1962
	Nicolau Destri Napoleão	Diretor de Educação, Saúde e Assistência Social	Portaria de 12 de março de 1962	Decreto de 2 de fevereiro de 1963	13/03/1962 – 02/02/1963
06	Letícia Milaneze	Diretora de Educação, Saúde e Assistência Social	Portaria de 1º de setembro de 1962	Decreto de 1º de dezembro de 1962	01/09/1962 – 01/12/1962
07	Cecilia Orige de Laz	Diretora de Educação, Saúde e Assistência Social Padrão X	Decreto de 5 de fevereiro de 1963 Decreto de 2 de janeiro de 1964	Decreto de 3 de dezembro de 1963 Decreto de 7 de março de 1964	05/02/1963 – 03/12/1963 02/01/1964 – 07/03/1964
08	Gessy Cherem Stocco	Diretora de Educação, Saúde e Assistência Social	Decreto de 12 de março de 1964	002/1967	12/03/1964 – 20/01/1967
09	Alberto Schimidt	Diretor de Educação e Cultura	003/1967	084/1969	20/01/1967 – 28/08/1969
		Secretário de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social	086/1969	SA/006/1973	28/08/1969 – 01/02/1973
10	Dionízia Knabben Benedet	Secretária de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social	SA/013/1973	SA/002/1975	01/02/1973 – 10/01/1975

11	Vilma Citadini Zanette	Secretária de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social	SA/007/1975	SA/018/1977	10/01/1975 – 01/02/1977
12	Maria Marlene Milaneze Just	Secretária de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social	SA/026/1977	SA/014/1983	01/02/1977 – 01/02/1983
13	Edson Carlos Rodrigues	Secretário de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social	SA/024/1983	SA/089/1983	01/02/1983 – 02/05/1983
			SA/098/1983	SA/134/1985	02/05/1983 – 26/07/1985
14	Maria Dal Farra Napolini	Secretária Municipal de Educação e Cultura	SA/135/1985	SA/036/1986	26/07/1985 – 04/03/1986
15	Ligia Adelina Messias Hoffmann	Secretária de Educação e Cultura	SA/117/1986	SA/155/1986	05/03/1986 – 05/12/1986
16	Berenice Almeida Afonso Fontana	Secretária de Educação e Cultura	SA/160/1986	SA/253/1988	05/12/1986 – 30/12/1988
17	Vera Maria Silvestri Cruz	Secretária de Educação e Cultura	SA/002/1989	310/SA/1989 Revoga o Decreto SA/002/1989	01/01/1989 – 16/01/1989
17	Vera Maria Silvestri Cruz	Secretária Municipal de Educação e Cultura	310/SA/1989	632/SA/1991	16/01/1989 – 09/12/1991
18	Angela Sônia Napoli Colombo	Secretária Municipal de Educação e Cultura	634/SA/1991	012/SA/1993	10/12/1991 – 01/01/1993

19	Jairo Luiz Thomazi	Secretário Municipal de Educação e Cultura	008/SA/1993	395/SA/1993	01/01/1993 – 23/03/1993
		Secretário Municipal de Educação	396/SA/1993	257/SA/1996	20/03/1993 – 20/03/1996
20	Guilherme Augusto Tonon	Secretário Municipal de Educação	259/SA/1996	1468/SA/1996	20/03/1996 – 31/12/1996
	Jairo Luiz Thomazi	Secretário Municipal de Educação	018/SA/1997	754/SA/1998	03/01/1997 – 08/09/1998
	Guilherme Augusto Tonon	Secretário Municipal de Educação	756/SA/98	1078/SA/2000	08/09/1998 – 20/12/2000
21	Giani Rabelo	Secretária Municipal de Educação	006/SA/2001	976/SA/2004	01/01/2001 – 29/12/2004
22	Maria Valdineia Zanette	Secretária Municipal de Educação	150/SA/2005	595/SA/2005	10/02/2005 – 29/04/2005
23	Marly Nunes Pacheco	Secretária Municipal de Educação	643/SA/2005	186/SA/2008	02/05/2005 – 31/03/2008
24	Jádina Mara Dandolini Tasca	Secretária de Educação	210/SA/2008	806/SA/2008	03/04/2008 – 31/12/2008
25	Geovana Benedet Zanette	Secretária Municipal do Sistema de Educação	Decreto 005/09 e Ato 003/09	Ato 026/10 e Decreto SG nº 679/20	02/01/2009 – 31/03/2010

26	Roseli Maria de Lucca Pizzolo	Secretária do Sistema de Educação	Ato nº 039/10	Ato nº 056/12	01/04/2010 – 05/04/2012
27	Olnete Regina Bez Fontana	Secretária do Sistema de Educação	Ato nº 067/12	Decreto SA nº 091/14	05/04/2012 – 10/02/2014
28	Rose Margareth Reynaud Mayr	Secretária de Educação	SA nº 092/14	SA nº 020/15	10/02/2014 – 12/01/2015
	Geovana Benedet Zanette	Secretária Municipal de Educação	SA nº 041/15	SA nº 330/15	16/01/2015 – 02/03/2015
28	Rose Margareth Reynaud Mayr	Secretária Municipal de Educação	SA nº 338/15	SA nº 2057/16	02/03/2015 – 31/12/2016
	Roseli Maria de Lucca Pizzolo	Secretária Municipal de Educação	SG nº 002/17	SG nº 888/18	02/01/2017 – 10/08/2018
			SG nº 910/18	SG nº 415/20	17/08/2018 – 31/03/2020
29	Cristiane Maccari Uliana Fretta	Secretária Interina de Educação	SG nº 890/18	SG nº 909/18	10/08/2018 – 16/08/2018
		Secretária de Educação	SG nº 500/20	SG nº 012/21	01/04/2020 – 03/01/2021
30	Valmir Dagostim	Secretário de Educação	SG nº 014/21	SG nº 1765/22	04/01/2021 – 06/10/2022

31	Celito Heinzen Cardoso	Secretário de Educação	SG nº1766/22	SG nº794/24	06/10/2022 – 02/04/2024
32	Alexsandra Stols da Silva Pelegrin	Secretária de Educação	SG nº733/24	Em Atividade	02/04/2024 até a presente data

Fonte: elaborado pela autora (2023), com base em Leis e Decretos da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma e acervo doado pela Professora Maria Marlene Milaneze Just / Atualizado em abril de 2024.⁴⁷

O comprometimento social do/a pesquisador/a transcende a mera investigação de fontes, perguntas e análises para a compreensão de seu objeto. As estruturas conceituais da pesquisa não apenas facilitam um novo olhar na reconstrução da História por meio de novas pesquisas e inquietações, mas também destacam o local em que o/a pesquisador/a formula suas perguntas. Vale ressaltar que esse/a pesquisador/a está em constante aprendizado, sempre reorganizando seu conhecimento.

A partir da busca por essas fontes documentais, das entrevistas orais, conhecendo, estudando e cruzando esses rastros, percebemos que o conhecimento também é condição para a transformação. Diante dessa vasta documentação, estabeleci meu fio condutor no campo da História da Educação e percebi que “as fontes não falam por si; elas são uma construção do pesquisador” (Orso, 2012, p. 234) e, além disso, percebi que “[...] nem essa nem nenhuma outra fonte poderá ter valor sozinha, pois exige o trabalho de cruzamento e compatibilização com várias outras fontes” (Lopes; Galvão, 2001, p. 91). Sobre esse aspecto, as autoras ainda trazem a seguinte reflexão:

Reafirmamos que são as questões que se fazem a cada um e ao conjunto do material e a relação que se estabelece entre elas e as respostas obtidas que criam a possibilidade de se “fazer história”. Assim, o trabalho com as fontes, que exige cuidado, atenção, intuição, criatividade, sensibilidade e rigor, não prescinde de um trabalho anterior com a teoria e com a metodologia da história (Lopes; Galvão, 2001, p. 94).

⁴⁷ Na legislação que consta nos anexos se enquadram os referidos secretários em seus respectivos cargos.

Por meio desse trabalho com as fontes, foi possível conhecer decretos, leis, nomeações e, assim, reconstruir a linha cronológica dos/as diretores/as e secretários/as municipais da cidade de Criciúma. Com os cruzamento dos dados, iniciamos uma nova etapa, a busca pelas fotografias desses agentes públicos para a construção da galeria, uma pesquisa no Arquivo Histórico Municipal e, também, o contato com os/as ex-secretários ou familiares para a doação de fotos, para a construção desse acervo que compõe a Galeria dos/as Secretários/as que se encontra exposta no prédio da Secretaria Municipal de Educação⁴⁸.

Nesse processo de pesquisa, escrita, análise e cruzamento de dados, através da ótica do referencial teórico, pudemos estruturar e organizar as fontes documentais encontradas na Secretaria de Educação de Criciúma, reconhecendo-as como importantes fragmentos para narrar aspectos da História da Educação. Documentos esses que anteriormente estavam dispersos e atualmente fazem parte do Acervo Histórico Municipal, preservado por meio da criação do Memorial.

Realizando um aprofundamento teórico sobre os conceitos e as relações com o material das entrevistas, compreendemos que o desenvolvimento da pesquisa não ocorre como algo simples e ordenado, mas sim demanda muitas horas de estudo e um tempo ainda maior no processo de pesquisa documental e reorganização de um acervo educacional. Diante disso, as ações culminaram no projeto e elaboração da Lei Municipal que cria o Memorial Educacional da Rede Municipal de Educação de Criciúma.

4.4 MULHERES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRICIÚMA

Ao criarmos uma cronologia dos/as gestores/as que ocuparam a pasta da Educação do Município, foi possível organizar a Galeria dos Secretários de Educação, inaugurada no dia 14 de setembro de 2022, em alusão à data de criação da Secretaria de Educação, de 14 de setembro de 1971.

⁴⁸ Localizada no Paço Municipal Marcos Rovaris, na Rua Palestina, 120, Pinheirinho, Criciúma/SC.

Figura 30 – Galeria dos Secretários/as de Educação de Criciúma

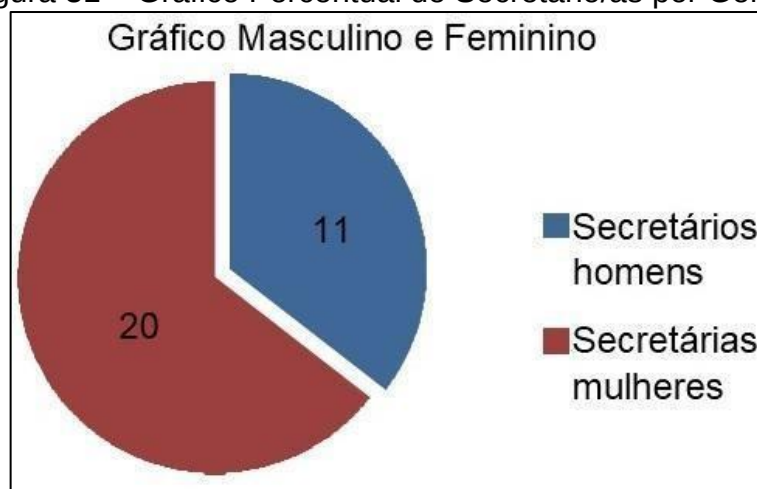


Fonte: Secretaria Municipal de Educação (2022).

Ao organizar o quadro e a galeria, percebi que muitas mulheres ocuparam esse espaço de poder. É possível identificar que dos 31 agentes públicos que foram gestores/as da Educação Municipal de Criciúma entre 1946 até 2024, vinte foram mulheres à frente da pasta e onze foram homens, ou seja, as mulheres correspondem a um número expressivo: 62% (sessenta e dois por cento).

A Figura 31 apresenta essa porcentagem em gráfico para uma melhor compreensão dos números e da análise quantitativa.

Figura 31 – Gráfico Percentual de Secretário/as por Gênero



Fonte: elaborado pela autora com base em dados da Secretaria municipal de Educação (2023).

A primeira mulher a ocupar o cargo de gestão da Educação Municipal de Criciúma foi Cecília Orige de Laz, nomeada como Diretora de Educação, Saúde e

Assistência Social em 5 de fevereiro de 1963 até 3 de dezembro de 1963. Nesse período histórico em âmbito nacional, aconteceram movimentos de mulheres, como destacam Lopes e Galvão (2001, p. 68): “a partir das décadas de 1960 e 1970, tomou forma, no Brasil, o que em outros países já existia sob o nome de movimento feminista. Esse movimento tinha como objetivo fundamental a conquista de direitos iguais aos dos homens para mulheres [...]”. Dessa forma, já se pode refletir que a presença das mulheres também ocorre pelas tensões produzidas por elas, para ingressarem em diferentes profissões e no mercado de trabalho de forma geral.

Podemos refletir que a presença das mulheres na Secretaria de Educação municipal de Criciúma ocorria em um período de luta das mulheres, porém não exclusivamente, porque também temos de considerar que era um das poucas pastas com mulheres na gestão, o que se dá pelo próprio enquadramento da profissão de professora e pelas questões de gênero, pois, além de ser um “espaço possível” para presença das mulheres, a docência também representava a *maternagem*, os cuidados e a extensão do lar.

As autoras descrevem que essas décadas foram de muitas lutas, que se espalharam por diversas áreas: no trabalho, na religião e na educação, as mulheres foram para as ruas, fizeram passeatas e protestos contra as formas de opressão. Esses movimentos sociais repercutiram no campo da ciência social e humana e as autoras destacam:

O sexismo, imperante na historiografia de até meados do século XX, foi aos poucos sendo substituído pela exigência de que se deveria fazer história levando em conta os sexos. A história da Educação também aceitou essa constatação e esse desafio. No entanto, sua tarefa era mais complicada. Não bastaria integrar a História como campo de saber sexuado, era preciso que educadores em geral, e mais sociólogos, filósofos, psicólogos, professores e professoras da área da educação, se dessem conta de que o mundo é habitado e partilhado por homens e mulheres e nem sempre de maneira justa (Lopes; Galvão, 2001, p. 69).

Podemos perceber que, desde então, as mulheres lutam para conquistar visibilidade e valorização. No espaço acadêmico não é diferente: vem ocorrendo a ampliação em torno de conceitos e categorias, como gênero e suas relações estabelecidas. Apesar dos importantes avanços ocorridos principalmente após os anos de 1980, percebemos que, na História, as mulheres são pouco citadas nas

narrativas oficiais e principalmente nas versões positivistas, “Mas esquece-se que as mulheres sempre ensinaram a vida e a morte” (Lopes; Galvão, 2001, p. 70).

Muito se alcançou na luta e resistência dos papéis das mulheres, porém o ideal ainda não se consolidou. O discurso muitas vezes é retórico e agradável, mas a realidade está longe da legitimação dos direitos. É notório que as mulheres estão conquistando cada vez mais espaços e direitos, mas essas conquistas estão sempre em tensão e disputa, portanto, temos de avançar para a real legitimação do espaço das mulheres na sociedade.

Analisando as mulheres que ocuparam cargos na gestão municipal da Educação de Criciúma, voltamos a olhar para o período em que a Professora Maria Marlene Milaneze Just foi Secretária, entre os anos de 1977 a 1982, com sua exoneração em fevereiro de 1983.

A entrevista contribuiu para essa construção, considerando que os dados elaborados por meio da metodologia da História Oral, aliados às outras fontes documentais, proporcionaram alguns entendimentos, como: “[...] a história oral implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado” (Meihy, 2000, p. 13). Com o olhar da Professora, podemos perceber o passado no presente, mesmo que de forma fragmentada, o que pode simbolizar avanços na reconstrução histórica da Educação. A percepção do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da História Oral, nessa medida, a História Oral não apenas oferece uma mudança para o conceito da História, mais que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e se sentir parte do contexto em que vivem (Meihy, 2000, p. 13).

Ao final da década de 1960, outra mulher se destacou como agente política transformadora: a Professora Jessy Cherem Stocco, a qual criou o Hino de Criciúma pela Lei nº 911 de 1972, de autoria da própria, que também foi Secretária de Educação de 1964 a 1967 e teve sua atuação como mulher de destaque à sua época. Nesse viés, temos a tese realizada por Susane Waschinewski (2020) sobre a Professora Jessy que concluiu o curso do PABAAE-INEP⁴⁹ e, em seguida, recebeu o convite para ser Diretora Municipal de Educação de Criciúma. Vários motivos a levaram a aceitar o cargo, incluindo motivações particulares e o comprometimento de atuar no programa

⁴⁹ Jessy participou, em 1962, do curso de aperfeiçoamento do Programa de Assistência Brasileiro-Americano no Ensino Elementar PABAAE-INEP (1956-1964) em Belo Horizonte e retornou a Florianópolis em 1963.

conforme as necessidades de seu estado, Santa Catarina. Diferente de Marlene, Jessy narrou em sua entrevista como era o contexto no Município de Criciúma e na Prefeitura, quando questionada sobre as relações de gênero:

Uma vez encontrei Iracema, que era esposa do proprietário do café. Disse a ela: – Iracema, acho que não venho mais tomar meu cafezinho aqui, porque me sinto tão mal, vejo que as pessoas me reprovarem porque entro num café que é frequentado na maioria por homens e que mulher nenhuma entra para tomar café, só eu entro [...]. Fui enfrentando, devagarinho fui enfrentando. Mas enfrentei muitas situações difíceis, muitas (Cherem, 2009 *apud* Waschinewski, 2020, p. 151).

De acordo com a autora, mesmo Jessy circulando em determinado segmento social em relação à grande parte das mulheres,

[...] mulher branca, pertencente à elite, professora primária e representante do governo para implementação de projetos educacionais, não estava imune ao que Perrot (1998) denomina de segregação sexual do espaço público o que demonstra a existência de lugares praticamente proibidos às mulheres (Waschinewski, 2020, p. 151).

A partir das memórias abordadas por Jessy, é possível se identificar em outras professoras, ex-secretárias, como a própria Marlene, o que nos faz refletir sobre as questões de gênero e as diversas formas de silenciamento impostas às mulheres em espaços públicos e no ofício de suas profissões.

Em relação à luta das mulheres, Louro (1997, p. 443) menciona Nísia Floresta⁵⁰:

Mulher metida a homem? Nísia Floresta, uma voz feminina revolucionária, denunciava a condição de submetimento em que viviam as mulheres no Brasil e reivindicava sua emancipação, elegendo a educação como instrumento através do qual essa meta seria alcançada.

Compreende-se, portanto, que o caminho para a superação das relações de poder entre homens e mulheres reside no rompimento das barreiras por meio da igualdade de gênero. A educação desempenha um papel crucial nesse processo, uma vez que foi através dela que as mulheres iniciaram sua trajetória escolar e, posteriormente, conquistaram espaço em diversas áreas, incluindo a feminização do

⁵⁰ Nísia Floresta, professora autodidata, escreveu, em meados do século XIX, o *Opúsculo Humanitário*.

magistério. Os textos de Nísia indicam que a educação não apenas possibilitou, mas continuará a possibilitar a real emancipação das mulheres.

Segundo Louro (1997), o processo de "feminização do magistério" pode ser compreendido como resultado de uma maior intervenção e controle do Estado sobre a docência, abrangendo a determinação do currículo, níveis de ensino, horários e salários, além da perda de autonomia das professoras.

As Escolas Normais transformaram-se em espaços predominantemente femininos, com a presença masculina gradualmente reduzida. Como Louro (1997, p. 454) observa, "seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras."

Embora a formação docente tenha visto um aumento significativo na presença feminina, estar nas salas de aula nem sempre garantiu a representatividade nas questões relativas ao gerenciamento, que frequentemente permaneciam sob a responsabilidade dos homens. O poder, portanto, continuava concentrado nas mãos de uma sociedade patriarcal, conforme ilustrado neste trecho do discurso:

Com exceção das escolas mantidas por religiosas onde as mães ocupavam posição superior, nas escolas públicas, foram os homens que detiveram posição superior, nas escolas públicas, por longo tempo as funções de diretores e inspetores. Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aulas, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo o sistema (Louro, 1997, p. 460).

A citação destaca a disputa de poder nos cargos de gestão, evidenciando que, embora as mulheres predominam na educação, tanto nas salas de aula quanto na gestão escolar, o poder masculino ainda predomina nos cargos de alta hierarquia na gestão pública das Secretarias de Educação.

Os documentos da Secretaria Municipal de Educação de Criciúma revelam a presença de várias mulheres à frente deste cargo, o que é um dado significativo na busca pela igualdade de gênero em diversos espaços de trabalho. No entanto, apesar de as mulheres constituírem a maior parte dos trabalhadores na educação, muitos cargos de maior responsabilidade continuam a ser ocupados predominantemente por homens. Como ressalta Louro (1997, p. 14), "admitindo que as palavras têm história, ou melhor, que elas fazem história, o conceito de gênero que pretendemos enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo."

Esta pesquisa, ao apresentar fragmentos da trajetória de Marlene e analisá-la no contexto das mulheres em busca de seu espaço nas esferas do poder público, mostra que tal movimento não ocorria apenas nas grandes capitais, mas também em diversas cidades brasileiras, com diferentes formas e estratégias. Essas mulheres não estavam imunes às formas de discriminação; pelo contrário, provavelmente enfrentaram preconceito de gênero, considerando que os gestores municipais eram predominantemente homens naqueles anos.

A invisibilidade das mulheres ao longo da História nos leva a questionar quais desafios sociais e obstáculos foram enfrentados nos cargos públicos de gerência na Rede Municipal de Educação de Criciúma. Quais foram os desafios enfrentados por Marlene enquanto mulher, secretária, mãe e professora? Embora seus objetivos e ações voltados para a valorização da mulher muitas vezes fossem discretos, sua trajetória revelou um constante embate pelo lugar social das mulheres. Mesmo sem promover uma bandeira explícita em suas ações, Marlene conseguiu superar barreiras de preconceito e enfrentar desafios, tornando-se uma protagonista na valorização das mulheres.

No contexto das discussões sobre gênero e a feminização do magistério na Educação Básica, observa-se a atuação de Marlene tanto nas salas de aula quanto em cargos de gestão. Ela enfrentou os desafios da docência e da luta, frequentemente velada, pela valorização das mulheres. Lopes e Galvão (2001, p. 75) afirmam que “mulheres mostraram que poderia haver outro tipo de educação e, mais ainda, que a educação não tem, como pensam alguns, controle sobre o futuro.” Marlene exemplifica como a educação pode ser um meio de transgredir e moldar o futuro.

Marlene descreve as profissionais que trabalhavam na Secretaria à época: eram duas orientadoras educacionais e pedagógicas, Iracema e Rúbia Milioli, uma terceira, a Jani, trabalhava na parte de digitação de documentos. Em seguida, foram chamadas mais duas mulheres, a professora Vandete, que ficou responsável pelos cadernos e os planejamentos; e Carmela Milanez, responsável por toda a parte administrativa. Segundo a entrevistada, as questões administrativas careciam de especial atenção “*quando eu olhei a parte administrativa eles não sabiam fazer nada, não tinha nada de documentações nas escolas que ficasse, que tivesse documento*” (Marlene, 2023, p. 10, primeira entrevista).

Maria Marlene Milaneze Just, mulher extremamente religiosa e com princípios morais e familiares que, com resiliência, vivenciou experiências sociais, políticas e educacionais que foram silenciadas, mas que nas suas ações de lutas de resistência, contribuiu para a construção de novos olhares e novas ações para as mulheres que a sucederam, sendo exemplo de luta, mesmo que velada. Lutou pelo espaço e conquista das mulheres na sociedade cricumense e deixou sua marca na Rede Municipal de Educação. Marlene, uma mulher com múltiplas camadas, entre elas, evidencia uma professora que recorda e constrói fragmentos do seu passado vivido com base no presente.

Olhar para seu percurso profissional, e sua participação na gestão educacional, permite observar o contexto educacional da época e todas as mudanças que estavam em curso naqueles anos.

Permitiu também compreender a trajetória de outras mulheres que adentraram espaços públicos que historicamente foram ocupados por homens. Significa também visibilizar a história das mulheres silenciadas pela história oficial.

5 CONCLUSÃO

O processo de pesquisa estabelece uma atividade científica básica que por indagação, reconstrução da realidade alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade, contudo estabelece pensamento e ação, já que nada pode ser intelectualmente um problema sem antes ter sido um problema da vida prática (Minayo, 2001, p. 17).

Para iniciar a conclusão deste estudo, recorro à reflexão de Minayo (2001), que destaca que todo processo de pesquisa é impulsionado por indagações que nos movem em nossos diversos ofícios. Ao nos dedicarmos a um objeto de estudo, começamos com algo que nos provoca, que nos retira da zona de conforto e que nos leva a construir novas versões e narrativas sobre o tema pesquisado. Esta dissertação seguiu esse princípio, onde a prática científica, conforme abordado por Minayo (2001), também teve impactos pessoais significativos, como a falta de informações, dados sistematizados e locais de pesquisa apropriados que permitissem um entendimento mais aprofundado da trajetória da educação municipal de Criciúma. Este desafio da vida prática transformou-se em um extenso empreendimento de busca documental e referencial teórico, com o objetivo de identificar caminhos de interpretação e narrar essa história.

Esta pesquisa não se pautou pela neutralidade; ao contrário, ela está intimamente relacionada com problemas contemporâneos, com o meu cotidiano de trabalho na Secretaria Municipal de Educação e, sobretudo, com a minha trajetória pessoal da pesquisadora. A paixão pela educação sempre permeou minha vida, desde os bancos escolares da infância, como filha de professora, até o papel de estudante. O ambiente escolar sempre fez parte do meu cotidiano, incluindo os bastidores escolares e as conversas compartilhadas em casa. Uma memória marcante desse período é o relato de minha mãe sobre a inauguração da Escola EEB Ministro Jarbas Passarinho, ocasião em que ela assumiu a gestão escolar em 1979. Durante sua gestão, eu era ainda um bebê e acompanhava minha mãe à escola, sendo amamentada e crescendo nos corredores daquela instituição.

Assim, minha vida tem sido moldada pela presença constante da educação, desde os primeiros anos de escolarização até a escolha pelo magistério e, posteriormente, a atuação como professora efetiva na Rede Municipal de Criciúma e pesquisadora em Educação. Esses momentos distintos, desde a infância até a carreira

profissionais são tão entrelaçados que é difícil mensurar com precisão o momento em que essa paixão pela educação começou.

Foram momentos e caminhos que me conduziram à construção desta pesquisa, que agora se aproxima da etapa final. Iniciar um estudo, começar a escrever em uma folha em branco é sempre um desafio, mas concluir uma pesquisa também se revela desafiador. É crucial reconhecer o momento adequado para colocar pontos finais, concluir ideias e análises, mesmo sabendo que elas não se esgotam e que novas perspectivas e documentos podem surgir. A pesquisa é, por sua natureza, um processo contínuo e potencialmente inesgotável. No entanto, todo pesquisador deve saber quando recuar e encerrar um estudo, sem, no entanto, fechar as portas para futuras investigações e produções a partir deste trabalho inicial.

Durante o processo de investigação e escrita, um dos principais desafios foi lidar com a dispersão documental e a ausência de um local centralizado que reunisse documentos sobre a Educação Municipal de Criciúma. Essa dificuldade destaca a importância da preservação dos documentos escolares, da organização de locais de pesquisa e da continuidade na produção de conhecimentos sobre a História da Educação Municipal. Foi necessário, portanto, empreender um esforço considerável para superar essas lacunas e avançar na construção desta pesquisa.

Nesse processo, foi necessário empreender um grande levantamento documental em diferentes locais, como o Arquivo Municipal Pedro Milanez, no Setor do Apoio Administrativo da Prefeitura, onde pude localizar os decretos; no Centro de Memória da Alesc⁵¹ (localizado em Florianópolis); no Centro de Memória da Educação do Sul de Santa Catarina – Virtual (CEMESSC), além dos documentos pessoais cedidos pela Professora Marlene e suas memórias abordadas por meio da História Oral.

Movida por essa reunião documental, atuei ativamente na elaboração do Projeto de Lei destinado à criação do Memorial da Educação Municipal de Criciúma, vinculado à Secretaria Municipal de Educação – SME (2023), que teve como desdobramento a aprovação da Lei nº 8.463, de 23 de outubro 2023, e que atualmente está em processo de implantação. Nesse sentido, ao me encaminhar para o final desta pesquisa, temos um embrião em pleno desenvolvimento. Um fruto que possivelmente

⁵¹ ALESC – Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

se desdobrará em um rico espaço de pesquisa, de visita para a comunidade em geral, um espaço formativo para professores e estudantes.

Neste processo, também foi mobilizado um amplo levantamento bibliográfico com estudos e conceitos como: História da Educação, História Oral, Nova História Cultural, fontes documentais e acervos escolares, bem como a presença da mulher na educação e nos cargos de gestão educacional. Este percurso me proporcionou amadurecimento teórico e, acima de tudo, forneceu-me lentes conceituais que me permitiram seguir na pesquisa. Ao término desta dissertação, muitas perguntas se encontram sem respostas e afirmo que isso é a beleza do estudo: o que ainda temos de percorrer e o que deixamos sem resposta, a fim de que outros/as pesquisadores/as se sintam aguçados/as.

Tendo como objetivo pesquisar ***Os Percursos da Educação Pública Municipal de Criciúma até o Centenário da Cidade***, tinha-se o desejo de observar a constituição e expansão da Rede Municipal de Criciúma. Sabia-se que os desafios seriam enormes, principalmente ao se considerar o recorte temporal que envolve um longo período marcado por profundas transformações. Foi preciso considerar que, na própria constituição do município, a criação das primeiras escolas se deu em torno dos primeiros núcleos de colonização. Do mesmo modo, foi preciso considerar as transformações econômicas e sociais decorrentes da atividade agrícola e, posteriormente, com as estruturas carboníferas, elementos esses que não puderam ser negligenciados ao longo da pesquisa, uma vez que a educação vai caminhando lado a lado com essas transformações, atendendo às necessidades impostas por cada período em questão.

Em relação ao período da exploração do carvão em Criciúma e região, observou-se, ao longo da pesquisa, as profundas marcas produzidas por essa atividade econômica, em especial com a construção de “bocas de mina, ramais de estradas de ferro e lavadores de carvão. Foram construídas também as vilas operárias e com elas, os armazéns, os clubes recreativos, os campos de futebol e as escolas onde iam estudar os filhos e filhas dos operários mineiros que, muitas vezes, também desempenhavam alguma função ligada à mineração” (Osório; Waschinewski, 2017, p. 33). Segundo os/as autores/as:

Esse foi um período de muitas transformações em toda a região e de intensa movimentação de pessoas que migravam, principalmente do litoral, em busca

de um emprego na crescente indústria do carvão. Emprego que traduzia o sonho de uma “vida melhor”. Eram homens e mulheres, crianças, jovens, adultos e idosos, muitas vezes famílias inteiras que buscavam uma oportunidade no sonho da modernidade (Osório; Waschinewski, 2017, p. 33).

Um dos exemplos encontrados ao longo do estudo, em que as necessidades impostas pelo cotidiano exigiram pensar a educação, foi a necessidade de espaços para abrigar e cuidar dos filhos e filhas dos mineiros. Essas situações exigiram respostas da Educação Municipal que, aos poucos, foi sendo conduzida para a expansão de seus serviços, com a construção de prédios escolares próprios, contratação de professores/as e suas respectivas formações.

Quando iniciei as investigações para a construção da seção intitulada *Maria Marlene Milaneze Just na Secretaria de Educação e Cultura, o avanço da escola pública*, tinha em mente encontrar uma vasta documentação e pesquisas sobre o assunto, a partir dos quais ocorreria a articulação entre as fontes documentais, como relatórios, jornais da época, além de entrevistas orais com a Professora Maria Marlene Milaneze Just. Para que essa tarefa acontecesse, não foi tão simples assim, foi necessário localizar e recuperar muitos desses documentos, bem como produzir outros na perspectiva metodológica da História Oral.

Na centralidade desta pesquisa, destacou-se uma personagem essencial para compreender o contexto educacional de Criciúma, articulada com uma vasta documentação reunida. A análise do passado permitiu entender várias questões presentes na Rede Municipal de Ensino, tais como a localização das escolas, os nomes dos prédios escolares, a contratação de professores e as mudanças nos prédios onde funcionou a Secretaria de Educação, entre outros aspectos. Para alcançar essa compreensão, foi necessário um movimento de recuo no tempo e uma análise do passado, que continua a influenciar o presente. A busca por informações, com o objetivo de responder às questões propostas, representa um esforço significativo, refletido em horas incansáveis de levantamento, organização e compilação de fontes, iniciado anos atrás com minha atuação como Coordenadora na Secretaria de Educação desde 2009. Este processo não se encerra aqui, pois muitas partes desse “quebra-cabeça” ainda estão por ser desvendadas.

A reunião desses documentos permitiu a sistematização de dados que, embora sujeitos a diversas interpretações, abrangem um período de cem anos do município. Este conjunto de informações cobre desde as primeiras iniciativas para a fundação de

escolas, passando pelos primeiros decretos relacionados a professores e delegados escolares, até a organização do ensino e suas modificações ao longo dos anos. A compilação de quadros estatísticos sobre escolas, professores e número de alunos revelou-se essencial para a produção de novos conhecimentos e narrativas. Concorde-se, portanto, com a reflexão de Vasconcelos (2014, p. 35), que afirma:

No entanto, a história da educação não está pronta e adormecida em algum lugar aguardando o pesquisador que queira estudá-la, muito menos os fatos e seus registros estão prontos e acabados, reunidos em uma pilha de documentos que possam revelar o real histórico em si ou aquilo que se deseja venha ser uma realidade histórica.

Nesse viés, ela parte de iniciativas, da formulação de problemas investigativos, dos problemas cotidianos que exigem respostas e nos conduzem a olhar para as múltiplas faces do passado. Ou seja, não existe algo pronto, esperando para ser contado, é necessário um grande investimento de produção desse passado, com a organização das informações, com o cruzamento das fontes, localizando documentos, conversando com pessoas e, sobretudo, com a articulação teórica.

A criação da Lei nº 8.463, de 23 de outubro 2023, ação em âmbito da administração municipal, que dispõe sobre a criação do Memorial da Rede Municipal de Educação de Criciúma, em processo de construção, é apenas o primeiro passo dessa caminhada para a preservação e valorização histórica da Rede Municipal de Educação que atravessa e é atravessada pela história da cidade e dos sujeitos que fazem parte dela. A criação desse memorial foi um dos resultados desta pesquisa que, de alguma forma, contribuirá para a história e a historiografia da educação da região sul de Santa Catarina. É sabido que:

A atenção que os historiadores da educação crescentemente vêm atribuindo aos arquivos escolares radica numa atitude de diálogo plural, em que a questão das fontes de informação emerge como uma prioridade no quadro teórico-metodológico da história da educação e da história cultural. Torna-se urgente localizar, sistematizar, organizar e divulgar essas fontes, problematizando-as e validando-as, de forma que elas possam alimentar os novos temas e objectos de estudo incluídos no campo científico da história da educação: os alunos, nas suas especificidades (como a atenção renovada que tem sido dada à infância), os professores e a profissão docente, a formação de professores, as instituições escolares, a educação não formal, as questões de género, os públicos escolares minoritários, os quotidianos escolares, os saberes pedagógicos, a circulação e a apropriação de modelos culturais e as formas que os veiculam (Mogarro, 2005, p. 88).

O tópico *O Centenário de Colonização da Cidade de Criciúma, os desafios* foi dedicado a observar os preparativos para o centenário, bem como a atmosfera que tomou conta da cidade e dos envolvidos no evento. Para nos aproximarmos desse período, foi fundamental observar a participação da Professora Maria Marlene Milaneze Just, tanto na Secretaria Municipal de Educação quanto na Comissão de Cultura. Essas aproximações foram possíveis graças às entrevistas concedidas por ela, por meio de seus documentos pessoais e de outras fontes encontradas no acervo de Pedro Milanez, como fotografias e jornais.

Ao longo da escrita desta seção, constatei a relevância do evento comemorativo, que mobilizou diversos setores da Prefeitura e diferentes segmentos econômicos e sociais, com destaque para as exposições e apresentações étnico-culturais. Verificou-se que, durante esse período, houve a construção de novas identidades para o município, além da sua associação tradicional com o carvão. Esse processo buscou valorizar determinados grupos étnicos, embora alguns silenciamentos também tenham ocorrido.

A Professora Maria Marlene Milaneze Just enfrentou diversos desafios ao longo de sua gestão e coordenação dos trabalhos para as festividades do centenário de imigração da cidade. Esses desafios foram evidenciados tanto pelas entrevistas concedidas por ela quanto pelos relatos sobre a construção do livro *A Semente que Deu Bons Frutos*. Esta obra desempenhou um papel crucial ao registrar os testemunhos dos primeiros imigrantes e de seus descendentes, sendo indispensável para recontar a história da colonização. Sem o esforço envolvido na sua produção, seria impossível reconstruir a narrativa desse período.

Após 144 anos da fundação do Município, Criciúma emerge como uma cidade em pleno desenvolvimento, com uma economia diversificada que abrange comércio e indústria. Localizada entre as capitais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, Florianópolis e Porto Alegre, respectivamente, a cidade passou por uma transformação significativa.

O Centenário de Colonização da Cidade de Criciúma (1880-1980) deixou marcas indeléveis e moldou a identidade do município. Durante a celebração, foram realizadas atividades culturais e implementadas obras estruturantes que ainda hoje são marcos na cidade. A transição de Criciúma de uma cidade associada ao carvão para uma cidade das etnias foi acompanhada pelo desenvolvimento econômico em

novas indústrias e pela diversidade de segmentos, refletindo uma mudança de paradigmas e a busca por uma identidade mais ampla e inclusiva.

Ao investigar a atuação da Professora Marlene nesse período, foi possível concluir que ela se envolveu diretamente nos preparativos do Centenário, tanto como ocupante da pasta da Educação quanto da Comissão de Cultura, para os quais organizou e propôs ações a partir de ambas as frentes de trabalho. É possível pensá-la como uma mulher polivalente, que circulou em diferentes espaços, que esteve em contato com diferentes redes políticas e de sociabilidade. Investigar partes de seu percurso é uma forma de contribuir para a construção da valorização das mulheres na sociedade em diferentes áreas, pois pesquisas acadêmicas que versam sobre mulheres contribuem para visibilizar personagens pouco lembradas em nossa sociedade.

Por fim, conclui-se que o Centenário representou um evento que mexeu com o cotidiano da cidade, despertando uma espécie de efervescência pelo menos em uma boa parte dela. Foram eventos, exposições das diferentes atividades econômicas desenvolvidas no Município, inaugurações de prédios públicos, shows nacionais e locais, entre outros. Ou seja, mesmo aqueles que não estavam diretamente envolvidos com o Centenário possivelmente ouviram falar de alguns de seus eventos, uma vez que suas marcas ficaram registradas nas reportagens de jornais, em documentários e em algumas edificações construídas para essa data.

Na seção *Mulheres que ocupam cargos de gestão na área da educação*, contou-se um pouco da história da Rede Municipal de Educação de Criciúma, por meio de uma vasta documentação e das entrevistas com a Professora Marlene, dialogando sobre esses espaços de poder e a relação das mulheres. Destacam-se aspectos biográficos da Professora Maria Marlene Milaneze Just, sua nomeação para a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Criciúma, bem como um panorama da presença das mulheres que ocuparam esse cargo.

Um ponto importante neste processo foi realizar o levantamento de informações sobre ex-Secretários/as de Educação do Município de Criciúma, ação que tinha como objetivo inicial construir uma cronologia dos/as ocupantes do cargo. Neste processo, foi possível acessar as nomeações, reunir informações biográficas sobre os ocupantes do cargo, bem como observar quantos homens e quantas mulheres estiveram à frente da pasta, em quais períodos e por quanto tempo permaneceram. Essa etapa da

pesquisa foi importante para pensar as mulheres na Educação, não apenas como secretárias, mas em seus diferentes espaços, como diretoras, professoras, produtoras de conhecimento, em cargos técnicos, entre outros espaços.

A ação de busca por esses/as ocupantes acabou se desdobrando na criação da galeria dos ex-Secretários de Educação do Município, o que nos faz refletir que a memória está localizada no presente, que precisamos desses espaços de memória para produzir a História, em especial a História da Educação.

Pode-se descrever que o número de mulheres que ocuparam o cargo de Secretária de Educação foi superior ao de homens, das 32 nomeação ao cargo, 67% foram mulheres, um número expressivo para um espaço de gestão pública, historicamente ocupado por homens. Os desafios vivenciados por essas mulheres foram muitos, pois as lutas e tensões de poder sempre estiveram presentes.

A Secretária Maria Marlene Milaneze Just, apesar de silenciar os desafios encontrados na sua gestão por ser mulher, acredita-se que transgrediu com suas ações e se afirmou enquanto profissional qualificada. Sua conduta frente à Secretaria e às festividades do Centenário de Colonização foi intensa e exemplar para outras mulheres em seu tempo, contribuindo para um novo olhar sobre as mulheres e os diferentes trabalhos exercidos por elas, no sentido de valorizá-las no processo de construção social.

A respeito das memórias da Professora Marlene, pode-se concluir que não foi uma tarefa simples interpretar as lembranças e os esquecimentos, de acordo com Bosi (2004, p. 39), “[...] a memória é um cabedal infinito, do qual só registramos um fragmento”. Também se concluiu que, neste processo, foi fundamental ouvir outras fontes documentais, conversar com outras pessoas e interrogar tanto suas memórias quanto os documentos mobilizados ao longo do estudo. Foram conhecidos os desafios de lidar com a pressão que se espera do pesquisador ao entregar seu trabalho, quando se lida com sujeitos que estão vivos e aguardam uma versão de si contada por outro.

Diante disso, é necessário considerar a História Oral como “[...] portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que sob certo aspecto condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamente em foco os depoimentos orais” (Ferreira, 2002, p. 3). Por fim, pode-se concluir que, neste processo, é certo que existam tensões no manejo das temporalidades – passado e presente.

Considera-se então que confiar apenas nas lembranças das testemunhas sobre os acontecimentos não é viável para a pesquisa acadêmica, sendo de fundamental importância a alternativa construída ao longo deste estudo, ou seja, o entrecruzamento entre as diferentes fontes documentais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar memórias e gestar história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. **CLIO-Série História do Nordeste**, n. 15, 1994.

AMADO, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **Revista História Unesp**, São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995.

ARNS, Otília (coord.). **Criciúma 1880-1980: a semente deu bons frutos**. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1985.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, n. 21, 1998.

AZEVEDO, Fernando de *et al.* **O manifesto dos pioneiros da educação nova: reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo**. Movimento de Renovação Educacional, 1932.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CASAGRANDE, Maria Helena. **Educação e memórias: a Escola Isolada Capela de São Roque nas lembranças de ex-alunos/as (Criciúma 1940 - 1950)**. 48 f. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

CASTILHOS, Zuleica Carmen. **Metodologia para o monitoramento da qualidade das águas da Bacia Carbonífera Sul Catarinense: ferramenta para gestão em poluição ambiental**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CHAUCOSKI, Elisandra Rosso Bicca. **Jardim de infância e alfabetização: memórias de uma professora e vestígios de suas primeiras experiências (década de 1980)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2014.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória [Apresentação]. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CHAVES, Marisa Terezinha. Nome do capítulo. *In*: COSTA, Marli de Oliveira; CÂMARA, Maurício Ruiz. **A cidade como texto**: tecendo saberes e conhecendo Criciúma. São Paulo: Baraúna, 2010. p. xx-xx.

COSTA, Marli de Oliveira. A comunidade e a escola. *In*: RABELO, Giani; VOLPATO, Gildo; LOURENÇO, Leila; COSTA, Marli de Oliveira (orgs.). **Escola Casemiro Stachurscki**: das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal. Criciúma: Unesc, 2005. p. 13-35.

COSTA, Marli de Oliveira; CÂMARA, Maurício Ruiz. **A cidade como texto**: tecendo saberes e conhecendo Criciúma. São Paulo: Baraúna, 2010. 531 p.

CRICIÚMA. Câmara Municipal de Criciúma. Lei nº 8.463, de 23 de outubro de 2023. Dispõe sobre a criação de um memorial para a preservação dos acervos documentais e tridimensionais, objetos, suportes materiais, obras e outros bens de valor histórico, ligados à história da Educação no Município de Criciúma/SC, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município de Criciúma**: seção 1, Criciúma, SC, 23 out. 2023.

CRICIÚMA. Secretaria de Educação e Cultura. **Relatório**: histórico das escolas municipais – 1982. Criciúma, SC: SEC, 1982.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral, memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FANFULLA. **Il Brasile e gli italiani**. São Paulo, 1909.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FERMO, Diego. Prefácio I. *In*: COSTA, Marli de Oliveira; OSÓRIO, Paulo Sérgio (orgs.). **Memórias e identidades**: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina. Tubarão, SC: CopiArt, 2017. p. 6-7.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOULART, Angélica da Silva. **A construção da trajetória/identidade de uma educadora em criciúma na década de 1960**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos. **Revista HISTEDBR** [On-line], Campinas, n. 58, p. 68-77, set. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3RXzOqv>. Acesso em: 5 jul. 2024.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KREUZ, Lúcio. Escolas técnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). **Poiésis**, Tubarão, v. 3, n. 5, p.71-84, jan./jun. 2010.

KURTZ, Patricia Eufrazio. **A história do CEI AFASC Carmela Benedete Casagrande**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP: Unicamp, 1990. (Coleção Repertórios).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**: o que você precisa saber sobre. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p. 3-31.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. Artesãos da palavra: cartas a um prisioneiro político tecem redes de idéias e afetos. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (orgs.). **Destinos das letras**: história, educação e escrita epistolar. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001. p. 9-30.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo**, Feira de Santana, n. 1, p. 71-84, 2006.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 10, p. 75-99, jul./dez. 2005.

NASCIMENTO, Dorval do. **As curvas do trem**: a presença da estrada de ferro em Criciúma (1919 - 1975): cidade, modernidade e vida urbana. 178 f. 2000.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

NASPOLINI FILHO, Archimedes. **Criciúma**: 70 anos 1925/1995. Criciúma, SC: Do Autor, 1995.

NASPOLINI FILHO, Archimedes. **De Cresciúma a Criciúma**: 1880 a 1980. Criciúma, SC: NeuroDigital, 2008.

NERY, Olivia Silva. Objeto, memória e afeto: uma reflexão. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 10, n. 17, jul./dez. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3LjrpKd>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OLIVEIRA, Beatriz Beloli. **O projeto pelotão esperança de Criciúma (1993-2013)**: uma instituição educativa. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

ORSO, Paulino José. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. esp., p. 228-238, maio 2012.

OTTO, Clarícia. **Catolicidades e italianidades**: jogos de poder no Médio Vale do Itajaí-Açu e no sul de Santa Catarina. 271 f. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PIMENTEL, José; BELOLLI, Mário. **Apontamentos para uma história de Criciúma**. Criciúma, SC: Dos Autores, 1974.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo, n. 14, fev. 97, p. 25-39, 1997.

QUADROS, Joice (org.). **Criciúma**: um breve relato de seus 140 anos: 1880-2020. Criciúma, SC: Secretaria de Educação, 2020. 22 p.

RABELO, Giani *et al.* (org.). **A escola na colina**: Grupo Escola Núcleo Hercílio Luz (1905-2002). Criciúma: Unesc, 2003.

RABELO, Giani *et al.* (org.). **Das memórias à história: a trajetória da Escola Pública Municipal Padre José Francisco Bertero**. Santa Cruz do Sul, RS: EdUnisc, 2010.

RABELO, Giani *et al.* (org.). **Lutas e conquistas: história e memória da escola pública municipal Honório Dal Toé**. Criciúma, SC: Edi Unesc, 2007.

RABELO, Giani. As pedagogias missionárias e o atendimento à primeira infância na Vila Operária de Fiorita (Siderópolis-SC). **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, p. 97-124, 2022.

RABELO, Giani. Memórias, objetos e arquitetura: um pouco da cultura escolar de uma escola pública catarinense. **Cadernos de Pesquisa**, Curitiba, v. 3, n. 5, p. 95-112, 2008.

RABELO, Giani; COSTA, Marli de Oliveira; LOURENÇO, Leila (orgs.). **Escola Casemiro Stachurski: das aulas particulares/comunitárias ao ensino público municipal**. Criciúma, SC: EdiUnesc, 2005.

RICCI, Elaine Cristina; SANTIAGO, Rosemary Aparecida. Notas históricas de contextualização: a influência dos organismos internacionais nas políticas educacionais da descentralização do ensino nos municípios. *In: COLÓQUIO DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO*, 3., 2022, São Carlos. **Anais...** São Carlos, SP: UFSCar, 2022. p. 184-195.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil: 1930-1973**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

ROSEMBERG, Flúvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. 555 p.

ROSSO, Graziela Pavei Peruch. **Finalmente... Temos uma escola normal!:** saberes e práticas na formação de normalistas na Escola Normal Madre Teresa Michel (1958-1973). 202 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

SALLES, Moacyr; STAMPA, Inêz. Ditadura militar e trabalho docente. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, a. 14, n. 23, 2016.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Profissionalização do magistério feminino: uma história de emancipação e preconceitos. *In: REUNIÃO ANUAL DA*

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23., 2000, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: Anped, 2000. p. 1-18.

SCHARDOSIM, Jane Ester Faraco. **Antes da EEB João Frassetto**: lembranças da escola pública mista da margem da estrada geral (Criciúma 1905-1960). 56 f. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2011.

SERAFIM, Marjourie Mariano. **Lembranças femininas do Jardim de Infância da Vila Operária da Próspera (década de 1960)**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

SILVA, Livia da (org.). **Criciúma**: uma história de todos. Criciúma, SC: Delta Print, 2020a.

SILVA, Livia da. A evolução territorial de Santa Catarina. *In*: QUADROS, Joice (org.). **Criciúma**: um breve relato de seus 140 anos: 1880-2020. Criciúma, SC: Secretaria de Educação, 2020b. p. 17-22.

THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. Pesquisa em história da educação: acervos, arquivos e a utilização de fontes. **Fronteiras**, Anápolis, v. 3, n. 3, p. 33-47, jul./dez. 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a história da educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 177-194, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29-45, jul./dez. 2010.

VIRTUOSO, Tatiane dos Santos. **Disputas de identidades**: a nacionalização do ensino em meio aos ítalo-brasileiros (1900-1930). 151 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

WASCHINEWSKI, Susane da Costa. **Biblioteca de orientação da professora primária**: as regras de civilidade no conteúdo de estudos sociais do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar - PABAE (1956-1964). 151 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017.

WASCHINEWSKI, Susane da Costa. **Jessy Cherem (1929-2014)**: percursos da professora catarinense e seu arquivo em três tempos. 251 f. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

WASCHINEWSKI, Susane da Costa; OSÓRIO, Paulo Sérgio (orgs.). **Memórias e identidades**: as estruturas carboníferas como patrimônio cultural de Santa Catarina. Criciúma, SC: EdiUnesc, 2017.

ZAMPOLI, Fábio Alexandre Belloli. Nos festejos do centenário: a cidade das etnias. *In*: GONÇALVES, Gesiel da Silveira *et al.* **Aconteceu no século XX**: movimentos que movimentaram Criciúma. Criciúma, SC: Do Autor, 2003. p. 129-138.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Projeto de Pesquisa:

**PROFESSORA MARIA MARLENE MILANEZE JUST NA GESTÃO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRICIÚMA (1977–1982):
MEMÓRIAS SOBRE AS COMEMORAÇÕES DO Centenário DO MUNICÍPIO EM
TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO**

Essa investigação tem por objetivo estudar a história e a trajetória de vida da Professora Maria Milaneze Just, sua atuação como Secretária de Educação no Município de Criciúma (1977–1982), os desafios frente à gestão educacional direcionados por uma mulher. Abordaremos os acontecimentos políticos, sociais e econômicos nesse período da História que o país vivenciava, o fim da ditadura e a redemocratização, que contribuíram para esse processo de construção educacional, social e econômica na qual a cidade se constituía. Nesse cenário local, a cidade se preparava para vivenciar as festividades do Centenário da Colonização e a Professora Marlene teve um papel importante nesse contexto histórico. Questionamos o lugar e o papel de poder que a Professora ocupou, as suas motivações, como ela se constituiu enquanto Secretária, fazendo uma reflexão bibliográfica do papel das mulheres, com os desafios, a feminização do magistério e as desigualdades de gênero. Na essência, a premissa feminina na educação é a ocupação desses lugares de poder e as ausências e silenciamentos que serão encontrados nas pesquisas documentais e na entrevista oral.

ENTREVISTADA: Maria Marlene Milaneze Just

Identificação do entrevistado/a Nome:

Data nascimento:

Local de nascimento:

Estado civil:

Nome do pai:

Nome da mãe:

Endereço residência:

Telefone:

E-mail:

Data e local da entrevista:

1. Você poderia se apresentar, contar quem você é desde questões pessoais, onde nasceu, infância até chegar em sua vida profissional?
2. O que te motivou a trabalhar na Educação?
3. Conte sua trajetória até chegar na Secretaria de Educação, seus locais de trabalho.
4. Como foram os anos em que esteve na Secretaria de Educação? Se possível, aborde desafios e alegrias do período.
5. Você recorda como foram os preparativos para o Centenário do Município?
6. Como a Secretaria de Educação adotou para se integrar na agenda da festividade? Você recorda desse período?
7. Em relação ao cenário político e aos debates educacionais, quais os desafios desse período?
8. Em relação à equipe de trabalho daqueles anos, você recorda quantas mulheres havia na Secretaria de Educação? Você recorda os nomes delas?
9. Quais suas recordações de como era ser uma mulher na gestão naqueles anos?
10. Quais outras recordações do período você gostaria de contar?

ANEXO B – ENTREVISTA COM EX-FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO QUE TRABALHARAM COM A PROFESSORA MARIA MARLENE
MILANEZE JUST

Identificação do entrevistado/a Nome:

Data nascimento:

Local de nascimento:

Estado civil:

Nome do pai:

Nome da mãe:

Endereço residência:

Telefone:

E-mail:

Data e local da entrevista:

1. Você poderia se apresentar, contar quem você é desde questões pessoais, onde nasceu, infância até chegar em sua vida profissional?
2. O que te motivou a trabalhar na Educação?
3. Conte sua trajetória até chegar na Secretaria de Educação, seus locais de trabalho.
4. Como foram os anos que esteve na Secretaria de Educação? Se possível, aborde desafios e alegrias do período.
5. Como você se recorda da gestão da professora Maria Marlene Milaneze Just?
6. Você recorda como foram os preparativos para o Centenário do Município?
7. Como a Secretaria de Educação adotou para se integrar na agenda da festividade? Você recorda desse período?
8. Em relação ao cenário político e aos debates educacionais, quais os desafios desse período?
9. Quais eram os embates vivenciados pela gestão e pela Professora Maria Marlene Milaneze Just?
10. Em relação à equipe de trabalho daqueles anos, você recorda quantas mulheres havia na Secretaria de Educação? Você recorda os nomes delas?
11. Quais suas recordações de como era ser uma mulher na gestão naqueles anos?
12. Quais outras recordações do período você gostaria de contar?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE****Título da Pesquisa**

PROFESSORA MARIA MARLENE MILANEZE JUST NA GESTÃO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CRICIÚMA (1977–1982):
MEMÓRIAS SOBRE AS COMEMORAÇÕES DO Centenário DO MUNICÍPIO EM
TEMPOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Objetivo: Conhecer, por meio da gestão da Professora Maria Marlene Milaneze Just na Secretaria Municipal de Educação de Criciúma (1977–1982), o contexto da comemoração do centenário da cidade em meio ao contexto político e educacional do período.

Período da coleta de dados: 03/04/2023 a 31/05/2023

Tempo estimado para cada coleta: 1h30min

Local da coleta: a combinar com o entrevistado

Pesquisador/Orientador: Dra. Giani Rabelo

Telefone: (48) 3433-8476

Pesquisador/Acadêmico: Cristiane Maccari Uliana Fretta

Telefone: (48) 9950-1190

Doutorado do Programa Pós-Graduação em Educação da Unesc

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas com essa. No entanto, fui

orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/indiretos e imediatos/tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2 da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos esses assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS – Conselho Nacional de Saúde, podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA
--

A metodologia utilizada para compor o <i>corpus</i> da pesquisa será a História Oral temática. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com a Professora Maria Marlene Milaneze Just e, possivelmente, com outros funcionários que com ela trabalharam, tendo como objetivo compreender a trajetória dessa mulher que foi responsável por seis anos na condução das ações da Rede Municipal de Educação de Criciúma, bem como agente do processo de organização das comemorações do centenário da cidade. Será feito um contato inicial convidando o futuro entrevistado. Será realizado o agendamento da entrevista, na oportunidade ocorrerá a leitura deste termo e sua assinatura caso aceite participar da pesquisa. Para a realização da entrevista, serão realizadas cerca de dez perguntas, cujas respostas terão a gravação de áudio coletada. Após a realização das entrevistas, ocorrerá a transcrição e o tratamento do conteúdo da entrevista. Na transcrição, não ocorrerá interferências no conteúdo, apenas pequenas correções ortográficas caso necessário para limpar ocasionalmente algum vício de linguagem.
--

RISCOS

Os riscos aos entrevistados serão os mínimos possíveis, visto que o entrevistado poderá escolher as perguntas que responderá. A participação ocorrerá por meio de entrevista semi-estruturada direcionada ao participante. Caso ocorra algum

desconforto por parte do entrevistado, ele poderá suspender a entrevista se assim desejar.

BENEFÍCIOS

Os participantes podem se beneficiar do estudo por meio da construção da narrativa histórica em que esses estão inseridos, valorizando suas trajetórias profissionais.

Declaro, ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a Resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de uma e outra sido entregue ao(à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) Cristiane Maccari Uliana Fretta pelo telefone (48) 9950-1190 e/ou pelo e-mail cristianemfretta@gmail.com.

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC.

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

ASSINATURAS	
Voluntário(a)/Participante	Pesquisador(a)/Responsável
_____ Assinatura	_____ Assinatura
Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

Criciúma (SC), XX de XXXXXXXXXX de 20XX.

ANEXO D – DECRETOS EM QUE SE ENQUADRAM AS NOMEAÇÕES DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE CRICIÚMA

Decreto Estadual nº 700/1942

Lei nº 48, de 1º de setembro de 1950 – Primeiro Estatuto

Lei nº 330, de 22 de junho de 1961 – Criou a Diretoria de Educação, Saúde e Assistência Social

Lei nº 48, de 1º de setembro de 1950 – Transforma a Diretoria em Secretaria (Art. 94)

Lei nº 1, de 4 de março de 1963

Lei nº 839, de 14 de setembro de 1971 – Cria a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social e, a partir de 1985, houve várias mudanças de nomenclatura

Lei nº 811, de 19 de abril de 1971

Lei nº 1.985, de 3 de agosto de 1983

Lei nº 2.378, de 25 de maio de 1989

Lei nº 2.828, de 15 de março de 1993

Lei nº 3.370, de 13 de dezembro de 1996

Lei Complementar nº 006, de 30 de dezembro de 1994

Lei nº 3.370, de 13 de dezembro de 1996

Lei Complementar nº 014, de 20 de dezembro de 1999

Lei nº 3.856, de 25 de agosto de 1999

Lei nº 4.113, de 21 de dezembro de 2000

Anexo IV-A da Lei Complementar nº 014, de 20 de dezembro de 1999

Lei nº 4.657, de 16 de junho de 2004

Leis Complementares nº 012, nº 013 e nº 014, de 20 de dezembro de 1999

Lei Orgânica Municipal, de 5 de julho de 1990

Lei nº 5.145, de 26 de março de 2006

Lei Complementar nº 106, de 31 de janeiro de 2014

Lei Complementar nº 203, de 18 de janeiro de 2017

**ANEXO E – QUADRO DE NOMEAÇÃO DE PROFESSORES MUNICIPAIS DE
CRICIÚMA DESDE 1927**

Resolução	Atos
[10] - 15/01/1927	Nomeia Olivia Westphal para o cargo de professor. 1ª Linha Sangão
[11] - 20/01/1927	Nomeia Luiza Ros para o cargo de professor. 4ª Linha Sangão
[12] - 18/01/1927	Nomeia Leopoldina Rocha, para o cargo de professor. Vila Nova
[13] - 22/01/1927	Nomeia João Cândido da Silveira para o cargo de professor. Fachinalzinho
[14] - 22/01/1927	Nomeia Martinho Redieri para o cargo de professor. Linha Anta
[15] - 28/01/1927	Nomeia Luiz Ignácio da Silva para o cargo de professor. Lagoa dos Esteves
[16] - 01/03/1927	Nomeia Júlia de Freitas para o cargo de professor. Urussanga Velha
[17] - 01/03/1927	Nomeia Luiza Nicolazzi Gomes para o cargo de professor. Esplanada
[18] - 05/03/1927	Nomeia Rheno Pescador para o cargo de professor. Rio do Meio
[19] - 05/03/1927	Nomeia Alayde Queluz para o cargo de professor. N.S do Carvalho
[20] - 06/03/1927	Nomeia Etelvina Ceriaco para o cargo de professor. Rio Morto Baixo
[21] - 18/04/1927	Nomeia Pedro Biava para o cargo de professor. Linha Ex. Patrimônio
[22] - 02/05/1927	Nomeia José Maria Sommer para o cargo de professor. Sanga do Engenho
[23] - 22/05/1927	Nomeia Amália Michels para o cargo de professora. São Bonifacio
[25] - 02/06/1927	Nomeia Annita Umbilina de Bittencourt para o cargo de professor. São Bom Jesus
[26] - 02/06/1927	Concede Exoneração ao professor Martinho Ridieri. Linha Anta
[27] - 02/06/1927	Nomeia Etelvino A.Cabreira para o cargo de professor. São Raphael
[28] - 28/06/1927	Nomeia Maria Mezzari para o cargo de professor. Morto Alto
[34] - 30/09/1927	Nomeia Maria Carolina da Silva para o cargo de professor.
[35] - 01/02/1928	Exonera os professores: Luiz Ignácio da Silva, João Cândido Silveira, José Maria Sommer, Etelvino Cabreira, Júlia de Freitas Gomes, Amália Michels, Annita Umbelina, Pedro Biava e Maria Carolina da Silva.
[36] - 02/02/1928	Nomeia Maria Silva para o cargo do professor. São Bom Jesus
[38] - 31/05/1928	Nomeia Amália Michels para o cargo de professor. São Bonifacio
[39] - 31/05/1928	Exonera a professora Maria Silva. São Bom Jesus
[40] - 01/06/1928	Nomeia João da Rocha Pôrto para o cargo de professor. Lagoa do Estevão

[42] - 23/10/1928	Exonera a professora Maria Mezzari. Rio Morto Alto
[43] - 30/01/1929	Nomeia Amélia Souza para o cargo de professor. Fachinalzinho
[44] - 30/01/1929	Cria a escola Sangão Central e nomeia Olívia Vestphal para o cargo de professor.
[45] - 22/03/1929	Nomeia Iria M.Mazzucdo para o cargo do professor. São Bom Jesus
[46] - 22/03/1929	Exonera Olívia Vestphal do cargo do professora e nomeia para substituir a professora Maria de Oliveira. Sangão Central
[48] - 23/03/1929	Nomeia Francisco Skrabski para o cargo do professor. Linha Ribeirão
[50] - 05/04/1929	Nomeia Ignácio Manoel da Silva para o cargo de professor. Rio Cedro Alto
[51] - 05/04/1929	Nomeia Otilia Cardoso de Oliveira para o cargo de professor. São Raphael
[53] - 22/07/1929	Nomeia Amália Venturini para o cargo de professor. São Ex. Patrimônio
[54] - 01/08/1929	Cria a escola N.S. Pedro e nomeia Leonídia Gomes para professora. Nova Veneza
[56] - 01/09/1929	Nomeia Ema Cesca, para o cargo de professor. São Simão
[59] - 31/01/1930	Nomeia Maria Helena Dajori, para o cargo de professora. Nova Veneza
[60] - 31/01/1930	Nomeia João Baptista Bornelli para o cargo de professor. São Pedro D. Nova Veneza
[61] - 02/03/1930	Nomeia José Maria Sommer para o cargo de professor. Sanga do Coqueiro D. Nova Veneza
[62] - 20/03/1930	Exonera professora Alayde Queluz. Capela N. S. do Carvalho
[63] - 20/03/1930	Exonera professora Maria Helena Dajori. Rio Morto
[64] - 20/03/1930	Exonera a professora Emma Cesca. São Simão
[65] - 20/03/1930	Exonera professora Leonídia Gomes. Nova Veneza
[66] - 20/03/1930	Exonera a professora Othília Cardoso de Oliveira. São Raphael
[67] - 20/03/1930	Nomeia Maria de Oliveira para o cargo de professor. Rio Cedro Medio
[68] - 01/05/1930	Nomeia Iria Zaudomênego para o cargo de professor. Linha Batista
[69] - 30/06/1930	Exonera a professora Iria Mazzucco. São Bom Jesus
[70] - 15/08/1930	Exonera a professora Iria Zaudomênego. Linha Batista
[06] - 01/03/1931	Nomeia Maria Helena Dajori para o cargo de professor. São Francisco do Rio Morto
[07] - 01/03/1931	Nomeia Luiza Nunes Madeira para o cargo de professor. 1ª Linha Sangão
[08] - 01/03/1931	Nomeia Pedro Martinelo para o cargo de professor. São Simão Estrada Cocal
[09] - 20/03/1931	Nomeia Leopoldina do Nascimento para o cargo de professor. Santa Cruz 1ª Linha
[10] - 23/03/1931	Nomeia Thereza Zarnader para o cargo de professor. N. S do Carvalho
[11] - 13/05/1931	Nomeia João José de Freitas para o cargo de professor. São Bom Jesus

[12] - 15/05/1931	Concede exoneração ao professor Ignácio Manoel da Silva e nomeia Demétrio Zanoni para o mesmo cargo. Rio Cedro Alto
[13] - 15/05/1931	Gratifica mensalmente a escola musical de Crescuma para a importância de 50\$00.
[14] - 03/02/1932	Concede exoneração a professora Amélia de Souza, remove a professora Maria Leopoldina de Nascimento e nomeia Rosa Manente para o cargo de professor. Santa Cruz
[15] - 03/02/1932	Concede licença a professora Rosa Manente e nomeia Maria Leopoldina de Nascimento para substituí-la. Santa Cruz
[16] - 05/11/1932	Concede exoneração à professora Lídia Michels. São Bonifácio
[17] - 01/02/1933	Concede exoneração à professora Demétria Zanoni. Rio Cedro Alto
[18] - 01/04/1933	Designa Ignácio Manoel da Silva como professor provisório. Rio Cedro
[19] - 16/06/1933	Nomeia Edésio Faraco para o cargo de professor. São Simão
[04] - 01/09/1933	Exonera Angelo Dagostin, do cargo de Delegado Escolar, da escola de Sta Cruz e nomeia Atilio Rosso para o mesmo cargo.
[05] - 01/09/1933	Concede exoneração a Angelo Guidi do cargo de Delegado Escolar de Primeira Linha e nomeia Batista Pagni para o mesmo cargo.
[06] - 01/09/1933	Concede exoneração a Manoel Andre de Aguiar do cargo de Delegado Escolar de Vila Nova e nomeia José Flor para o mesmo cargo.
[07] - 01/09/1933	Nomeia Paulo Guse para o cargo de professor provisório. São Bonifácio
[08] - 11/10/1933	Concede exoneração a professora Maria de Oliveira. Rio Cedro Medio
[02] - 11/10/1933	Exonera Pedro Martinello do cargo de professor. São Pedro
[03] - 31/01/1934	Nomeia Amabile Pavan para o cargo de professor. São Pedro
[04] - 31/01/1934	Nomeia Nilo João Michels para o cargo de professor provisório.
[06] - 17/02/1934	Nomeia Miguel Francisco Gonçalves para o cargo de professor.
[07] - 03/04/1934	Remove a escola de Explanada para Rio Morto.
[08] - 03/04/1934	Concede exoneração a professora Luiza N.Gomes. Esplanada
[09] - 30/04/1934	Nomeia Maria de Oliveira para o cargo de professor.
[10] - 30/04/1934	Nomeia Afonso Antônio Ghelere para o cargo de Delegado Escolar da escola de Rio Morto.
[11] - 02/05/1934	Concede exoneração ao professor Nilo João Michels. Rio Cedro Medio
[12] - 01/06/1934	Nomeia Maria Búrgio Margotti para o cargo de professor. Rio Cedro Medio
[13] - 30/07/1934	Exonera Miguel Francisco Gonçalves do cargo de professor.
[14] - 30/10/1934	Concede exoneração a Francisco Skrabaski do cargo de professor.
[15] - 30/11/1934	Concede exoneração a Maria B.Margotti do cargo de professora.

[18] - 28/01/1935	Cria a escola de Sanga do Coqueiro Baixo.
[02] - 28/01/1935	Remove o professor José Maria Sommer. Sanga do Coqueiro p/ Escola mista Sanga do Coqueiro
[03] - 28/01/1935	Nomeia Ernesto Beckausem para o cargo de Delegado Escolar da escola de Sanga do Coqueiro Baixo.
[04] - 28/01/1935	Nomeia Miguel Francisco Gonçalves para o cargo de professor. Sanga do Coqueiro
[05] - 28/01/1935	Cria a escola de Rio Acima. Escola Mista
[07] - 15/02/1935	Nomeia Ozória Frassão para o cargo de professor provisório. Escola Mista Rio Acima
[08] - 15/02/1935	Nomeia José Belarmindo Alesandre para o cargo de Delegado Escolar de Rio Acima.
[09] - 20/02/1935	Nomeia Olindo Berlanda para o cargo de professor provisório. São Raphael Rio Cedro Alto
[10] - 01/03/1935	Concede licença ao professor Manoel da Silva.
[11] - 01/03/1935	Nomeia Atílio Scussel para o cargo de Delegado Escolar da escola de Rio Cedro Alto.
[12] - 01/03/1935	Cria a escola de Linha Batista.
[13] - 01/03/1935	Nomeia Casemiro Stachurski para o cargo de professor provisório. Linha Batista
[14] - 01/03/1935	Nomeia Leonardo Bialeski, para o cargo de Delegado Escolar de Linha Batista.
[15] - 01/09/1935	Concede exoneração a Teresa Lanardo do cargo de professor.
[16] - 01/09/1935	Nomeia Benta Cardoso para o cargo de professor.
[17] - 01/10/1935	Concede exoneração ao professor Edézio Faraco. São Simão Estrada Cocal
[18] - 30/10/1935	Exonera João Casagrande do cargo de Delegado Escolar de São Simão. Estrada Cocal
[19] - 08/11/1935	Exonera a pedido Abramo Gava do cargo de Delegado Escolar de R.C.M.C.
[20] - 08/11/1935	Nomeia Augustinho Viorassi para o cargo de Delegado Escolar de R.C.M.Comprido.
[02] - 04/03/1936	Exonera Atílio Rosso de Delegado Escolar de Santa Cruz, e nomeia José Ghetner. Vila Nova
[03] - 29/04/1936	Remove a professora Amábile Pavan. São Pedro p/ São Simão
[04] - 29/04/1936	Remove o professor José Maria Somer. Sanga do Coqueiro Baixo
[05] - 29/04/1936	Nomeia Rosália Locks para o cargo de professor provisório. Sanga do Coqueiro Baixo
[06] - 29/05/1936	Exonera a pedido o professor Inácio Manoel da Silva. Rio Cedro Morro Comprido
[07] - 12/06/1936	Nomeia Raul Queluz para o cargo de professor provisório. R.C.M.C
[08] - 31/07/1936	Concede licença ao professor João José de Freitas. São Bom Jesus
[10] - 14/09/1936	Exonera a pedido o professor substituto Leonel João Rocha e desígna para substituí-lo João José de Freitas. São Bom Jesus.
[11] - 14/09/1936	Exonera professor Manoel Francisco Rodrigues e nomeia Horácio da Silva Cascais.

[12] - 20/09/1936	Exonera a pedido Batista Pagani do cargo de Delegado Escolar de P.L. Sangão e nomeia Felipe Ronchi. Primeira Linha Sangão
[13] - 25/09/1936	Concede exoneração ao professor provisório Olindo Berlanda. Escola Mista R.C. Alto
[14] - 31/12/1936	Concede exoneração ao professor Raul Queluz. Escola Mista R.C.M.Comprido
[03] - 01/01/1937	Concede exoneração a José Ghetner Filho do cargo de Delegado Escolar de Santa Cruz e nomeia Eduardo Stacoski.
[04] - 06/03/1937	Nomeia Ricardo Decke para reger a escola noturna de Alfabetização. Professor Lapagesse
[05] - 12/03/1937	Nomeia Francisco Elias Pacaguame para reger a escola de Sanga Funda.
[07] - 12/04/1937	Remove a pedido o professor João da Rocha Pôrto. São Sebastião
[08] - 14/04/1937	Nomeia Maria Ghedin para o cargo de professor. São Sebastião
[09] - 14/04/1937	Nomeia Joaquim Reus para o cargo de Delegado Escolar de Sanga Funda.
[10] - 15/04/1937	Nomeia Protestato Cabreira Pereira para o cargo de Delegado Escolar de São Sebastião.
[11] - 20/04/1937	Designa Inácio Manoel da Silva para reger a escola de R.C.Alto.
[12] - 20/04/1937	Nomeia Pedro Panatto para o cargo de Delegado Escolar de R.C.Alto.
[14]- 01/07/1937	Exonera a pedido a professora Maria Leopoldina do Nascimento. Santa Cruz São Sebastião
[17] - 01/08/1937	Nomeia Ana Rosa para o cargo de professor. Escola Mista de Lombas
[18] - 06/09/1937	Designa Casemiro Schancoski para reger a escola de Santa Cruz.
[19] - 06/09/1937	Exonera Ricardo Decke do cargo de professor. Escola Noturna Marcelo Lodetti
[20] - 01/10/1937	Exonera a pedido do cargo de Delegado Escolar de Rio Acima, José Belarmindo Alexandre e Nomeia Francisco Manuel Custódio.
[21] - 01/10/1937	Designa Gervásio Teixeira Fernandes para o cargo de Delegado Escolar de Lombas.
[24] - 13/05/1938	Designa Saluto Ize para reger a escolar de alfabetização de R.C.M.Comprido.
[25]- 13/05/1938	Nomeia José Maria Somer para reger a escola noturna de alfabetização. Marcelo Lodetti
[26] - 30/06/1938	Exonera a pedido José Maria Somer do cargo de professora. Marcelo Lodetti
[29] - 30/12/1938	Exonera o professor Paulo Guse. São Bonifacio
[01] - 15/02/1939	Nomeia José Maria Somer para o cargo de professor provisório. São Bonifacio
[02] - 15/02/1939	Exonera a pedido a professora Salute Izé. Escola Mista Morro Comprido
[03] - 15/02/1939	Nomeia Edite Gomes da Silva para o cargo de professor. Escola Mista Lagoa dos Esteves
[04] - 28/02/1939	Nomeia Hortência Nunes de Souza para o cargo de professor. Escola Linha Pedida
[05] - 01/03/1939	Nomeia Arino Ângelo Cardoso para o cargo de Delegado Escolar de Lagoa dos Esteves.

[06] - 01/03/1939	Nomeia José Pazini para o cargo de Delegado Escolar de Linha Perdida.
[07] - 15/04/1939	Exonera João José de Freitas do cargo de professor. Escola Mista São Bom Jesus
[08] - 31/05/1939	Exonera a pedido Miguel Francisco Gonçalves do cargo de professor. Escola Mista Sanga do Coqueiro
[10] - 03/06/1939	Faz sem efeito a resolução nº 08.
[10] - 03/06/1939	Nomeia Aurora Peterli para o cargo de professor. Escola Mista Alto Rio Maina
[11] - 30/06/1939	Nomeia Eli Nunes de Souza para o cargo de professor. Escola Mista Rio Cedro Alto Morro Comprido
[01] - 03/01/1940	Exonera a pedido Miguel Francisco Gonçalves do cargo de professor. E.M Sanga do Coqueiro
[02] - 03/01/1940	Exonera a pedido, Maria de Oliveira do cargo de professora. E.M Rio Morto
[03] - 30/01/1940	Remove a professora Elí Nunes de Souza. Rio Cedro Morro Comprido
[04] - 30/01/1940	Remove o professor Francisco Elias Pacaguan. Sanga Funda P/ Rio Morto
[05] - 30/01/1940	Designa Ací Nunes de Souza para o cargo de professor. E.M Sangão Madalena
[06] - 01/02/1940	Exonera a pedido Leopoldina Rocha do cargo de professor. E.M Vila Nova
[07] - 03/02/1940	Exonera a pedido Francisco Elias Pacagnan. E. M Sanga Funda
[08] - 03/02/1940	Exonera a pedido José Maria Somer para o cargo de professor.
[09] - 07/03/1940	Nomeia Cecília Galli para o cargo de professor.
[10] - 07/03/1940	Remove a professora Maria Ghedim. Coqueiro p/ Vila Nova
[11] - 28/03/1940	Nomeia Pricila Peruchi Nunes para o cargo de professor. Rio Cedro Morro Comprido
[12] - 28/03/1940	Exonera Cecília Galli do cargo de professora. E.M.Coqueiros
[13] - 30/03/1940	Designa Angela Guidi para o cargo de professora. Rio Morto
[16] - 30/03/1940	Designa Joana da Rosa para o cargo de professor. Sanga Funda
[17] - 02/05/1940	Designa Maria Martinello para o cargo de professor. São Bonifacio
[18] - 07/05/1940	Promove a professora Aurora Peterli.
[19] - 26/09/1940	Exonera Hortência Nunes de Souza do cargo de professora. Linha Perdida
[134] - 30/01/1941	Designa Joana da Rosa para o cargo de professor de segunda categoria. Sanga Funda
[135] - 30/01/1941	Designa Maria Martinello para o cargo de professor de segunda categoria. São Bonifacio
[137] - 01/02/1941	Designa Angela Guidi para o cargo de professor de segunda categoria. Rio Morto São Francisco
[138] - 01/03/1941	Designa Amélia de Souza para o cargo de professor provisório. E.M Faxinal
[139] - 01/03/1941	Designa Maria de Lourdes Duarte para o cargo de professor provisório. E.M. Coqueiro
[140] - 04/03/1941	Concede licença a professora Priscila P.N.de Souza. Rio Cedro Morro Comprido

[141] - 06/03/1941	Concede licença a professora Ozoria Frasson. Rio Acima
[144] - 16/04/1941	Concede licença a professora Priscila P.N.de Souza. Rio Cedro Morro Comprido
[147] - 25/04/1941	Exonera a professora Amábile Pavan. São Simão
[148] - 29/04/1941	Nomeia Gabriela Melo para o cargo de professor. São Simão
[149] - 05/05/1941	Exonera a pedido Priscila P.N.de Souza do cargo de professora. Rio Cedro Morro Comprido
[150] - 15/06/1941	Exonera a pedido Maria de Lourdes do cargo de professor. E.M.Coqueiros
[151] - 30/06/1941	Nomeia João Dajori para o cargo de professor. Rio Cedro Morro Comprido
[153] - 10/09/1941	Exonera a pedido Maria Martineli do cargo de professor. São Bonifacio
[154] - 11/09/1941	Exonera Gabriela Melo para o Cargo de professora da E.M. São Simão
[158] - 31/01/1942	Nomeia Iolanda Dagostin para o cargo de professor. São Bonifacio
[159] - 31/01/1942	Remove as professoras, Ací Nunes de Souza e Elí Nunes de Souza. Sangão Madalena
[160] - 31/01/1942	Nomeia Carmela Tereza Benedet Casagrande para o cargo de professor. São Simão
[161] - 02/02/1942	Concede licença para mudança de nome à professora Rosália Loch.
[162] - 02/02/1942	Retifica o nome da professora Angela Guidi.
[163] - 21/02/1942	Exonera a pedido Ací Nunes de Souza do cargo de professora. Sanga do Coqueiro
[164] - 02/03/1942	Nomeia Cecília Slovinski para o cargo de professor. Sanga do Coqueiro
[165] - 03/03/1942	Exonera a pedido Ernesto Becháuser do cargo de Delegado Escolar de Sanga do Coqueiro e nomeia Antônio Augusto Schmoeler para o mesmo cargo.
[168] - 14/03/1942	Nomeia Lígia Fernandes Balbino para o cargo de professora. Coqueiro
[169] - 31/03/1942	Exonera a pedido Francisca Demboski para o cargo de professor. Linha Perdida
[172] - 29/04/1942	Cocede licença a professora Angelina Guidi Spílere e desígnia para substituir Maria Spílere.
[173] - 02/05/1942	Nomeia Haydeê Napolini para o cargo de professor. E.M São Simão
[179] - 01/02/1942	Nomeia Daura Machado para o cargo de professor. E.M.Linha Perdida
[180] - 15/02/1943	Concede licença a professora Carmela Benedet Casagrande e desígnia para substituir Laudelina D.Noni
[181] - 01/03/1943	Desdobra escola da Lagoa dos Esteves
[182] - 05/04/1943	Concede licença ao professor João Dajori e designa para substituí-lo, Celi Gomes de Bem
[183] - 19/04/1943	Desdobra a escola de Ausentes.
[184] - 30/04/1943	Concede exoneração a professora Aurora Perteli.
[185] - 03/05/1943	Concede exoneração ao Agente Municipal Washington Faraco.

[186] - 03/05/1943	Concede exoneração a professora Haidel Napolini. Escola Mista São Simão
[187] - 15/05/1943	Estabelece horário de fechamento as Casas Comerciais.
[188] - 20/05/1943	Nomeia Laudelina Maria Denoni para o cargo de professor. Escola Mista São Simão
[189] - 20/05/1943	Concede Licença ao professor João Dajori e designa para substituí-lo, Celi Gomes de Bem.